

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO VITOR MAZZETTI

**DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA B3 E
POSSÍVEIS RELAÇÕES COM AS MEDIDAS ECONÔMICAS, NO PERÍODO DE 2019
A 2024**

CHAPECÓ
2026

JOÃO VITOR MAZZETTI

**DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA B3 E
POSSÍVEIS RELAÇÕES COM AS MEDIDAS ECONÔMICAS, NO PERÍODO DE 2019
A 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Mauro Dall Agnol

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mazzetti, João Vitor

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA
B3 E POSSÍVEIS RELAÇÕES COM AS MEDIDAS ECONÔMICAS, NO
PERÍODO DE 2019 A 2024 / João Vitor Mazzetti. -- 2026.
117 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Mauro Dall Agnol

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2026.

I. Agnol, Roberto Mauro Dall, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOÃO VITOR MAZZETTI

**DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA B3 E POSSÍVEIS
RELAÇÕES COM AS MEDIDAS ECONÔMICAS, NO PERÍODO DE 2019 A 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 23/06/2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ROBERTO MAURO DALL AGNOL

Data: 09/07/2026 14:52:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Mauro Dall'Agnol – UFFS Orientador



Documento assinado digitalmente

ARI SOTHE

Data: 07/07/2026 13:54:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ari Söthe – UFFS Avaliador



Documento assinado digitalmente

PERICLES LUIZ BRUSTOLIN

Data: 08/07/2026 21:34:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Péricles Luiz Brustolin – UFFS Avaliador

RESUMO

O setor financeiro desempenha papel fundamental na economia brasileira, atuando como intermediador de recursos e contribuindo para o financiamento das atividades produtivas. Nesse contexto, as instituições financeiras são diretamente influenciadas pelas condições macroeconômicas e pelas medidas econômicas adotadas pelo governo. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo identificar e descrever o desempenho das principais instituições financeiras listadas na B3 e analisar suas possíveis relações com as medidas econômicas adotadas no período de 2019 a 2024. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso desenvolvido por meio de pesquisa documental. A amostra foi composta pelas instituições Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., selecionadas em razão de sua representatividade no Sistema Financeiro Nacional e no mercado de capitais brasileiro. Os dados foram obtidos por meio das Demonstrações Financeiras Padronizadas, Relatórios Anuais e Formulários de Referência das instituições analisadas, bem como em bases oficiais do Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e B3. Foram analisados indicadores relacionados ao desempenho operacional, desempenho da atividade, inadimplência, rentabilidade e estrutura de capital, além de indicadores econômicos representados pela taxa Selic, inflação medida pelo IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados evidenciaram que as instituições financeiras apresentaram elevada capacidade de adaptação aos diferentes cenários econômicos observados no período, mantendo níveis consistentes de rentabilidade e solidez financeira. Observou-se, ainda, a existência de relações entre o comportamento dos indicadores econômico-financeiros e as condições macroeconômicas, especialmente no que se refere às alterações na taxa básica de juros, aos níveis de inflação e ao desempenho da atividade econômica. Conclui-se que, embora as medidas econômicas adotadas ao longo do período tenham influenciado o ambiente de atuação das instituições financeiras, o setor bancário brasileiro demonstrou elevado grau de resiliência, mantendo desempenho favorável mesmo diante de mudanças significativas no cenário econômico nacional.

Palavras-chave: instituições financeiras; desempenho econômico-financeiro; indicadores financeiros; medidas econômicas; Sistema Financeiro Nacional; B3.

ABSTRACT

The financial sector plays a fundamental role in the Brazilian economy, acting as an intermediary of financial resources and contributing to the financing of productive activities. In this context, financial institutions are directly influenced by macroeconomic conditions and by the economic measures adopted by the government. Therefore, this study aimed to identify and describe the performance of the main financial institutions listed on B3 and analyze their possible relationship with the economic measures adopted between 2019 and 2024. The research has a qualitative approach and is characterized as a case study developed through documentary research. The sample consisted of Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Banco do Brasil S.A., and Banco Santander (Brasil) S.A., selected due to their representativeness within the National Financial System and the Brazilian capital market. Data were collected from Standardized Financial Statements, Annual Reports, and Reference Forms of the institutions analyzed, as well as from official databases of the Central Bank of Brazil, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and B3. Indicators related to operational performance, business activity, default risk, profitability, and capital structure were analyzed, in addition to economic indicators represented by the Selic interest rate, inflation measured by the Broad Consumer Price Index (IPCA), and Gross Domestic Product (GDP) growth. The results showed that the financial institutions demonstrated a high capacity to adapt to the different economic scenarios observed during the period, maintaining consistent levels of profitability and financial soundness. Furthermore, relationships were identified between the behavior of financial performance indicators and macroeconomic conditions, particularly regarding changes in the benchmark interest rate, inflation levels, and economic activity performance. It is concluded that, although the economic measures adopted throughout the period influenced the operating environment of financial institutions, the Brazilian banking sector demonstrated a high degree of resilience, maintaining favorable performance even in the face of significant changes in the national economic scenario.

Keywords: Financial institutions. Financial performance. Financial indicators. Economic measurements. National Financial System. B3.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Balanço Patrimonial	15
Figura 2 – Demonstração do resultado do exercício	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa	21
Quadro 2 – Indicadores econômicos utilizados na pesquisa	25
Quadro 3 – Instituições financeiras analisadas	29
Quadro 4 – Governos e principais medidas econômicas observadas na pesquisa	30
Quadro 5 – Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa.	32
Quadro 6 – Indicadores econômicos utilizados na pesquisa	32
Quadro 7 – Relação analítica adotada na pesquisa.	33
Quadro 8 – Indicadores econômico-financeiros do Itaú Unibanco (2019–2024)	38
Quadro 9 – Indicadores econômico-financeiros do Banco Bradesco (2019–2024)	39
Quadro 10 – Indicadores econômico-financeiros do Banco do Brasil (2019–2024)	40
Quadro 11 – Indicadores econômico-financeiros do Banco Santander (2019–2024)	40
Quadro 12 – Indicadores econômicos utilizados na análise das instituições financeiras	53
Quadro 13 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2019	58
Quadro 14 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2020	61
Quadro 15 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2021	64
Quadro 16 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2022	67
Quadro 17 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2023	71
Quadro 18 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2024	74
Quadro 19 – Evolução da taxa Selic média anual entre 2019 e 2024	77
Quadro 20 – Relação entre a taxa Selic média anual e os juros passivos médios das instituições analisadas.	78
Quadro 21 – Relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média dos ativos das instituições analisadas	80
Quadro 22 – Relação entre a taxa Selic média anual e a lucratividade média dos ativos das instituições analisadas.	82
Quadro 23 – Relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média das receitas das instituições analisadas.	84
Quadro 24 – Relação entre o IPCA anual e a média da inadimplência das instituições analisadas.	86
Quadro 25 – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 2019 e 2024.	89
Quadro 26 – Relação entre o crescimento do PIB e o ROA médio das instituições analisadas	90
Quadro 27 – Relação entre o crescimento do PIB e o ROE médio das instituições analisadas	91
Quadro 28 – Relação entre o crescimento do PIB e o Giro médio do Patrimônio Líquido das instituições analisadas	94
Quadro 29 – Relação entre o crescimento do PIB e a margem líquida média das instituições analisadas.	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 Objetivo geral.....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
2.2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CAPITAL ABERTO E SUA RELEVÂNCIA PARA O MERCADO BRASILEIRO.....	18
2.3 INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS.....	19
2.4 INDICADORES ECONÔMICOS.....	23
2.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO...	25
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	29
3.3 COLETA DE DADOS.....	31
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
4.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ANALISADAS.....	35
4.1.1 Itaú Unibanco Holding S.A.....	35
4.1.2 Banco Bradesco S.A.....	36
4.1.3 Banco do Brasil S.A.....	36
4.1.4 Banco Santander (Brasil) S.A.....	37
4.2 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS...	38
4.2.1 Itaú Unibanco Holding S.A.....	38
4.2.2 Banco Bradesco S.A.....	39
4.2.3 Banco do Brasil S.A.....	40
4.2.4 Banco Santander (Brasil) S.A.....	40

4.3 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS MEDIDAS ECONÔMICAS E DOS INDICADORES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (2019–2024).....	41
4.3.1 Contexto econômico no ano de 2019.....	41
4.3.2 Contexto econômico no ano de 2020.....	43
4.3.3 Contexto econômico no ano de 2021.....	44
4.3.4 Contexto econômico no ano de 2022.....	46
4.3.5 Contexto econômico no ano de 2023.....	49
4.3.6 Contexto econômico no ano de 2024.....	51
4.3.7 Comparação entre as políticas econômicas adotadas no período de 2019 a 2024.....	53
4.3.8 Desempenho das instituições financeiras no período de 2019 a 2024.....	56
4.3.9 Indicadores das instituições financeiras em 2019.....	57
4.3.10 Indicadores das instituições financeiras em 2020.....	61
4.3.11 Indicadores das instituições financeiras em 2021.....	64
4.3.12 Indicadores das instituições financeiras em 2022.....	67
4.3.13 Indicadores das instituições financeiras em 2023.....	70
4.3.14 Indicadores das instituições financeiras em 2024.....	73
4.4 RELAÇÃO ENTRE MEDIDAS ECONÔMICAS E O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	77
4.4.1 Relação entre a taxa Selic e os indicadores de desempenho operacional e da atividade.....	77
4.4.2 Relação entre SELIC e Juros Passivos.....	78
4.4.3 Relação entre SELIC e a Margem financeira dos ativos.....	80
4.4.4 Relação entre SELIC e a lucratividade dos ativos.....	82
4.4.5 Relação entre SELIC e a Margem financeira das receitas.....	84
4.4.6 Relação entre a inflação e os indicadores de inadimplência.....	86
4.4.7 Relação entre o crescimento econômico e os indicadores de rentabilidade.....	88
4.4.8 Relação entre o crescimento econômico e o ROA.....	90
4.4.9 Relação entre o crescimento econômico e o ROE.....	91
4.4.10 Relação entre o crescimento econômico e o Giro do Patrimônio Líquido.....	93
4.4.11 Relação entre o crescimento econômico e a margem líquida.....	95
4.4.12 Evolução paralela entre o desempenho das instituições financeiras e as medidas econômicas adotadas entre 2019 e 2024.....	98

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro exerce papel fundamental no funcionamento da economia moderna, sendo responsável pela intermediação de recursos entre agentes superavitários e deficitários, pela oferta de crédito e pela sustentação das atividades produtivas. Nesse contexto, as instituições financeiras assumem posição estratégica, uma vez que influenciam diretamente os níveis de investimento, consumo e liquidez da economia (Assaf Neto, 2012).

Segundo Modigliani e Miller (1958), a estrutura de capital, definida pela combinação de capital próprio e de terceiros, impacta diretamente o custo de financiamento e a capacidade de expansão das empresas. Para o setor bancário, essa relevância é amplificada pela dependência de alavancagem e liquidez, que, conforme Berger e Bonaccorsi di Patti (2006), são fundamentais para a segurança e eficiência operacional. Assim, a análise de indicadores econômicos e financeiros torna-se indispensável para avaliar como as medidas econômicas influenciam a gestão e o desempenho dessas instituições.

A dinâmica do setor financeiro está diretamente relacionada ao ambiente macroeconômico e às medidas econômicas adotadas pelos governos. Variáveis como taxa de juros, inflação, crescimento econômico, política fiscal e medidas regulatórias impactam significativamente o desempenho das instituições financeiras, afetando sua rentabilidade, estrutura de capital, capacidade de concessão de crédito e exposição ao risco (Mishkin, 2016).

No Brasil, o período compreendido entre 2019 e 2024 foi marcado por relevantes transformações econômicas e institucionais. Durante esse intervalo, a economia brasileira enfrentou diferentes cenários, incluindo a implementação de reformas estruturais, os efeitos econômicos da pandemia de COVID-19, ciclos de elevação e redução da taxa básica de juros (Selic), mudanças na condução da política fiscal e alterações nas estratégias de atuação do Estado na economia (Banco Central do Brasil, 2023).

Além disso, o período analisado compreende diferentes orientações de medida econômica, refletidas tanto na condução da política monetária quanto nas estratégias fiscais adotadas. Essas mudanças influenciaram o ambiente de negócios e afetaram diretamente o funcionamento do mercado financeiro, especialmente das instituições listadas na B3.

As instituições financeiras de capital aberto possuem elevada relevância econômica e social, não apenas pelo volume de recursos movimentados, mas também pela influência que exercem sobre a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico. Dessa forma, a análise do desempenho dessas organizações torna-se importante para compreender como fatores macroeconômicos e decisões governamentais podem influenciar seus resultados e sua estrutura financeira (BERGER; BONACCORSI DI PATTI, 2006).

Nesse contexto, indicadores financeiros e econômicos constituem instrumentos relevantes para a avaliação do desempenho organizacional, permitindo analisar aspectos relacionados à rentabilidade, liquidez, eficiência operacional, estrutura de capital e risco das instituições financeiras. Conforme destaca Assaf Neto (2012), a análise de indicadores possibilita compreender não apenas a situação econômico-financeira das organizações, mas também sua capacidade de adaptação diante de mudanças no ambiente econômico.

Este estudo investigou a performance de organizações financeiras com ações negociadas na B3, no período entre 2019 e 2024, buscando identificar relações entre o comportamento de seus indicadores e as medidas dos Governos Federais no período, resultando na seguinte pergunta de pesquisa: **Qual foi o desempenho dos principais indicadores de organizações financeiras com ações negociadas na B3 e suas possíveis relações com as medidas econômicas, no período de 2019 a 2024?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar e descrever a performance das principais instituições financeiras listadas na B3 , por intermédio de indicadores de desempenho e, complementarmente, e relacionar o comportamento verificado, com as medidas econômicas adotadas no período de 2019 a 2024.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar as instituições financeiras selecionadas para a pesquisa, evidenciando sua representatividade no Sistema Financeiro Nacional e no mercado de capitais brasileiro;
- b) Levantar e analisar os indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras analisadas, contemplando aspectos de desempenho operacional, desempenho da atividade, inadimplência, rentabilidade e estrutura de capital ;
- c) Identificar e descrever as principais medidas econômicas adotadas no período de 2019 a 2024, considerando indicadores macroeconômicos como taxa Selic, inflação (IPCA) e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- d) Analisar as possíveis relações entre o comportamento dos indicadores econômico-financeiros das instituições analisadas e as medidas econômicas observadas no período de 2019 a 2024.

1.2 JUSTIFICATIVA

As instituições financeiras são altamente sensíveis às mudanças macroeconômicas, como variações na taxa de juros, inflação e medidas regulatórias. Dessa forma, compreender os impactos das medidas econômicas sobre esses agentes é fundamental para investidores, gestores, formuladores de políticas públicas e acadêmicos que buscam avaliar a dinâmica do mercado financeiro brasileiro (CARVALHO, 2023).

Além disso, a comparação entre governos permite analisar diferentes abordagens econômicas – uma mais liberal e orientada ao mercado e outra mais intervencionista e voltada ao crédito e ao consumo. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), a mudança na política econômica afeta diretamente o custo do crédito, a liquidez do sistema bancário e a confiança dos investidores, tornando essencial a análise do impacto dessas variáveis na performance do setor financeiro.

A relevância deste estudo se dá nesse contexto e pelo interesse em compreender se as

medidas econômicas adotadas pelos governos federais durante as gestões ocorridas no período de 2019 a 2024 influenciaram a estrutura de capitais e/ou a performance operacional das instituições financeiras brasileiras com ações negociadas na B3.

Além disso, o estudo contribuirá para a literatura acadêmica ao fornecer uma análise que pretende evidenciar a interação entre medida econômica e desempenho do setor financeiro,, colaborando em decisões da área e na realização de estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração financeira é essencial para a saúde e sustentabilidade de qualquer organização, sendo responsável pelo planejamento, controle e uso eficiente dos recursos financeiros. Segundo Gitman (2010), a principal função da administração financeira é maximizar a riqueza dos acionistas, o que implica tomar decisões estratégicas que envolvam investimento, financiamento e distribuição de lucros. Essa área da administração contribui diretamente para o alcance dos objetivos organizacionais ao garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente, minimizando custos e maximizando retornos.

A análise das demonstrações financeiras, segundo Matarazzo (2010), pode ser estruturada em duas dimensões complementares: a análise da situação econômica, que avalia a capacidade de geração de lucros, e a análise da situação financeira, que examina a liquidez e a solvência, sendo ambas integradas para uma visão holística do desempenho da empresa. Nesse contexto, Assaf Neto (2020) destaca que os índices financeiros são a principal ferramenta dessa análise, permitindo comparações temporais, que acompanham a evolução dos indicadores em um horizonte de três a cinco anos, e setoriais, que confrontam os resultados da empresa com concorrentes e médias de mercado. Essas abordagens combinadas possibilitam identificar tendências, avaliar a competitividade e embasar decisões estratégicas com maior precisão (Matarazzo, 2010; Assaf Neto, 2020).

Para garantir uma análise financeira abrangente, é imprescindível considerar as demonstrações financeiras exigidas por lei, especialmente para sociedades por ações. Segundo Assaf Neto e Lima (2019), essas empresas devem divulgar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados), a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. Conforme os autores, as notas explicativas, obrigatórias, desempenham um papel crucial ao fornecer informações detalhadas que esclarecem os dados contábeis, promovendo maior transparência e facilitando a interpretação dos relatórios financeiros (Assaf Neto e Lima, 2019).

O Balanço Patrimonial destaca-se como uma das demonstrações financeiras mais relevantes para a tomada de decisões estratégicas. Ele exhibe os bens e direitos da empresa, classificados como Ativo, e as obrigações, denominadas Passivo Exigível, sendo o Patrimônio Líquido a diferença entre esses elementos, que representa o capital dos proprietários (Matarazzo, 2010). Analisar o Balanço Patrimonial envolve avaliar a correspondência entre as fontes de recursos e os investimentos realizados, permitindo compreender a alocação dos recursos financeiros e sua viabilidade a longo

prazo (Matarazzo, 2010). A estrutura do Balanço Patrimonial pode ser visualizada na Figura 1, conforme ilustrado por Iudícibus (2010).

Figura 1: Balanço Patrimonial

Conteúdo do Balanço		
	Ativo	Passivo
Bens e Direitos	Ativo Circulante	Passivo Circulante
	Ativo Não Circulante, dividido em:	Passivo Não Circulante
	– Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido, dividido em:
	– Investimentos	– Capital Social
	– Ativo Imobilizado	– Reservas de Capital
	– Ativo Intangível	– Ajustes de Avaliação Patrimonial
		– Reservas de Lucro
		– Lucros (ou Prejuízos) Acumulados
		Obrigações
		Patrimônio Líquido

Fonte: Iudícibus (2010, p. 163).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), por sua vez, é um relatório contábil indispensável que sintetiza as receitas, despesas e o resultado líquido de uma empresa em um período definido, geralmente anual, sendo crucial para avaliar sua performance econômica (Marion, 2022). Estruturada no formato dedutivo, a DRE parte das receitas brutas, subtrai os custos e despesas operacionais, incluindo despesas de vendas e administrativas, e considera receitas e despesas financeiras, culminando no lucro ou prejuízo líquido (Padoveze, 2015).

Segundo Marion (2022), a DRE utiliza o regime de competência, registrando receitas e despesas no momento em que são geradas, independentemente de recebimentos ou pagamentos, garantindo uma visão precisa do desempenho econômico. Esse relatório é essencial para gestores e investidores, pois revela a capacidade da empresa de gerar lucros a partir de suas operações, possibilitando análises comparativas com períodos anteriores e concorrentes, o que facilita a identificação de tendências e a formulação de estratégias (Padoveze, 2015). Marion (2022) enfatiza que a DRE também orienta decisões sobre distribuição de dividendos e reinvestimento, sendo um pilar para avaliar a sustentabilidade financeira da organização.

De acordo com Iudícibus (2010), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil essencial, responsável por organizar, de maneira sistemática, todas as receitas e despesas de uma empresa dentro de um determinado período, geralmente correspondente a um ano. Essa demonstração é estruturada em forma vertical, seguindo uma lógica dedutiva, em que as receitas são apresentadas inicialmente, seguidas pela subtração das despesas, resultando no lucro ou prejuízo do exercício.

Conforme explicado por Martins, Miranda e Diniz (2024), as receitas consistem em aumentos do Patrimônio Líquido provenientes da entrada de recursos ou da diminuição de

obrigações, excluindo-se os aportes dos proprietários. Por outro lado, as despesas representam reduções do Patrimônio Líquido causadas por saídas de recursos ou pelo crescimento de obrigações, desconsiderando distribuições aos sócios. Esses elementos são registrados segundo o regime de competência, que busca associar as receitas e despesas de forma direta, como ocorre, por exemplo, no reconhecimento do custo de uma mercadoria vendida. Entretanto, esse processo não envolve itens que não se caracterizem como ativos ou passivos no Balanço Patrimonial (Martins, Miranda e Diniz, 2024). A estrutura da DRE, de acordo com Iudícibus (2010), pode ser visualizada na figura 2.

Figura 2: Demonstração do resultado do exercício

Receita Bruta de Vendas
Mercadorias
Serviços
Impostos s/ Vendas
Receita Líquida de Vendas
Custo Mercadorias e Serviços Vendidos
Lucro Bruto
Despesas com Vendas
Despesas Administrativas
Lucro Operacional Antes das Despesas e
Receitas Financeiras
Despesas Financeiras Líquidas
Outras Receitas e Despesas Operacionais
Resultado de Participações Societárias
Outras
Resultado antes do Imposto de Renda
Imposto de Renda e Contribuição Social
Participações no Resultado
Dos Empregados
Dos Administradores
Lucro Líquido
Lucro por Ação

Fonte: Iudícibus (2010, p. 178).

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) exerce papel fundamental ao interligar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com o Balanço Patrimonial, pois é por meio dela que se define o destino do lucro líquido apurado. A DRE, conforme ensina Padoveze (2021), tem como objetivo mensurar o resultado das operações empresariais em determinado período, apurando o lucro líquido que, por sua vez, será objeto de análise na DLPA. Esta última indica se os lucros serão distribuídos aos sócios, incorporados ao capital social ou destinados a reservas, com base nos critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76, art. 186, que estipula elementos como o saldo inicial ajustado, reversões de reservas, constituição de reservas e distribuição de dividendos.

Complementarmente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) pode apresentar as mesmas informações de forma mais detalhada, evidenciando todas as movimentações

nas contas do patrimônio líquido, conforme destaca Martins (2020). A utilização dessas demonstrações em conjunto permite uma análise mais robusta da saúde financeira da empresa, revelando não apenas o desempenho obtido, mas principalmente as decisões estratégicas associadas à destinação do lucro.

Dando continuidade à análise das demonstrações contábeis fundamentais, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que segundo Assaf Neto (2021), tem como principal função demonstrar a geração de valor por parte da empresa, abordando sua responsabilidade social e econômica. Ela evidencia quanto foi criado de riqueza em determinado período e como essa riqueza foi repartida entre empregados, governo, financiadores, acionistas e a própria entidade.

Marion (2012) enfatiza que a DVA é um instrumento importante de transparência, pois aproxima a contabilidade da responsabilidade social empresarial, indo além da análise de desempenho estritamente financeiro. Sua estrutura parte da receita bruta de vendas e serviços, deduzindo os insumos adquiridos de terceiros para calcular o valor adicionado bruto, ao qual se somam outros valores agregados pela empresa. O total gerado é, então, distribuído entre os stakeholders. Essa demonstração, conforme Padoveze (2021), é particularmente relevante em análises voltadas para a sustentabilidade e governança corporativa, uma vez que permite avaliar a contribuição econômica da organização para a sociedade.

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras são disciplinadas principalmente pela Lei nº 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no artigo 176 dessa legislação, ao final de cada exercício social a administração da companhia deve elaborar, com base na escrituração mercantil, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e, quando companhia aberta, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas (BRASIL, 1976).

O processo de modernização da contabilidade societária brasileira foi intensificado pela promulgação da Lei nº 11.638/2007, que promoveu alterações significativas na Lei nº 6.404/1976 com o objetivo de aproximar as práticas contábeis brasileiras dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS). De acordo com Santos, Schmidt e Fernandes (2018), a referida legislação representou um marco na convergência contábil brasileira, introduzindo novos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação das informações financeiras.

Entre as principais alterações promovidas pela Lei nº 11.638/2007 destaca-se a obrigatoriedade da Demonstração dos Fluxos de Caixa para sociedades de maior porte e da Demonstração do Valor Adicionado para companhias abertas, ampliando o conjunto de informações disponibilizadas aos usuários externos (BRASIL, 2007). Posteriormente, a Lei nº 11.941/2009 complementou esse processo de convergência internacional ao consolidar

procedimentos relacionados à adoção das normas contábeis internacionais e aperfeiçoar critérios de avaliação patrimonial e reconhecimento contábil (BRASIL, 2009).

2.2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CAPITAL ABERTO E SUA RELEVÂNCIA PARA O MERCADO BRASILEIRO

As instituições financeiras desempenham papel fundamental no funcionamento da economia moderna ao atuarem como intermediadoras entre agentes superavitários e deficitários de recursos. Por meio da captação de recursos junto aos poupadores e sua posterior alocação em operações de crédito, investimentos e financiamento, essas organizações contribuem para a circulação de recursos financeiros, para o desenvolvimento das atividades produtivas e para o crescimento econômico (FORTUNA, 2021).

Segundo Assaf Neto (2021), o sistema financeiro constitui um dos principais mecanismos de sustentação da atividade econômica, uma vez que possibilita a transferência eficiente de recursos entre diferentes agentes econômicos. Nesse contexto, as instituições financeiras exercem papel estratégico na oferta de crédito, na administração de recursos, na prestação de serviços financeiros e na viabilização de investimentos, influenciando diretamente o nível de atividade econômica e o desenvolvimento dos mercados.

No Brasil, as instituições financeiras integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN), estrutura responsável pela intermediação de recursos e pela execução das políticas monetária, creditícia e cambial. De acordo com o Banco Central do Brasil (2024), o SFN é composto por órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores que atuam de forma integrada para assegurar o funcionamento adequado do sistema financeiro e promover a estabilidade econômica do país.

Entre as instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional destacam-se os bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, cooperativas de crédito, sociedades de crédito, corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Conforme o Banco Central do Brasil (2024), essas entidades desempenham funções específicas dentro do mercado financeiro, contribuindo para a oferta de crédito, para a administração de recursos e para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Dentro desse conjunto de organizações, as instituições financeiras de capital aberto possuem características particulares decorrentes de sua participação no mercado de capitais. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (2024), uma companhia aberta é aquela autorizada a negociar valores mobiliários junto ao público investidor, estando sujeita às exigências de registro, transparência e divulgação periódica de informações estabelecidas pela legislação societária

brasileira e pelas normas da própria CVM.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, estabelece as principais normas relacionadas à constituição, funcionamento e divulgação de informações pelas companhias abertas brasileiras. Posteriormente, a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, promoveu alterações relevantes na legislação societária, ampliando a convergência das práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade (BRASIL, 1976; BRASIL, 2007).

Segundo Iudícibus et al. (2021), a condição de companhia aberta implica elevados níveis de transparência informacional, exigindo a divulgação periódica de demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração e demais informações consideradas relevantes para investidores e demais usuários externos. Essas exigências buscam reduzir a assimetria informacional existente entre gestores e investidores, contribuindo para a eficiência do mercado de capitais.

A Comissão de Valores Mobiliários (2024) destaca que a divulgação tempestiva e adequada das informações financeiras constitui um dos principais mecanismos de proteção aos investidores e de fortalecimento da confiança no mercado de capitais. Nesse sentido, as demonstrações financeiras representam importante instrumento para avaliação da situação patrimonial, financeira e econômica das companhias abertas, permitindo a realização de análises relacionadas à rentabilidade, liquidez, estrutura de capital e desempenho operacional.

Além da relevância para o mercado de capitais, as instituições financeiras de capital aberto exercem papel significativo para a estabilidade e o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro. Conforme o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil (2024), as instituições bancárias de maior porte concentram parcela expressiva dos ativos financeiros, das operações de crédito e dos serviços financeiros disponibilizados à sociedade, influenciando diretamente o funcionamento do mercado financeiro nacional.

A B3 (2024) destaca que as instituições financeiras figuram entre os segmentos de maior representatividade do mercado acionário brasileiro, participando de forma significativa da composição dos principais índices de mercado. Essa relevância decorre da importância econômica dessas organizações, da elevada participação no sistema financeiro e do interesse dos investidores em acompanhar seu desempenho econômico-financeiro.

2.3 INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS

A análise dos indicadores financeiros é uma ferramenta fundamental para a tomada de decisões gerenciais. De acordo com Assaf Neto (2012), os indicadores financeiros fornecem uma

visão clara do desempenho econômico da empresa, permitindo avaliar aspectos como liquidez, rentabilidade, endividamento e eficiência operacional. Essas informações são cruciais para gestores, investidores e credores, uma vez que evidenciam a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações financeiras, maximizar lucros e garantir sua sustentabilidade no longo prazo (Gitman, 2010).

Além disso, a interpretação adequada dos indicadores financeiros é essencial para identificar pontos fortes e fracos na gestão financeira, permitindo o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e alinhadas aos objetivos organizacionais. Segundo Hoji (2010), a análise financeira não deve se restringir à avaliação de números isolados, mas incorporar uma visão integrada que contemple tendências históricas, comparações com padrões setoriais e metas internas predefinidas. Nesse sentido, Iudícibus (2017) reforça que a análise contextualizada dos indicadores financeiros é crucial para compreender a dinâmica econômica da empresa, evitando conclusões precipitadas baseadas em dados pontuais. Assim, a administração financeira, quando suportada por uma análise rigorosa e bem fundamentada dos indicadores, constitui um diferencial competitivo que fortalece a posição da empresa em mercados dinâmicos e desafiadores, promovendo sua solidez e lucratividade (Gitman, 2010).

Dessa forma, a mensuração do desempenho bancário não pode ser realizada por meio de indicadores tradicionais de forma isolada, sendo necessária uma abordagem integrada que considere simultaneamente aspectos operacionais, financeiros e de risco. Conforme destaca Assaf Neto (2012), a análise de instituições financeiras deve contemplar não apenas a rentabilidade, mas também a qualidade dos ativos, a eficiência operacional e o grau de alavancagem, uma vez que esses fatores estão diretamente inter-relacionados.

Além disso, a evolução das normas contábeis internacionais, especialmente com a adoção do IFRS 9, trouxe mudanças relevantes na forma de mensuração do risco de crédito, incorporando o conceito de perda esperada. Essa abordagem torna os indicadores ainda mais sensíveis às expectativas futuras e às condições econômicas, reforçando a importância de uma análise dinâmica e contextualizada (Banco Central do Brasil, 2020).

A análise do desempenho operacional das instituições financeiras pode ser realizada por meio de indicadores específicos que capturam a eficiência da intermediação financeira. Entre esses, destacam-se os juros passivos, que representam o custo médio de captação dos recursos utilizados pelo banco. Esse indicador é obtido pela relação entre as despesas de intermediação financeira e o passivo oneroso médio, permitindo avaliar o quanto a instituição paga para financiar suas operações (Assaf Neto, 2012). Quanto menor o valor dos juros passivos, maior tende a ser a eficiência na gestão das fontes de recursos.

Outro indicador relevante é a lucratividade dos ativos, que mensura a capacidade da instituição de gerar resultados a partir do total de ativos sob sua gestão. Esse indicador relaciona o

lucro líquido ao ativo total médio, sendo amplamente utilizado para avaliar a eficiência operacional dos bancos (Assaf Neto, 2012).

De forma complementar, a margem financeira dos ativos evidencia o retorno gerado pelas operações de intermediação em relação ao ativo total, sendo calculada a partir do resultado da intermediação financeira dividido pelo ativo médio, refletindo a eficiência da atividade bancária principal (Instituto Assaf, 2020).

No que se refere ao desempenho da atividade, a margem financeira das receitas representa a proporção do resultado da intermediação financeira em relação às receitas de intermediação. Esse indicador permite avaliar o quanto das receitas geradas efetivamente se converte em resultado, sendo importante para medir a eficiência operacional e o controle de custos financeiros (Assaf Neto, 2012).

A análise da margem financeira das receitas é particularmente relevante em ambientes de variação das taxas de juros, uma vez que mudanças na política monetária impactam diretamente tanto as receitas quanto as despesas de intermediação (Assaf Neto, 2012). Em cenários de redução da taxa básica de juros, por exemplo, observa-se uma tendência de compressão do spread bancário, o que pode reduzir a margem financeira. Por outro lado, em períodos de elevação das taxas de juros, a margem pode ser ampliada, embora frequentemente acompanhada de aumento do risco de crédito.

A análise do risco de crédito pode ser realizada por meio do indicador de inadimplência baseado na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS 9), essa provisão passou a ser representada pelo conceito de perda esperada, refletindo uma abordagem prospectiva do risco de crédito. A relação entre a PCLD e as receitas de intermediação financeira evidencia o impacto das perdas esperadas sobre a geração de receitas, sendo um importante indicador da qualidade da carteira de crédito (Banco Central do Brasil, 2020). Valores elevados desse indicador indicam maior comprometimento das receitas com provisões, refletindo maior risco de inadimplência.

No que diz respeito à estrutura de capital, o indicador de independência financeira mede a proporção dos ativos financiados por capital próprio, sendo calculado pela relação entre o patrimônio líquido e o ativo total. Esse indicador permite avaliar o grau de alavancagem da instituição e sua dependência de recursos de terceiros, sendo fundamental para a análise da solidez financeira (Assaf Neto, 2012).

Para finalizar os indicadores básicos de análise financeira, destacam-se os indicadores de rentabilidade, que complementam a avaliação do desempenho econômico-financeiro de uma empresa (Assaf Neto, 2020). Os indicadores de rentabilidade, como o Retorno sobre o Ativo (ROA), Retorno sobre o Investimento (ROI) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), o giro do patrimônio líquido e a margem líquida medem a eficiência na geração de lucros em relação aos

recursos investidos, sendo essenciais para avaliar a capacidade de retorno aos investidores (Matarazzo, 2010). Esses indicadores são fundamentais para gestores, investidores e analistas, pois revelam a saúde financeira, a competitividade no mercado e o potencial de crescimento sustentável da organização (Iudícibus, 2017).

O Retorno sobre o Ativo (ROA) é um indicador de rentabilidade que mensura o percentual de lucro operacional gerado em relação ao total de ativos da empresa, sendo calculado pela fórmula $\text{Lucro Operacional} / \text{Ativo Total}$. Esse índice reflete a eficiência na utilização dos recursos disponíveis para gerar resultados, sendo amplamente utilizado por gestores para comparar o desempenho com taxas de mercado (Matarazzo, 2010). Um ROA elevado indica uma gestão eficaz dos ativos, enquanto valores baixos podem sinalizar ineficiências operacionais ou investimentos mal planejados (Iudícibus, 2017). O ROA é crucial para avaliar a viabilidade econômica da empresa e orientar decisões estratégicas de investimento (Gitman, 2010).

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) mede o retorno gerado para os acionistas com base no capital próprio investido, sendo calculado pela fórmula $\text{Lucro Líquido} / \text{Saldo Médio do PL}$ (Assaf Neto, 2020). Esse índice é um dos mais observados por investidores, pois reflete diretamente a capacidade da empresa de remunerar seus proprietários (Iudícibus, 2017). Um ROE elevado indica alta rentabilidade para os acionistas, enquanto valores reduzidos podem sugerir problemas de lucratividade ou alavancagem excessiva (Matarazzo, 2010). O ROE é fundamental para avaliar a atratividade da empresa no mercado de capitais (Gitman, 2010).

O giro do patrimônio líquido, por fim, indica a capacidade da instituição de gerar receitas a partir do capital próprio investido. Esse indicador relaciona as receitas de intermediação financeira ao patrimônio líquido médio, demonstrando o nível de utilização dos recursos próprios na geração de receitas (ASSAF NETO, 2012). Já a margem líquida representa a parcela do lucro líquido em relação às receitas, evidenciando a eficiência global da instituição após a consideração de todos os custos, despesas e tributos (GITMAN, 2010).

O quadro 1 mostra os indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa, bem como sua categoria e forma de cálculo.

Quadro 1 - Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa.

Categoria	Indicador	Cálculo
Desempenho Operacional	Juros Passivos	despesas de intermediação financeira / passivo médio total
	Lucratividade dos Ativos	Receitas de Intermediação Financeira / Ativo Médio Total
	Margem financeira dos Ativos	Resultado de Intermediação / Ativo Total Médio
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	Resultado de Intermediação Financeira / Receitas de Intermediação Financeira
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	PCLD / Receitas de Intermediação Financeira
Rentabilidade	ROA	Lucro Líquido / Ativo Total Médio
	ROE	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio
	Giro do PL	Receitas de Intermediação Financeira / Patrimônio Líquido Médio
	Margem Líquida	Lucro Líquido / Receitas de Intermediação Financeira
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	Patrimônio Líquido / Ativo Total

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Assaf Neto (2024).

2.4 INDICADORES ECONÔMICOS

Os indicadores econômicos constituem instrumentos utilizados para mensurar e acompanhar o comportamento da economia ao longo do tempo. Esses indicadores permitem identificar tendências relacionadas à atividade produtiva, ao nível geral de preços, às condições monetárias e ao desempenho econômico de um país. Segundo Vasconcellos e Garcia (2019), os indicadores econômicos sintetizam informações relevantes para a compreensão da dinâmica econômica, servindo como referência para governos, empresas, investidores e instituições financeiras.

No Brasil, os principais indicadores econômicos são produzidos e divulgados por órgãos oficiais, destacando-se o Banco Central do Brasil (BCB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas instituições são responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação de

informações utilizadas para monitorar as condições econômicas nacionais e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Entre os indicadores mais utilizados para avaliação do ambiente econômico destaca-se a taxa Selic, considerada a taxa básica de juros da economia brasileira. Segundo o Banco Central do Brasil (2024), a Selic corresponde à taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, constituindo o principal instrumento utilizado na condução da política monetária nacional. Alterações na taxa Selic influenciam diretamente as taxas de juros praticadas no mercado financeiro, afetando operações de crédito, aplicações financeiras, investimentos e decisões de consumo.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2024), a definição da taxa Selic busca contribuir para o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Em razão de sua relevância para o funcionamento da economia, esse indicador é amplamente utilizado em análises relacionadas ao comportamento do mercado financeiro, à disponibilidade de crédito e às condições monetárias do país.

Outro indicador de grande importância para a economia brasileira é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme o IBGE (2024), o IPCA representa o índice oficial de inflação do Brasil e tem como finalidade medir a variação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias com rendimento mensal de um a quarenta salários mínimos residentes nas principais regiões metropolitanas do país.

Segundo o IBGE (2024), o acompanhamento da inflação permite avaliar a evolução do poder de compra da moeda e o comportamento dos preços na economia. O indicador também é utilizado como referência para a definição das metas de inflação do país e para diversas decisões relacionadas à política econômica e ao mercado financeiro.

Além da taxa de juros e da inflação, a avaliação das condições econômicas frequentemente utiliza indicadores relacionados à atividade produtiva. Nesse contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) constitui a principal medida de desempenho econômico de um país. De acordo com o IBGE (2024), o PIB corresponde ao valor monetário dos bens e serviços finais produzidos em determinado território durante um período específico, representando uma das principais referências para mensuração da atividade econômica.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística destaca que o crescimento ou a retração do Produto Interno Bruto permite identificar mudanças no nível de atividade econômica, refletindo alterações nos níveis de produção, investimento, consumo e geração de renda. Em razão disso, o indicador é amplamente utilizado para avaliação do desempenho econômico nacional e para acompanhamento dos ciclos econômicos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) destaca que a análise conjunta

de indicadores relacionados aos juros, à inflação e ao crescimento econômico permite compreender diferentes dimensões do ambiente econômico. Essas variáveis são frequentemente utilizadas para monitorar a estabilidade econômica, avaliar o desempenho dos mercados e acompanhar os efeitos das medidas econômicas adotadas pelas autoridades públicas.

Quadro 2 – Indicadores econômicos utilizados na pesquisa.

Indicador Econômico	Finalidade
Taxa Selic	Influenciar as condições monetárias e contribuir para o controle da inflação.
IPCA	Mensurar a evolução do nível geral de preços da economia.
PIB	Avaliar o desempenho e o crescimento da atividade econômica.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Banco Central do Brasil (2024), IBGE (2024) e IPEA (2024).

2.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO

As medidas econômicas correspondem ao conjunto de ações implementadas pelo Estado com o objetivo de influenciar o comportamento da economia e promover determinados resultados relacionados ao crescimento econômico, à estabilidade dos preços, ao emprego, à renda e ao equilíbrio das contas públicas. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2022), a atuação governamental na economia ocorre por meio de diferentes instrumentos que permitem influenciar a demanda agregada, os níveis de investimento, o consumo das famílias e as condições gerais de funcionamento dos mercados.

De acordo com Rossetti (2016), a participação do Estado nas economias modernas está associada à necessidade de corrigir falhas de mercado, reduzir instabilidades econômicas e promover condições adequadas ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, as medidas econômicas constituem mecanismos utilizados pelos governos para influenciar variáveis econômicas consideradas estratégicas, como inflação, juros, emprego, produção e renda.

A literatura econômica tradicional classifica as medidas econômicas em diferentes categorias, destacando-se as medidas monetárias e as medidas fiscais. Conforme Vasconcellos e Garcia (2019), as medidas monetárias compreendem ações voltadas ao controle da oferta de moeda, do crédito e das taxas de juros, enquanto as medidas fiscais estão relacionadas à arrecadação tributária, aos gastos públicos e à administração das contas governamentais.

Segundo Lopes e Vasconcellos (2021), as medidas monetárias exercem papel relevante na condução da economia por influenciarem diretamente as condições de liquidez do sistema financeiro

e o custo dos recursos disponíveis para empresas e consumidores. No Brasil, essas ações são executadas pelo Banco Central do Brasil, instituição responsável pela condução da política monetária e pela manutenção da estabilidade do poder de compra da moeda.

Entre os instrumentos monetários mais utilizados destaca-se a taxa básica de juros da economia, conhecida como taxa Selic. Conforme Fortuna (2021), a taxa de juros representa um importante mecanismo de transmissão das decisões econômicas para o mercado financeiro, influenciando operações de crédito, aplicações financeiras, captação de recursos e decisões de investimento. Alterações nas taxas de juros tendem a produzir efeitos sobre a demanda por crédito, o comportamento dos agentes econômicos e o desempenho das instituições financeiras.

Além das medidas monetárias, as medidas fiscais também ocupam posição de destaque na literatura econômica. Segundo Giambiagi e Além (2016), a política fiscal envolve decisões relacionadas à arrecadação de tributos, à realização de despesas públicas e à administração do orçamento governamental. A utilização desses instrumentos permite ao governo atuar sobre o nível de atividade econômica, influenciando o consumo, o investimento e a geração de renda.

Rossetti (2016) observa que medidas fiscais expansionistas normalmente estão associadas ao aumento dos gastos públicos, à ampliação de investimentos governamentais e à concessão de incentivos tributários, enquanto medidas fiscais restritivas estão relacionadas à contenção de despesas e ao fortalecimento da arrecadação. A adoção de uma ou outra estratégia depende das condições econômicas observadas em determinado período e dos objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais.

As medidas econômicas também apresentam estreita relação com o funcionamento do sistema financeiro. Segundo Assaf Neto (2021), o mercado financeiro desempenha papel fundamental na alocação de recursos na economia, sendo diretamente influenciado pelas condições monetárias, fiscais e macroeconômicas vigentes. Dessa forma, alterações promovidas pelas autoridades econômicas tendem a repercutir sobre o volume de crédito, os custos de captação, a rentabilidade das operações financeiras e os riscos associados às atividades bancárias.

Fortuna (2021) destaca que as instituições financeiras exercem a função de intermediação entre agentes superavitários e deficitários, captando recursos de determinados agentes econômicos e direcionando-os para aqueles que demandam financiamento. Em razão dessa característica, o desempenho dessas instituições encontra-se diretamente relacionado às condições econômicas existentes no mercado. Alterações nas taxas de juros, nos níveis de atividade econômica e nas expectativas dos agentes podem influenciar a demanda por crédito, os níveis de inadimplência e a rentabilidade das operações financeiras.

Assaf Neto (2021) ressalta que o ambiente econômico influencia tanto o volume das operações financeiras quanto a qualidade dos ativos mantidos pelas instituições bancárias. Em cenários caracterizados por crescimento econômico e estabilidade monetária, observa-se tendência

de expansão do crédito e fortalecimento da atividade financeira. Por outro lado, períodos de desaceleração econômica ou instabilidade podem resultar em aumento dos riscos de crédito e redução da atividade financeira.

A literatura também aponta que determinadas variáveis econômicas são amplamente utilizadas para avaliar os efeitos das medidas econômicas sobre a economia. Vasconcellos e Garcia (2019) destacam que os indicadores de juros, inflação e crescimento econômico constituem importantes instrumentos para análise do desempenho econômico de um país, uma vez que refletem o comportamento das principais variáveis influenciadas pelas decisões governamentais e pelas condições de mercado.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2022) afirmam que a taxa de juros constitui um dos principais instrumentos de controle monetário, influenciando decisões de consumo, investimento e financiamento. Os índices de inflação permitem avaliar a evolução do nível geral de preços da economia e o poder de compra da moeda, enquanto os indicadores de crescimento econômico possibilitam mensurar a expansão ou retração da atividade produtiva. Em conjunto, essas variáveis representam importantes referências para a análise das condições econômicas e de seus reflexos sobre os diferentes segmentos da economia, incluindo o sistema financeiro.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Partindo da classificação proposta por Gil (2019), a presente pesquisa foi caracterizada quanto à abordagem do problema, à natureza, aos objetivos e aos procedimentos técnicos adotados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Embora utilize dados quantitativos provenientes das demonstrações financeiras das instituições analisadas e indicadores econômicos divulgados por órgãos oficiais, o objetivo do estudo não consiste em realizar inferências estatísticas ou generalizações para toda a população de instituições financeiras brasileiras. Busca-se, sobretudo, interpretar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros das instituições selecionadas diante das condições econômicas observadas entre 2019 e 2024, considerando o contexto das medidas econômicas adotadas no período. Conforme Creswell e Creswell (2021), as pesquisas qualitativas buscam compreender fenômenos a partir da interpretação de contextos, relações e significados, característica compatível com os objetivos desta investigação.

Quanto à natureza, a pesquisa é classificada como aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos voltados à compreensão de uma situação específica e de interesse prático. Segundo Gil (2019), pesquisas aplicadas têm como finalidade produzir conhecimentos direcionados à solução de problemas concretos. Nesse sentido, o estudo procura compreender o comportamento do desempenho econômico-financeiro das principais instituições financeiras listadas na B3 diante das condições econômicas verificadas no período analisado, contribuindo para o entendimento dos efeitos do ambiente econômico sobre o setor bancário brasileiro.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Conforme Gil (2019), pesquisas descritivas têm como propósito identificar, registrar, analisar e descrever características de determinada população, fenômeno ou relação entre variáveis. Dessa forma, o presente estudo busca descrever o comportamento dos indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras analisadas, bem como dos indicadores econômicos e das medidas econômicas observadas entre 2019 e 2024, possibilitando a identificação de relações entre o desempenho das instituições e o contexto econômico do período.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como documental. De acordo com Severino (2017), a pesquisa documental utiliza documentos como fonte primária de dados, permitindo ao pesquisador obter informações diretamente dos registros produzidos pelas organizações e instituições analisadas. Assim, foram utilizados documentos oficiais disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela B3, pelos relatórios anuais e formulários de

referência das instituições financeiras selecionadas, bem como dados divulgados por órgãos oficiais, como Banco Central do Brasil (BCB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da presente pesquisa são constituídos por instituições financeiras de capital aberto com ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Considerando os objetivos propostos e a necessidade de analisar organizações representativas do setor bancário brasileiro, foi definida uma amostra não probabilística e intencional composta por quatro instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.

A escolha dessas instituições fundamentou-se em sua relevância para o Sistema Financeiro Nacional, sua expressiva participação no mercado bancário brasileiro e sua representatividade no mercado de capitais nacional. Em conjunto, as instituições selecionadas concentravam, ao final de 2024, ativos totais superiores a R\$ 8,5 trilhões, posicionando-se entre os maiores conglomerados financeiros em operação no país. Além disso, as quatro organizações possuem ações negociadas na B3, integram o grupo das principais instituições financeiras brasileiras e desempenham papel relevante na intermediação financeira, concessão de crédito, captação de recursos e financiamento das atividades econômicas nacionais.

Quadro 3 – Instituições financeiras analisadas.

Instituição	Ativos Totais (R\$ trilhões)
1. Itaú Unibanco	1.1 2,85
2. Banco do Brasil	2.1 2,40
3. Bradesco	3.1 2,07
4. Santander Brasil	4.1 1,24
Total da amostra	8,56

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Banco Bradesco (2025), Banco do Brasil (2025), Itaú Unibanco (2025) e Santander Brasil (2025).

A seleção dessas instituições também se justifica pela disponibilidade e padronização das informações financeiras divulgadas ao mercado, uma vez que companhias abertas estão sujeitas às exigências de divulgação estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), permitindo acesso a demonstrações financeiras auditadas, formulários de referência e relatórios anuais. Essa característica assegura maior confiabilidade, comparabilidade e consistência dos dados utilizados na

pesquisa.

Além da delimitação institucional, foi estabelecido um recorte temporal compreendido entre os anos de 2019 e 2024. A escolha desse período buscou contemplar diferentes cenários econômicos observados no Brasil, incluindo momentos de expansão, retração e recuperação da atividade econômica, bem como alterações relevantes nas condições monetárias, inflacionárias e fiscais do país.

Para fins de contextualização do ambiente econômico analisado, foram considerados os períodos correspondentes aos governos federais vigentes durante o intervalo estudado, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Governos observados na pesquisa

Governo
1. Jair Messias Bolsonaro (2019–2022)
2. Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2024)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A utilização desses períodos governamentais está diretamente relacionada à análise das medidas econômicas observadas entre 2019 e 2024. Conforme apresentado na metodologia da pesquisa, foram identificadas e sistematizadas as principais medidas econômicas implementadas ao longo do período estudado, as quais constituem um dos elementos de contextualização do ambiente econômico analisado. A consideração dos diferentes períodos governamentais permite organizar temporalmente essas medidas, possibilitando sua posterior relação com os indicadores econômicos selecionados e com os indicadores econômico-financeiros das instituições analisadas.

Dessa forma, o recorte temporal adotado possibilita observar o desempenho das instituições financeiras em distintos contextos econômicos, considerando não apenas o comportamento de indicadores como taxa Selic, inflação e crescimento econômico, mas também as medidas econômicas implementadas ao longo do período, as quais compõem o contexto de análise proposto nesta pesquisa.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, utilizando informações secundárias obtidas em fontes oficiais e de acesso público. A opção por esse procedimento decorre da necessidade de utilizar dados padronizados, auditados e divulgados regularmente pelas instituições financeiras e pelos órgãos responsáveis pela produção das informações econômicas analisadas na pesquisa.

Inicialmente, foram coletadas as informações necessárias para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros das instituições analisadas. Para tanto, utilizaram-se as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), os Formulários de Referência, os Relatórios da Administração e os Relatórios Anuais divulgados por Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. Os documentos foram obtidos por meio da plataforma da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e das páginas de Relações com Investidores das respectivas instituições financeiras.

A partir desses documentos, foram coletadas as informações necessárias para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros definidos na metodologia da pesquisa, compreendendo medidas relacionadas ao desempenho operacional, à inadimplência e à rentabilidade das instituições financeiras. Os dados foram obtidos para todos os exercícios compreendidos entre 2019 e 2024, possibilitando a construção de séries históricas anuais para cada indicador analisado.

Paralelamente, foram coletados os indicadores econômicos utilizados para caracterização do ambiente econômico observado no período estudado. A taxa Selic média anual foi obtida junto ao Banco Central do Brasil (BCB), enquanto os dados referentes à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e ao crescimento econômico, representado pela variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além dos indicadores econômicos, foram levantadas as principais medidas econômicas observadas entre 2019 e 2024. Para essa etapa, foram consultados documentos oficiais publicados pelo Governo Federal, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Presidência da República e demais órgãos governamentais relacionados à formulação e execução da política econômica nacional. O objetivo desse levantamento foi identificar medidas econômicas relevantes adotadas ao longo do período analisado, as quais posteriormente foram utilizadas para contextualização dos resultados obtidos.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta, os dados foram organizados e sistematizados em planilhas eletrônicas, permitindo a construção de séries históricas anuais para o período compreendido entre 2019 e 2024. As informações obtidas a partir das demonstrações financeiras das instituições analisadas e dos indicadores econômicos divulgados por órgãos oficiais foram agrupadas de acordo com as categorias definidas na metodologia da pesquisa, possibilitando a realização dos cálculos necessários e a posterior interpretação dos resultados.

Inicialmente, foram organizados os indicadores econômico-financeiros das instituições analisadas, contemplando medidas relacionadas ao desempenho operacional e da atividade, à inadimplência e à rentabilidade. Esses indicadores constituíram a base para avaliação do comportamento das instituições financeiras ao longo do período estudado.

Quadro 5 – Indicadores econômico-financeiros utilizados na pesquisa.

Categoria	Indicadores
1. Desempenho operacional	1.1 Juros Passivos
	1.2 Margem Financeira dos Ativos
	1.3 Lucratividade dos Ativos
2. Desempenho da Atividade	2.1 Margem Financeira das Receitas
3. Risco e Inadimplência	3.1 Relação entre PCLD e Receitas de Intermediação Financeira
4. Rentabilidade	4.1 ROA
	4.2 ROE
	4.3 Giro do Patrimônio Líquido
	4.4 Margem Líquida
5. Estrutura de Capital e Alavancagem	5.1 Independência Financeira

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na sequência, foram organizados os indicadores econômicos utilizados para caracterização do ambiente econômico observado durante o período analisado. Esses indicadores permitiram identificar as condições monetárias, inflacionárias e de atividade econômica verificadas em cada exercício estudado.

Quadro 6 – Indicadores econômicos utilizados na pesquisa.

Categoria	Indicador
1. Condições Monetárias	1.1 Taxa Selic média anual
2. Nível Geral de Preços	2.1 IPCA anual
3. Atividade Econômica	3.1 Crescimento anual do PIB

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Posteriormente, foi definida a lógica analítica adotada para interpretação dos dados, estabelecendo as relações entre os indicadores econômico-financeiros das instituições analisadas e os indicadores econômicos observados ao longo do período estudado. Essa etapa teve como finalidade orientar a análise integrada dos resultados, permitindo a identificação de possíveis relações entre o desempenho das instituições financeiras e o ambiente econômico em que estavam inseridas.

Quadro 7 – Relação analítica adotada na pesquisa.

Indicador econômico	Indicador econômico-financeiro relacionado
1. Taxa Selic média anual	1.1 Juros Passivos
	1.2 Margem Financeira dos Ativos
	1.3 Margem Financeira das Receitas
	1.4 Lucratividade dos Ativos
2. IPCA anual	2.1 Relação entre PCLD e Receitas de Intermediação Financeira
3. Crescimento anual do PIB	3.1 Retorno sobre Ativos (ROA)
	3.2 Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)
	3.3 Giro do Patrimônio Líquido
	3.4 Margem Líquida

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A partir dessa estrutura metodológica, tornou-se possível analisar a evolução dos indicadores econômico-financeiros das instituições selecionadas e sua relação com os indicadores econômicos e as medidas econômicas observadas durante o período compreendido entre 2019 e 2024.

A partir dessa estrutura, os dados foram analisados individualmente e de forma integrada. Inicialmente, procedeu-se à análise dos indicadores econômico-financeiros das instituições selecionadas. Em seguida, foram analisados os indicadores econômicos e as medidas econômicas

observadas no período. Por fim, realizou-se a análise conjunta dessas informações, buscando identificar tendências, convergências, divergências e possíveis relações entre o desempenho das instituições financeiras, os indicadores econômicos e as medidas econômicas observadas entre os anos de 2019 e 2024.

Para auxiliar a interpretação dos resultados, foram utilizados quadros permitindo a visualização da evolução temporal dos indicadores e facilitando a comparação entre os diferentes períodos analisados. Essa abordagem possibilitou observar o comportamento das variáveis estudadas e sua eventual associação com as condições econômicas verificadas ao longo do período contemplado pela pesquisa.

4 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ANALISADAS

4.1.1 Itaú Unibanco Holding S.A

O Itaú Unibanco Holding S.A. constitui atualmente a maior instituição financeira privada do Brasil em termos de ativos totais, sendo resultado da fusão entre o Banco Itaú e o Unibanco, ocorrida em 2008. O conglomerado possui atuação abrangente em diversos segmentos financeiros, incluindo varejo bancário, crédito corporativo, investimentos, gestão de recursos, seguros e serviços financeiros digitais.

Conforme o Relatório Anual Integrado de 2024, o Itaú Unibanco encerrou o exercício com ativos totais superiores a R\$ 2,7 trilhões, patrimônio líquido acima de R\$ 220 bilhões e carteira de crédito expandida próxima de R\$ 1,3 trilhão, consolidando-se como a maior instituição bancária privada da América Latina (ITAÚ UNIBANCO, 2024).

A relevância da instituição também pode ser observada em sua capacidade de geração de resultados. Em 2024, o Itaú apresentou lucro líquido recorrente superior a R\$ 35 bilhões, mantendo elevados níveis de rentabilidade mesmo em cenários de maior volatilidade econômica. Segundo a instituição, os resultados foram impulsionados principalmente pela expansão das receitas de serviços, crescimento da carteira de crédito e controle dos índices de inadimplência.

Outro fator relevante refere-se à forte atuação tecnológica e digital do banco. O Itaú apresenta elevado volume de investimentos em inovação e transformação digital, buscando ampliar a eficiência operacional e a experiência dos clientes. Conforme dados do próprio banco, milhões de clientes utilizam canais digitais como principal meio de relacionamento com a instituição, refletindo a crescente digitalização do setor bancário brasileiro.

Além de sua relevância operacional, o Itaú Unibanco apresenta expressiva representatividade no mercado de capitais brasileiro. De acordo com a carteira teórica do Ibovespa vigente entre setembro e dezembro de 2024, as ações preferenciais ITUB4 correspondiam a 7,2795% da composição do índice, representando uma das maiores participações individuais entre todas as empresas listadas na B3 (B3, 2024). Adicionalmente, a instituição possuía carteira de crédito próxima de R\$ 1,3 trilhão, posicionando-se entre os maiores provedores de crédito do país e figurando entre os principais conglomerados financeiros do Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024; ITAÚ UNIBANCO, 2024).

A escolha do Itaú Unibanco para compor a amostra desta pesquisa justifica-se pela liderança da instituição no setor bancário privado nacional, pela elevada representatividade no mercado de capitais brasileiro, pela relevância de sua participação no mercado de crédito e pela

influência de seus resultados sobre o desempenho do sistema financeiro nacional.

4.1.2 Banco Bradesco S.A

O Banco Bradesco S.A. está entre as maiores instituições financeiras privadas do Brasil, apresentando elevada relevância no sistema financeiro nacional em razão de seu porte, abrangência operacional e participação no mercado de crédito. Fundado em 1943, o banco consolidou-se como um dos principais conglomerados financeiros da América Latina, atuando nos segmentos de varejo bancário, crédito corporativo, seguros, previdência, investimentos e meios de pagamento.

A relevância do Bradesco no mercado brasileiro pode ser observada a partir de seus indicadores operacionais e financeiros. Conforme informações divulgadas no Relatório Integrado de 2024, o banco encerrou o exercício com ativos totais superiores a R\$ 2 trilhões, patrimônio líquido acima de R\$ 180 bilhões e carteira de crédito expandida superior a R\$ 900 bilhões, posicionando-se entre os maiores bancos do país em volume de ativos e operações de crédito (BANCO BRADESCO, 2024).

Além disso, o Bradesco possui ampla presença nacional, contando com milhares de agências, postos de atendimento e canais digitais distribuídos em todo o território brasileiro.

Outro aspecto relevante refere-se à diversificação operacional do grupo. O Bradesco destaca-se não apenas nas atividades bancárias tradicionais, mas também no segmento de seguros, por meio do Grupo Bradesco Seguros, considerado um dos maiores conglomerados seguradores do Brasil.

No mercado de capitais, o Bradesco apresenta elevada representatividade. Conforme a carteira teórica do Ibovespa de setembro a dezembro de 2024, as ações BBDC4 representavam 3,5735% do índice e as ações BBDC3 outros 0,9348%, totalizando aproximadamente 4,51% de participação no principal indicador do mercado acionário brasileiro (B3, 2024). Paralelamente, a instituição mantinha carteira de crédito superior a R\$ 900 bilhões e posição entre os maiores conglomerados financeiros do Sistema Financeiro Nacional em ativos, depósitos e operações de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024).

A escolha do Banco Bradesco para compor a amostra desta pesquisa justifica-se por sua elevada representatividade no mercado acionário brasileiro, pelo volume expressivo de ativos e operações de crédito, pela diversificação de suas atividades financeiras e pela relevância histórica da instituição no desenvolvimento do sistema bancário nacional.

4.1.3 Banco do Brasil S.A

O Banco do Brasil S.A. constitui uma das instituições financeiras mais tradicionais do país, possuindo relevante participação no sistema financeiro nacional desde sua fundação, em 1808. Diferentemente das demais instituições analisadas, o Banco do Brasil apresenta controle estatal, sendo uma sociedade de economia mista com ações negociadas na B3.

A instituição possui forte atuação em diversos segmentos financeiros, com destaque para operações de crédito rural, financiamento ao agronegócio, crédito comercial e serviços bancários voltados ao setor público e privado. Segundo dados do Relatório Anual Integrado de 2024, o Banco do Brasil encerrou o exercício com ativos totais superiores a R\$ 2,3 trilhões e carteira de crédito próxima de R\$ 1,2 trilhão (BANCO DO BRASIL, 2024).

A relevância da instituição no mercado brasileiro está fortemente associada à sua atuação no agronegócio. Conforme dados divulgados pelo próprio banco, a instituição lidera o mercado de crédito rural brasileiro, desempenhando papel estratégico no financiamento da produção agrícola nacional.

No mercado de capitais, as ações BBAS3 representavam 3,5602% da carteira teórica do Ibovespa no quadrimestre de setembro a dezembro de 2024, posicionando a instituição entre as companhias mais relevantes do setor financeiro na bolsa brasileira (B3, 2024). Além disso, a carteira de crédito próxima de R\$ 1,2 trilhão coloca o Banco do Brasil entre os principais agentes financeiros do país, especialmente nos segmentos de crédito rural e agronegócio (BANCO DO BRASIL, 2024; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024).

A escolha do Banco do Brasil para esta pesquisa justifica-se não apenas por sua dimensão operacional, mas também por suas características institucionais diferenciadas, por sua relevância no mercado de capitais e pelo papel estratégico que exerce na implementação de políticas de crédito e desenvolvimento econômico.

4.1.4 Banco Santander (Brasil) S.A

O Banco Santander (Brasil) S.A. representa uma das principais instituições financeiras estrangeiras atuantes no mercado brasileiro, sendo controlado pelo Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol com presença global. A instituição possui forte atuação nos segmentos de varejo bancário, crédito corporativo, financiamento ao consumo e serviços financeiros.

Conforme informações divulgadas no Relatório Anual de 2024, o Santander Brasil encerrou o período com ativos totais superiores a R\$ 1,3 trilhão e carteira de crédito acima de R\$ 680 bilhões, posicionando-se entre os maiores bancos privados do país (SANTANDER BRASIL,

2024).

A relevância do Santander no mercado brasileiro decorre principalmente de sua expansão no setor de crédito ao consumo e financiamento de veículos, além de sua forte atuação em serviços digitais. Segundo dados da FEBRABAN (2024), o banco possui participação significativa em segmentos estratégicos do mercado financeiro nacional, especialmente nas operações voltadas ao varejo bancário e ao financiamento de pessoas físicas.

Outro aspecto relevante refere-se à internacionalização da instituição. Como parte de um conglomerado financeiro global, o Santander Brasil apresenta maior integração com fluxos financeiros internacionais, sendo potencialmente mais sensível a oscilações do cenário econômico externo e às condições globais de crédito e liquidez.

No mercado de capitais, o Santander Brasil também apresenta participação relevante entre as instituições financeiras listadas na B3. Conforme a carteira teórica do Ibovespa vigente entre setembro e dezembro de 2024, as units SANB11 representavam 1,2483% da composição do índice, figurando entre os principais ativos do setor bancário brasileiro negociados na bolsa de valores (B3, 2024). Além disso, a instituição mantinha carteira de crédito superior a R\$ 680 bilhões e posição entre os maiores conglomerados financeiros em operação no país, reforçando sua importância para o Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024; SANTANDER BRASIL, 2024).

A escolha do Banco Santander (Brasil) S.A. para compor a amostra desta pesquisa justifica-se por sua relevância no mercado financeiro brasileiro, por sua representatividade entre as instituições financeiras de capital aberto negociadas na B3, pela expressiva participação no mercado de crédito nacional e por representar o principal grupo bancário estrangeiro atuante no país. Sua inclusão permite ampliar a análise comparativa entre diferentes estruturas de controle e modelos de atuação presentes no sistema bancário brasileiro.

4.2 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS

4.2.1 Itaú Unibanco Holding S.A

Quadro 8 – Indicadores econômico-financeiros do Itaú Unibanco (2019–2024).

Categoria	Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,76%	-4,02%	-4,09%	-6,58%	-7,76%	-7,40%
	Lucratividade dos Ativos	11,79%	9,50%	9,57%	11,80%	12,88%	12,43%
	Margem financeira dos Ativos	7,34%	5,48%	5,48%	5,22%	5,12%	5,03%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	60,65%	57,67%	57,23%	44,22%	39,76%	40,48%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-9,48%	-14,07%	-7,16%	-10,87%	-10,08%	-8,79%
Rentabilidade	ROA	1,70%	0,75%	1,37%	1,30%	1,33%	1,48%
	ROE	18,55%	9,91%	17,80%	17,71%	18,01%	20,05%
	Giro do PL	1,29	1,14	1,23	1,52	1,67	1,60
	Margem Líquida	14,41%	8,67%	14,51%	11,68%	10,82%	12,56%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	9,13%	7,65%	7,95%	7,63%	7,83%	7,75%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Relatórios da Administração e Formulários de Referência do Itaú Unibanco Holding S.A. referentes aos exercícios de 2019 a 2024.

4.2.2 Banco Bradesco S.A

Quadro 9 – Indicadores econômico-financeiros do Banco Bradesco (2019–2024).

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Juros Passivos	-4,37%	-3,26%	-3,36%	-7,54%	-8,41%	-7,22%
Lucratividade dos Ativos	9,26%	6,60%	7,65%	11,88%	12,07%	10,67%
Margem financeira dos Ativos	4,89%	3,34%	4,29%	4,33%	3,66%	3,45%
Margem Financeira das Receitas	52,84%	50,65%	56,06%	36,48%	30,33%	32,33%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-11,27%	-19,86%	-7,66%	-11,54%	-14,31%	-12,91%
ROA	1,58%	1,07%	1,43%	1,24%	0,78%	0,88%
ROE	16,27%	11,39%	15,78%	13,83%	8,87%	10,44%
Giro do PL	0,96	0,70	0,85	1,33	1,37	1,27
Margem Líquida	17,03%	16,29%	18,64%	10,42%	6,46%	8,23%
Independência Financeira	9,83%	9,11%	8,97%	8,93%	8,66%	8,16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Relatórios da Administração e Formulários de Referência do Banco Bradesco S.A. referentes aos exercícios de 2019 a 2024.

4.2.3 Banco do Brasil S.A

Quadro 10 – Indicadores econômico-financeiros do Banco do Brasil (2019–2024).

Categoria	Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,87%	-2,75%	-3,69%	-8,30%	-8,49%	-7,42%
	Lucratividade dos Ativos	8,64%	6,27%	7,01%	12,11%	12,76%	12,02%
	Margem financeira dos Ativos	3,78%	3,52%	3,32%	3,81%	4,26%	4,59%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	43,70%	56,18%	47,38%	31,43%	33,43%	38,21%
Inadimplencia	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-16,20%	-19,95%	-10,21%	-7,63%	-9,55%	-17,44%
Rentabilidade	ROA	1,33%	0,85%	1,10%	1,54%	1,59%	1,28%
	ROE	17,61%	19,38%	14,40%	19,38%	19,68%	16,31%
	Giro do PL	1,15	0,83	0,92	1,53	1,57	1,53
	Margem Líquida	15,34%	13,47%	15,66%	12,68%	12,49%	10,67%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	7,57%	7,55%	7,69%	8,14%	8,06%	7,68%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Relatórios da Administração e Formulários de Referência do Banco do Brasil S.A. referentes aos exercícios de 2019 a 2024.

4.2.4 Banco Santander (Brasil) S.A

Quadro 11 – Indicadores econômico-financeiros do Banco Santander (2019–2024).

Categoria	Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-3,84%	-2,16%	-2,86%	-7,07%	-7,75%	-6,84%
	Lucratividade dos Ativos	9,81%	7,41%	8,36%	12,02%	12,21%	11,65%
	Margem financeira dos Ativos	5,97%	5,25%	5,50%	4,96%	4,46%	4,81%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	60,85%	70,80%	65,80%	41,23%	36,55%	41,32%
Inadimplencia	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-23,59%	-30,57%	-24,95%	-22,74%	-25,48%	-24,30%
Rentabilidade	ROA	2,24%	1,59%	1,67%	1,50%	0,90%	1,14%
	ROE	17,62%	13,23%	14,67%	13,24%	8,42%	11,43%
	Giro do PL	0,77	0,62	0,74	1,06	1,14	1,17
	Margem Líquida	22,83%	21,43%	19,95%	12,44%	7,40%	9,78%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	12,78%	11,36%	11,38%	11,23%	10,29%	9,67%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Relatórios da Administração e Formulários de Referência do Banco Santander (Brasil) S.A. referentes aos exercícios de 2019 a 2024.

4.3 ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS MEDIDAS ECONÔMICAS E DOS INDICADORES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (2019–2024)

4.3.1 Contexto econômico no ano de 2019

O ano de 2019 foi marcado por um cenário de recuperação gradual da economia brasileira após os impactos da recessão econômica observada entre 2015 e 2016. Apesar da retomada da atividade econômica, o crescimento ocorreu de forma moderada, refletindo ainda a fragilidade do ambiente econômico nacional e o baixo nível de confiança de consumidores e investidores no início do período (IBGE, 2020).

Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou crescimento de aproximadamente 1,2% em 2019, resultado impulsionado principalmente pelo setor de serviços e pelo consumo das famílias. A

indústria apresentou crescimento limitado ao longo do período, enquanto os investimentos ainda demonstravam recuperação gradual em relação aos anos anteriores (IBGE, 2020).

No campo inflacionário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador oficial de inflação do país, encerrou o ano em 4,31%, permanecendo próximo ao centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, fixada em 4,25% para o período (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). Segundo o Banco Central, o comportamento relativamente controlado da inflação esteve associado à recuperação econômica moderada, à redução da pressão sobre a demanda e à estabilidade observada em determinados grupos de preços.

Diante desse cenário inflacionário mais controlado, o Banco Central do Brasil adotou uma política monetária expansionista ao longo de 2019. O Comitê de Política Monetária (COPOM) promoveu sucessivas reduções na taxa básica de juros (Selic), que passou de 6,50% ao ano no início do período para 4,50% ao final de 2019, atingindo, até então, o menor patamar histórico da economia brasileira (Banco Central do Brasil, 2020).

Segundo o Relatório de Inflação do Banco Central (2020), a redução da Selic teve como principal objetivo estimular a atividade econômica por meio da redução do custo do crédito e do incentivo ao consumo e ao investimento. A diminuição das taxas de juros também impactou diretamente o mercado financeiro, favorecendo a expansão das operações de crédito e reduzindo os custos de captação das instituições financeiras.

Além da política monetária expansionista, o ano de 2019 foi marcado por importantes medidas estruturais no campo fiscal e econômico. Entre elas, destaca-se a aprovação da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019), considerada uma das principais medidas econômicas do período. A reforma buscou reduzir o crescimento das despesas previdenciárias no longo prazo e melhorar a sustentabilidade fiscal do país (Tesouro Nacional, 2020).

A aprovação da reforma contribuiu para a melhora das expectativas do mercado financeiro em relação à trajetória da dívida pública brasileira. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a medida foi interpretada como um avanço importante no processo de ajuste fiscal, favorecendo a redução da percepção de risco da economia brasileira.

No cenário externo, o ambiente internacional apresentou desaceleração econômica ao longo de 2019, influenciado principalmente pelas tensões comerciais entre Estados Unidos e China. Esse contexto afetou economias emergentes, incluindo o Brasil, impactando o fluxo de investimentos internacionais e os preços de commodities relevantes para a economia nacional (Fundo Monetário Internacional, 2019).

No setor bancário, o ambiente de juros reduzidos contribuiu para alterações importantes no comportamento das instituições financeiras. A queda da Selic resultou em redução do custo de captação e favoreceu a expansão das operações de crédito, especialmente para pessoas físicas.

Entretanto, o cenário de juros baixos também pressionou as margens de intermediação financeira, exigindo maior eficiência operacional das instituições (Febraban, 2020).

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2020), observou-se em 2019 crescimento da digitalização bancária, expansão das plataformas digitais e aumento da competitividade no setor financeiro, especialmente em razão do crescimento das fintechs e da ampliação dos serviços financeiros digitais.

Dessa forma, o contexto econômico de 2019 caracterizou-se por um ambiente de recuperação gradual da economia, inflação controlada, redução significativa da taxa básica de juros e avanço de reformas estruturais.

4.3.2 Contexto econômico no ano de 2020

O ano de 2020 foi marcado por uma das maiores crises econômicas e sanitárias da história recente, provocada pela pandemia de COVID-19. A disseminação global do vírus resultou na adoção de medidas de isolamento social, restrições à atividade econômica e redução significativa da circulação de pessoas, afetando diretamente produção, consumo, emprego e investimentos em escala mundial (Fundo Monetário Internacional, 2020).

No Brasil, os impactos econômicos da pandemia foram expressivos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou retração de aproximadamente -3,3% em 2020, representando uma das maiores quedas da atividade econômica nas últimas décadas (IBGE, 2021).

A desaceleração econômica afetou diversos setores, especialmente serviços, comércio e indústria, enquanto o mercado de trabalho registrou forte aumento do desemprego e redução da renda das famílias. Segundo o IBGE (2021), milhões de trabalhadores foram impactados pelas restrições econômicas impostas durante o período mais crítico da pandemia.

No campo inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em aproximadamente 4,52%, resultado relativamente elevado considerando o ambiente recessivo observado no período (Banco Central do Brasil, 2021). Inicialmente, a redução da demanda provocou desaceleração inflacionária; entretanto, ao longo do ano, fatores como a desvalorização cambial, aumento dos preços de alimentos e elevação dos custos logísticos passaram a pressionar os preços.

Diante do cenário recessivo, o Banco Central do Brasil adotou uma política monetária fortemente expansionista. O Comitê de Política Monetária (COPOM) promoveu sucessivas reduções na taxa básica de juros (Selic), que passou de 4,50% ao ano no início de 2020 para 2,00% ao final do período, atingindo o menor patamar histórico da economia brasileira (BANCO

CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Segundo o Banco Central (2021), a redução da Selic teve como principal objetivo estimular a atividade econômica, reduzir o custo do crédito e preservar a liquidez do sistema financeiro em um contexto de forte deterioração econômica. Além da redução dos juros, o Banco Central implementou medidas complementares de suporte ao sistema financeiro, incluindo:

- flexibilização de exigências regulatórias;
- redução de depósitos compulsórios;
- ampliação da liquidez bancária;
- linhas emergenciais de financiamento.

Essas medidas buscaram preservar a estabilidade do sistema financeiro e garantir a continuidade da oferta de crédito durante o período de crise.

No âmbito fiscal, o governo federal adotou políticas expansionistas de grande magnitude para reduzir os impactos sociais e econômicos da pandemia. Entre as principais medidas implementadas destacam-se:

- pagamento do auxílio emergencial;
- programas de manutenção do emprego e renda;
- linhas de crédito subsidiadas para empresas;
- ampliação dos gastos públicos em saúde e assistência social.

Segundo o Tesouro Nacional (2021), tais medidas contribuíram para forte aumento do déficit fiscal e da dívida pública brasileira, porém foram consideradas fundamentais para evitar uma retração econômica ainda mais severa.

Além disso, o cenário internacional também exerceu forte influência sobre a economia brasileira. A elevada aversão ao risco nos mercados globais provocou intensa volatilidade financeira, desvalorização cambial e saída de capital estrangeiro de economias emergentes, incluindo o Brasil (FMI, 2020).

No setor bancário, a pandemia provocou aumento significativo do risco de crédito, diante da deterioração da capacidade de pagamento de famílias e empresas. Em resposta, as instituições financeiras elevaram substancialmente as provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), buscando antecipar possíveis perdas decorrentes da crise econômica.

Além disso, o ambiente de juros historicamente baixos pressionou as margens de intermediação financeira, reduzindo parcialmente a rentabilidade das instituições bancárias. Segundo a Febraban (2021), os bancos intensificaram investimentos em digitalização e canais eletrônicos durante o período, em razão das restrições presenciais impostas pela pandemia.

Dessa forma, o contexto econômico de 2020 caracterizou-se por forte recessão econômica, adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas, aumento do risco de crédito e elevada instabilidade econômica.

4.3.3 Contexto econômico no ano de 2021

O ano de 2021 foi marcado pelo processo de recuperação econômica após os impactos mais severos da pandemia de COVID-19 observados em 2020. A retomada gradual das atividades produtivas, o avanço da vacinação e a flexibilização das medidas de isolamento social contribuíram para a recuperação do consumo, da produção e do mercado de trabalho. Entretanto, o período também foi caracterizado por forte pressão inflacionária, instabilidade econômica e início de um ciclo de aperto monetário no Brasil.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou crescimento aproximado de 4,6% em 2021, recuperando parte das perdas registradas durante a crise sanitária de 2020 (IBGE, 2022). O crescimento foi impulsionado principalmente pela retomada do setor de serviços, pelo avanço do consumo das famílias e pela recuperação parcial dos investimentos privados.

Apesar da recuperação econômica, a inflação apresentou forte aceleração ao longo do período. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em aproximadamente 10,06%, representando o maior nível inflacionário desde 2015 (Banco Central do Brasil, 2022). O avanço da inflação esteve relacionado a diversos fatores, tanto internos quanto externos.

Entre os principais fatores inflacionários observados em 2021 destacam-se:

- elevação dos preços internacionais das commodities;
- aumento do preço dos combustíveis;
- desvalorização cambial;
- crise hídrica e aumento das tarifas de energia elétrica;
- gargalos nas cadeias globais de suprimentos após a pandemia.

Segundo o Banco Central do Brasil (2022), a inflação observada em 2021 apresentou forte influência dos choques de oferta, especialmente nos setores de energia, alimentos e combustíveis. Além disso, a recuperação da demanda após a reabertura da economia também contribuiu para o aumento generalizado dos preços.

Diante desse cenário inflacionário, o Banco Central do Brasil iniciou em 2021 um ciclo de aperto monetário, encerrando o período de política monetária expansionista adotado durante a pandemia. O Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou progressivamente a taxa básica de juros (Selic), que passou de 2,00% ao ano no início de 2021 para 9,25% ao final do período (Banco Central do Brasil, 2022).

Segundo o Relatório de Inflação do Banco Central (2022), a elevação da Selic teve como principal objetivo conter a inflação e reancorar as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. O aumento dos juros também buscou reduzir os efeitos da expansão da demanda

sobre os preços e preservar a credibilidade da política monetária brasileira.

Entretanto, embora necessária para o controle inflacionário, a elevação da taxa Selic provocou aumento do custo do crédito para famílias e empresas, impactando diretamente o consumo, os investimentos e a dinâmica do mercado financeiro.

No campo fiscal, o governo federal manteve parte das políticas de estímulo econômico adotadas durante a pandemia, ainda que em menor intensidade. Entre as principais medidas implementadas destacam-se:

- continuidade de programas de transferência de renda;
- manutenção parcial de medidas de suporte ao crédito;
- discussões sobre flexibilização do teto de gastos;
- ampliação do programa Auxílio Brasil.

Segundo o Tesouro Nacional (2022), o ambiente fiscal de 2021 foi marcado pelo aumento das incertezas relacionadas à trajetória da dívida pública e à sustentabilidade fiscal do país. As discussões envolvendo alterações no teto de gastos e expansão das despesas públicas contribuíram para elevar a percepção de risco da economia brasileira.

No cenário internacional, a economia global também enfrentou desafios relevantes em 2021. A recuperação pós-pandemia ocorreu de forma desigual entre os países, enquanto problemas nas cadeias logísticas globais provocaram escassez de insumos e aumento dos custos de produção em diversos setores (Fundo Monetário Internacional, 2021).

Além disso, o ambiente internacional foi marcado pelo início da normalização das políticas monetárias em algumas economias desenvolvidas, especialmente diante do aumento global da inflação.

No setor bancário brasileiro, o cenário econômico de 2021 apresentou impactos distintos sobre as instituições financeiras. Por um lado, a retomada da atividade econômica e o início da elevação da taxa Selic favoreceram o crescimento das receitas financeiras e a recuperação parcial das margens de intermediação financeira. Por outro lado, o ambiente inflacionário e o aumento do custo do crédito elevaram os riscos relacionados à inadimplência.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2022), o setor bancário brasileiro apresentou em 2021 recuperação gradual dos resultados operacionais após os efeitos mais severos da pandemia, especialmente em razão da melhora da atividade econômica e da retomada das operações de crédito.

Além disso, o período também foi marcado pelo avanço da digitalização bancária, ampliação do Open Banking e crescimento da concorrência no setor financeiro, especialmente em razão da expansão das fintechs e dos bancos digitais.

Dessa forma, o contexto econômico de 2021 caracterizou-se por recuperação econômica, forte pressão inflacionária, início da elevação da taxa básica de juros e aumento das incertezas

fiscais.

4.3.4 Contexto econômico no ano de 2022

O ano de 2022 foi marcado pela consolidação do processo de recuperação econômica iniciado após os impactos mais severos da pandemia de COVID-19, embora ainda em um cenário de elevada instabilidade macroeconômica, inflação persistente e forte aperto monetário. O período também foi influenciado por fatores externos relevantes, especialmente os efeitos econômicos do conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, que provocou impactos significativos sobre os preços globais de energia, combustíveis e commodities agrícolas (Fundo Monetário Internacional, 2022).

No Brasil, a atividade econômica apresentou desempenho moderadamente positivo. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou crescimento aproximado de 2,9% em 2022, impulsionado principalmente pelo setor de serviços e pela recuperação do mercado de trabalho (IBGE, 2023).

O avanço do consumo das famílias, associado à retomada das atividades presenciais e à melhora gradual do nível de emprego, contribuiu para sustentar o crescimento econômico durante o período. Entretanto, o ambiente econômico permaneceu pressionado pela inflação elevada e pelo aumento significativo do custo do crédito.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em aproximadamente 5,79%, permanecendo acima da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (Banco Central do Brasil, 2023). Apesar da desaceleração em relação ao ano anterior, a inflação continuou impactando o poder de compra da população e elevando os custos operacionais das empresas.

Entre os principais fatores que contribuíram para a manutenção da inflação elevada em 2022 destacam-se:

- aumento dos preços internacionais de combustíveis e energia;
- impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia;
- persistência de gargalos logísticos globais;
- pressão sobre os preços de alimentos;
- elevada volatilidade cambial.

Segundo o Banco Central do Brasil (2023), embora tenham ocorrido medidas de desoneração tributária sobre combustíveis e energia elétrica ao longo do período, as pressões inflacionárias permaneceram relevantes em diversos setores da economia.

Diante desse cenário, o Banco Central do Brasil manteve a política monetária restritiva

iniciada em 2021. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 13,75% ao ano em agosto de 2022, permanecendo nesse patamar até o final do período (Banco Central do Brasil, 2023).

Segundo o Comitê de Política Monetária (COPOM), a manutenção da Selic em níveis elevados teve como principal objetivo controlar a inflação e reduzir os riscos de desancoragem das expectativas inflacionárias. Conforme destaca Mishkin (2016), políticas monetárias restritivas buscam reduzir o nível de demanda agregada por meio do encarecimento do crédito, contribuindo para desacelerar o crescimento dos preços.

Entretanto, o aumento expressivo da taxa Selic também provocou impactos relevantes sobre a economia brasileira. O maior custo do crédito afetou diretamente famílias e empresas, reduzindo o consumo financiado, dificultando investimentos e elevando os níveis de inadimplência no sistema financeiro.

No campo fiscal, o ano de 2022 foi marcado pela adoção de medidas voltadas à redução dos impactos inflacionários sobre a população e ao estímulo do consumo em período eleitoral. Entre as principais medidas adotadas destacam-se:

- ampliação do programa Auxílio Brasil;
- redução de tributos federais e estaduais sobre combustíveis;
- ampliação de benefícios sociais;
- aumento de gastos públicos relacionados a programas de transferência de renda.

Segundo o Tesouro Nacional (2023), essas medidas contribuíram para elevar as discussões relacionadas à sustentabilidade fiscal e à trajetória da dívida pública brasileira, especialmente diante da ampliação dos gastos em um cenário de juros elevados.

Além disso, o ambiente político e eleitoral observado em 2022 também contribuiu para o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, ampliando a percepção de risco entre investidores nacionais e estrangeiros.

No cenário internacional, diversas economias adotaram políticas monetárias restritivas em resposta ao avanço inflacionário global. Bancos centrais de países desenvolvidos, especialmente o Federal Reserve (FED), nos Estados Unidos, promoveram elevação significativa das taxas de juros ao longo de 2022, contribuindo para o fortalecimento do dólar e para maior pressão sobre economias emergentes (FMI, 2022).

No setor bancário brasileiro, o ambiente de juros elevados favoreceu parcialmente as instituições financeiras, especialmente em relação às receitas de intermediação financeira. A elevação da Selic ampliou os spreads bancários e contribuiu para o crescimento das margens financeiras das instituições analisadas.

Entretanto, o cenário também provocou aumento significativo do risco de crédito. O encarecimento do crédito e a perda de poder de compra das famílias contribuíram para o crescimento da inadimplência, especialmente nos segmentos de crédito de varejo e financiamento ao

consumo.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2023), o sistema bancário brasileiro apresentou em 2022 aumento das receitas financeiras e recuperação da rentabilidade operacional, embora acompanhado por crescimento das provisões para perdas de crédito em razão da deterioração da capacidade de pagamento de parte dos tomadores de crédito.

Além disso, o período também foi marcado pela continuidade da transformação digital do setor bancário, expansão do Open Finance e fortalecimento da concorrência entre bancos tradicionais, fintechs e instituições digitais.

Dessa forma, o contexto econômico de 2022 caracterizou-se pela combinação entre crescimento econômico moderado, inflação persistente, juros elevados e aumento do risco de crédito.

4.3.5 Contexto econômico no ano de 2023

O ano de 2023 foi marcado por um cenário de desaceleração inflacionária, manutenção inicial de juros elevados e início gradual do processo de flexibilização monetária no Brasil. O período também foi caracterizado pela transição de governo, pela implementação de novas diretrizes fiscais e pela tentativa de estabilização das expectativas econômicas após os elevados níveis de inflação observados nos anos anteriores.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou crescimento aproximado de 2,9% em 2023, impulsionado principalmente pelo desempenho do agronegócio, pela expansão do setor de serviços e pela melhora gradual do consumo das famílias (IBGE, 2024).

O agronegócio apresentou destaque significativo no período, favorecido pelas condições climáticas positivas e pelo elevado volume de exportações agrícolas. Segundo o IBGE (2024), o setor agropecuário exerceu papel fundamental na sustentação do crescimento econômico brasileiro ao longo do ano.

No campo inflacionário, observou-se desaceleração relevante em relação aos anos anteriores. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2023 em aproximadamente 4,62%, retornando para níveis mais próximos da meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional (Banco Central do Brasil, 2024).

A desaceleração da inflação esteve relacionada principalmente:

- à política monetária restritiva adotada nos anos anteriores;
- à redução dos preços internacionais de commodities;
- à desaceleração da demanda;

- à normalização gradual das cadeias globais de suprimentos;
- à redução das pressões sobre combustíveis e energia.

Segundo o Banco Central do Brasil (2024), o processo de desinflação observado em 2023 refletiu os efeitos defasados da elevação da taxa Selic iniciada em 2021, bem como a melhora parcial das condições externas e domésticas.

Diante da desaceleração inflacionária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou em agosto de 2023 o processo de redução da taxa básica de juros. A Selic, que permaneceu em 13,75% ao ano durante parte significativa do período, encerrou o ano em 11,75% ao ano (Banco Central do Brasil, 2024).

Segundo o Banco Central, a redução gradual dos juros ocorreu de forma cautelosa, em razão da necessidade de preservar o controle inflacionário e manter as expectativas de inflação ancoradas. Conforme Mishkin (2016), alterações na política monetária exercem impactos diretos sobre crédito, consumo, investimentos e atividade econômica, afetando também o comportamento do sistema financeiro.

Apesar da redução parcial da Selic ao longo do segundo semestre de 2023, o ambiente econômico permaneceu marcado por condições monetárias restritivas, especialmente no mercado de crédito.

No campo fiscal, o ano de 2023 foi fortemente influenciado pelas mudanças na condução das medidas econômicas decorrentes da troca de governo federal. Entre as principais medidas econômicas adotadas destacam-se:

- implementação do novo arcabouço fiscal;
- recomposição parcial de gastos públicos;
- retomada de programas sociais;
- ampliação de investimentos públicos;
- revisão de políticas tributárias e fiscais.

O novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, substituiu parcialmente o teto de gastos anteriormente vigente e buscou estabelecer novas regras para controle do crescimento das despesas públicas (Tesouro Nacional, 2024).

Segundo o Ministério da Fazenda, o novo modelo fiscal teve como objetivo equilibrar responsabilidade fiscal e crescimento econômico, buscando aumentar a previsibilidade das contas públicas e reduzir a volatilidade econômica.

Entretanto, o ambiente fiscal permaneceu cercado de incertezas, especialmente em relação à trajetória da dívida pública e à capacidade do governo de atingir metas fiscais de médio prazo. Essas incertezas influenciaram diretamente as expectativas do mercado financeiro ao longo do período.

No cenário internacional, 2023 foi marcado pela desaceleração econômica global,

manutenção de juros elevados em economias desenvolvidas e persistência de tensões geopolíticas. Bancos centrais internacionais, especialmente o Federal Reserve (FED), mantiveram políticas monetárias restritivas durante grande parte do ano, influenciando fluxos de capital, câmbio e mercados financeiros globais (Fundo Monetário Internacional, 2023).

No setor bancário brasileiro, o ambiente econômico de 2023 apresentou impactos relevantes sobre o desempenho das instituições financeiras. A manutenção da Selic em patamar elevado durante grande parte do período continuou favorecendo as receitas de intermediação financeira. Entretanto, os elevados níveis de juros também mantiveram pressionados os índices de inadimplência, especialmente entre famílias e pequenas empresas.

Além disso, o setor bancário foi impactado pelo caso Americanas, ocorrido no início de 2023, que provocou aumento da percepção de risco no mercado de crédito corporativo e exigiu revisões de provisões e estratégias de gestão de risco por parte das instituições financeiras.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2024), o sistema financeiro brasileiro manteve níveis elevados de capitalização e liquidez em 2023, embora tenha enfrentado maior cautela em relação à concessão de crédito em determinados segmentos.

O período também foi marcado pela continuidade da transformação digital do setor financeiro, avanço do Open Finance, expansão do Pix e aumento da concorrência entre bancos tradicionais e instituições digitais.

Dessa forma, o contexto econômico de 2023 caracterizou-se pela desaceleração da inflação, início da redução gradual da taxa Selic, mudanças na condução da política fiscal e manutenção de condições monetárias ainda restritivas.

4.3.6 Contexto econômico no ano de 2024

O ano de 2024 foi marcado pela continuidade do processo de desaceleração inflacionária e pela consolidação gradual da flexibilização monetária iniciada no segundo semestre de 2023. O ambiente econômico brasileiro apresentou melhora parcial em relação aos anos anteriores, embora ainda permanecessem desafios relacionados ao equilíbrio fiscal, ao custo do crédito e ao ritmo de crescimento econômico.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira manteve crescimento moderado em 2024, impulsionada principalmente pelo setor de serviços, pelo consumo das famílias e pela continuidade do desempenho positivo do agronegócio. A expansão da atividade econômica esteve associada à melhora gradual das condições financeiras e à recuperação parcial do mercado de crédito (IBGE, 2025).

No campo inflacionário, observou-se continuidade do processo de desinflação iniciado em

2023. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) permaneceu em níveis mais próximos da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, refletindo os efeitos acumulados da política monetária restritiva implementada nos anos anteriores (Banco Central do Brasil, 2025).

Segundo o Banco Central do Brasil (2025), a desaceleração inflacionária observada em 2024 esteve relacionada principalmente:

- à redução gradual das pressões sobre preços de commodities;
- à desaceleração da demanda agregada;
- à normalização das cadeias globais de suprimentos;
- à manutenção da credibilidade da política monetária;
- ao comportamento mais estável do câmbio ao longo do período.

Entretanto, mesmo com a melhora do ambiente inflacionário, alguns fatores continuaram pressionando determinados grupos de preços, especialmente serviços, alimentos e itens relacionados ao consumo interno.

Diante da melhora parcial do cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (COPOM) deu continuidade ao processo de redução gradual da taxa básica de juros iniciado em 2023. A taxa Selic apresentou trajetória de queda ao longo de 2024, reduzindo parcialmente o custo do crédito e contribuindo para maior estímulo à atividade econômica (Banco Central do Brasil, 2025).

Segundo o Banco Central, a flexibilização monetária ocorreu de forma gradual e cautelosa, em razão da necessidade de preservar a estabilidade inflacionária e evitar desancoragem das expectativas econômicas. Conforme Mishkin (2016), movimentos de redução das taxas de juros tendem a estimular o consumo, os investimentos e a expansão do crédito, impactando diretamente o comportamento das instituições financeiras.

No campo fiscal, o ambiente econômico de 2024 permaneceu marcado pelas discussões relacionadas à sustentabilidade das contas públicas e à capacidade do governo de cumprir as metas previstas no novo arcabouço fiscal.

Entre as principais medidas econômicas e fiscais observadas em 2024 destacam-se:

- continuidade da implementação do novo arcabouço fiscal;
- ampliação de investimentos públicos;
- manutenção de programas sociais;
- debates sobre aumento de arrecadação e equilíbrio fiscal;
- propostas de revisão tributária e reformas estruturais.

Segundo o Tesouro Nacional (2025), embora o governo tenha buscado melhorar o equilíbrio fiscal por meio do aumento da arrecadação e controle parcial das despesas, o mercado financeiro continuou demonstrando preocupação em relação à trajetória da dívida pública brasileira.

No cenário internacional, 2024 foi marcado pela desaceleração gradual da inflação em

economias desenvolvidas e pela continuidade das discussões relacionadas à política monetária dos principais bancos centrais globais. O Federal Reserve (FED), nos Estados Unidos, manteve postura cautelosa em relação à redução dos juros, influenciando fluxos de capital e o comportamento das economias emergentes (Fundo Monetário Internacional, 2024).

Além disso, as tensões geopolíticas internacionais e as incertezas relacionadas ao crescimento da economia chinesa continuaram influenciando o comportamento dos mercados financeiros globais e dos preços internacionais de commodities.

No setor bancário brasileiro, o ambiente econômico de 2024 apresentou impactos relevantes sobre o desempenho das instituições financeiras. A redução gradual da taxa Selic começou a pressionar parcialmente as margens financeiras das instituições, embora os juros ainda permanecessem em patamares relativamente elevados quando comparados ao período pré-pandemia.

Ao mesmo tempo, a redução gradual do custo do crédito contribuiu para melhora parcial das condições de inadimplência e retomada mais moderada das operações de crédito.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2025), o sistema bancário brasileiro apresentou em 2024 manutenção de elevados níveis de capitalização, liquidez e rentabilidade, embora em um cenário de maior seletividade na concessão de crédito e redução gradual das receitas financeiras associadas aos juros elevados.

Além disso, o período foi marcado pela continuidade da transformação digital do setor financeiro, expansão dos serviços bancários digitais, fortalecimento do Open Finance e aumento da concorrência entre bancos tradicionais, fintechs e instituições digitais.

Dessa forma, o contexto econômico de 2024 caracterizou-se pela continuidade do processo de desinflação, redução gradual da taxa Selic, recuperação moderada da atividade econômica e manutenção das discussões relacionadas à sustentabilidade fiscal.

Quadro 12 – Indicadores econômicos utilizados na análise das instituições financeiras (2019–2024).

Ano	Selic média anual (%)	IPCA anual (%)	Crescimento do PIB (%)
2019	5,95	4,31	1,2
2020	2,76	4,52	-3,3
2021	4,44	10,06	4,8
2022	11,73	5,79	3
2023	13,04	4,62	2,9
2024	10,87	4,83	3,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Banco Central do Brasil (2025) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2025).

4.3.7 Comparação entre as políticas econômicas adotadas no período de 2019 a 2024

A análise das políticas econômicas adotadas no Brasil entre 2019 e 2024 demonstra diferenças relevantes na condução das políticas fiscal e monetária, bem como na participação do Estado na economia. Os períodos analisados correspondem ao governo de Jair Messias Bolsonaro, entre 2019 e 2022, e ao início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2023 e 2024.

Embora ambos os períodos tenham sido impactados por fatores externos relevantes, como a pandemia de COVID-19, a inflação global e o aumento das taxas de juros internacionais, observa-se a adoção de estratégias econômicas distintas em relação ao controle fiscal, estímulo econômico, condução da política monetária e participação estatal na atividade econômica.

Segundo Giambiagi e Além (2016), as medidas econômicas adotadas pelos governos exercem influência direta sobre variáveis macroeconômicas como inflação, crescimento econômico, emprego, crédito e taxa de juros. Dessa forma, alterações na orientação econômica tendem a produzir impactos significativos sobre o sistema financeiro e sobre o desempenho das instituições bancárias.

O governo de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em 2019, adotou inicialmente uma agenda econômica de orientação liberal, conduzida pelo então Ministro da Economia Paulo Guedes. Entre as principais diretrizes econômicas do período destacaram-se:

- controle fiscal;
- redução da participação do Estado na economia;
- privatizações;
- reformas estruturais;
- manutenção do teto de gastos públicos.

A principal medida econômica do período foi a aprovação da Reforma da Previdência, promulgada por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019. Segundo o Tesouro Nacional (2020), a reforma buscou reduzir o crescimento das despesas previdenciárias e melhorar a sustentabilidade fiscal de longo prazo do país.

Além disso, o período de 2019 foi marcado pela redução gradual da taxa básica de juros (Selic). O Banco Central do Brasil reduziu a Selic de 6,50% ao ano em janeiro de 2019 para 4,50% ao final do mesmo ano, buscando estimular a atividade econômica diante do crescimento moderado do PIB brasileiro, que apresentou expansão aproximada de 1,2% em 2019 (Banco Central do Brasil, 2020; IBGE, 2020).

No entanto, a partir de 2020, a condução da política econômica sofreu alterações significativas em razão da pandemia de COVID-19. A crise sanitária provocou forte retração da atividade econômica global e exigiu maior participação estatal para redução dos impactos econômicos e sociais da pandemia.

Conforme dados do IBGE (2021), o Produto Interno Bruto brasileiro apresentou retração de aproximadamente -3,3% em 2020, refletindo os impactos do isolamento social, da paralisação de atividades econômicas e da redução do consumo e investimentos.

Diante desse cenário, o governo Jair Bolsonaro adotou políticas fiscais expansionistas emergenciais, incluindo:

- auxílio emergencial;
- programas de manutenção do emprego;
- expansão do crédito subsidiado;
- aumento dos gastos públicos em saúde e assistência social.

Segundo o Tesouro Nacional (2021), os gastos extraordinários relacionados ao enfrentamento da pandemia ultrapassaram R\$ 500 bilhões em 2020, provocando aumento expressivo do déficit fiscal e da dívida pública brasileira.

No campo monetário, o Banco Central promoveu forte flexibilização monetária durante a pandemia. A taxa Selic foi reduzida para 2,00% ao ano em 2020, atingindo o menor patamar histórico da economia brasileira (Banco Central do Brasil, 2021).

Entretanto, a partir de 2021, o ambiente econômico passou a ser fortemente impactado pela aceleração inflacionária. O IPCA encerrou o ano de 2021 em aproximadamente 10,06%, pressionado pelo aumento dos preços de combustíveis, energia elétrica, alimentos e pela desvalorização cambial (Banco Central do Brasil, 2022).

Diante desse cenário, o Banco Central iniciou um ciclo agressivo de aperto monetário ainda durante o governo Jair Bolsonaro. A taxa Selic passou de 2,00% ao ano no início de 2021 para 9,25% ao final do período, alcançando posteriormente 13,75% em 2022 (Banco Central do Brasil, 2023).

Segundo Mishkin (2016), políticas monetárias restritivas buscam reduzir a inflação por meio do encarecimento do crédito e desaceleração da demanda agregada. Contudo, juros elevados também impactam negativamente consumo, investimentos e capacidade de pagamento de famílias e empresas.

Ainda em 2022, o ambiente econômico foi impactado pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, que provocou forte elevação dos preços internacionais de energia, combustíveis e commodities agrícolas. O IPCA encerrou 2022 em aproximadamente 5,79%, enquanto o PIB brasileiro apresentou crescimento de aproximadamente 2,9% (IBGE, 2023).

No campo fiscal, o governo Bolsonaro adotou medidas voltadas à contenção parcial da inflação e estímulo ao consumo em ano eleitoral, incluindo:

- redução de tributos sobre combustíveis;
- ampliação do Auxílio Brasil;

- expansão de benefícios sociais;
- flexibilizações fiscais temporárias.

Já o período correspondente ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, apresentou diferenças relevantes na condução da política econômica. Embora o novo governo tenha mantido inicialmente o ambiente de juros elevados herdado do período anterior, observou-se maior utilização de políticas fiscais expansionistas e maior participação do Estado na economia.

Segundo o Ministério da Fazenda (2024), a política econômica adotada a partir de 2023 buscou combinar:

- crescimento econômico;
- ampliação de programas sociais;
- retomada do investimento público;
- manutenção da estabilidade fiscal.

Uma das principais medidas econômicas do período foi a implementação do novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, substituindo parcialmente o teto de gastos anteriormente vigente. O novo modelo buscou estabelecer limites para o crescimento das despesas públicas, porém com maior flexibilidade para investimentos e programas sociais (Tesouro Nacional, 2024).

Além disso, o governo Lula promoveu ampliação de programas sociais, fortalecimento de políticas de transferência de renda e retomada parcial dos investimentos públicos em infraestrutura e programas de desenvolvimento econômico.

No campo monetário, o Banco Central manteve inicialmente a Selic em 13,75% ao ano durante parte significativa de 2023, em razão da persistência inflacionária. Entretanto, diante da desaceleração gradual da inflação, o COPOM iniciou o processo de redução da taxa básica de juros no segundo semestre de 2023.

Segundo o Banco Central do Brasil (2024), o IPCA encerrou 2023 em aproximadamente 4,62%, permitindo o início da flexibilização monetária. Ao final de 2024, a Selic já apresentava trajetória de redução gradual, contribuindo para melhora parcial das condições de crédito e recuperação moderada da atividade econômica.

Em relação ao crescimento econômico, o PIB brasileiro apresentou expansão aproximada de 2,9% em 2023, impulsionado principalmente pelo agronegócio, setor de serviços e melhora gradual do mercado de trabalho (IBGE, 2024).

Outro aspecto relevante do período foi o fortalecimento das políticas voltadas à ampliação do crédito e estímulo ao consumo. Segundo a Febraban (2024), o ambiente econômico de 2023 e 2024 foi marcado pela retomada gradual do crédito, embora ainda em um cenário de maior seletividade bancária e níveis elevados de inadimplência.

Dessa forma, observa-se que os dois períodos analisados apresentaram diferenças importantes na condução da política econômica brasileira.

O governo Jair Messias Bolsonaro caracterizou-se inicialmente por uma agenda de orientação liberal, foco em ajuste fiscal e reformas estruturais, além da adoção posterior de medidas emergenciais expansionistas durante a pandemia. Já o governo Luiz Inácio Lula da Silva apresentou maior utilização de políticas fiscais expansionistas, ampliação da participação estatal na economia e fortalecimento de programas sociais, acompanhado pela gradual flexibilização monetária observada a partir de 2023.

Apesar dessas diferenças, ambos os períodos enfrentaram desafios macroeconômicos significativos, especialmente relacionados à inflação, taxa de juros, equilíbrio fiscal e recuperação da atividade econômica. Essas mudanças na condução da política econômica impactaram diretamente o ambiente financeiro e o comportamento das instituições financeiras brasileiras analisadas nesta pesquisa.

4.3.8 Desempenho das instituições financeiras no período de 2019 a 2024

O período compreendido entre 2019 e 2024 foi marcado por significativas mudanças no ambiente econômico brasileiro, impactando diretamente o desempenho do setor financeiro nacional. Variáveis macroeconômicas como inflação, taxa básica de juros, crescimento econômico, inadimplência e medidas econômicas adotadas ao longo do período influenciaram os resultados operacionais e financeiros das instituições bancárias.

Inicialmente, o setor bancário operou em um cenário de redução da taxa Selic e recuperação gradual da economia brasileira. Entretanto, a partir de 2020, os impactos da pandemia de COVID-19 provocaram aumento da inadimplência, retração econômica e elevação do risco de crédito, exigindo maior cautela das instituições financeiras na concessão de crédito e na constituição de provisões para perdas.

Apesar do cenário adverso observado durante a pandemia, o sistema financeiro brasileiro manteve elevados níveis de liquidez, capitalização e solvência, demonstrando forte capacidade de adaptação diante das mudanças econômicas (Banco Central do Brasil, 2021).

Entre 2021 e 2023, o ambiente de inflação elevada e aumento da taxa Selic favoreceu parcialmente as receitas de intermediação financeira das instituições bancárias, ampliando margens financeiras e indicadores de rentabilidade. Por outro lado, o aumento do custo do crédito também contribuiu para a elevação da inadimplência e das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Já em 2024, observou-se início do processo de redução gradual da taxa básica de juros e melhora parcial das condições econômicas, favorecendo maior estabilidade do setor bancário e recuperação moderada das operações de crédito.

Além dos fatores macroeconômicos, o período analisado também foi marcado pela intensificação da digitalização bancária, expansão do Open Finance, crescimento das fintechs e

aumento da concorrência no sistema financeiro brasileiro.

Dessa forma, observa-se que o desempenho das instituições financeiras entre 2019 e 2024 esteve diretamente relacionado às mudanças no cenário macroeconômico e às políticas econômicas adotadas no período, evidenciando a forte sensibilidade do setor bancário às condições econômicas nacionais.

4.3.9 Indicadores das instituições financeiras em 2019

O desempenho das instituições financeiras analisadas em 2019 refletiu diretamente o contexto macroeconômico observado no período, caracterizado principalmente pela redução da taxa básica de juros, inflação controlada e recuperação gradual da atividade econômica. Nesse cenário, os bancos apresentaram resultados positivos em indicadores de rentabilidade e eficiência operacional, embora já se observassem impactos da redução da Selic sobre as margens financeiras das instituições.

O quadro 13 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros calculados para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil no exercício de 2019.

Quadro 13 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2019.

ANO 2019		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,76%	-4,37%	-4,87%	-3,84%
	Lucratividade dos Ativos	11,79%	9,26%	8,64%	9,81%
	Margem financeira dos Ativos	7,34%	4,89%	3,78%	5,97%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	60,65%	52,84%	43,70%	60,85%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-9,48%	-11,27%	-16,20%	-23,59%
Rentabilidade	ROA	1,70%	1,58%	1,33%	2,24%
	ROE	18,55%	16,27%	17,61%	17,62%
	Giro do PL	1,29	0,96	1,15	0,77
	Margem Líquida	14,41%	17,03%	15,34%	22,83%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	9,13%	9,83%	7,57%	12,78%

Fonte: elaborado pelo autor com base em demonstrações financeiras das instituições financeiras.

A análise comparativa dos indicadores financeiros das instituições analisadas em 2019 permite identificar diferenças relevantes no desempenho operacional, rentabilidade, exposição ao risco e estrutura de capital entre os bancos estudados. Os resultados observados refletem não apenas as características individuais de cada instituição, mas também os impactos do cenário macroeconômico vigente, especialmente a redução da taxa Selic e a recuperação gradual da atividade econômica brasileira.

De maneira geral, o ambiente de juros mais baixos observado em 2019 favoreceu a expansão das operações de crédito e contribuiu para a manutenção de resultados positivos no setor bancário. Entretanto, a redução da taxa básica de juros também exerceu pressão sobre as margens de intermediação financeira, exigindo maior eficiência operacional das instituições financeiras (Febraban, 2020).

No grupo de indicadores relacionados ao desempenho operacional, o Itaú Unibanco apresentou destaque em relação aos demais bancos analisados. A instituição registrou a maior lucratividade dos ativos, aproximadamente 11,79%, além da maior Margem Financeira dos Ativos, com aproximadamente 7,34%. Esses resultados evidenciam elevada eficiência na utilização dos ativos para geração de receitas financeiras, demonstrando forte capacidade operacional da instituição.

Segundo Assaf Neto (2012), indicadores relacionados à margem financeira são fundamentais para a análise de instituições financeiras, uma vez que refletem diretamente a eficiência das operações de intermediação financeira. Nesse sentido, o desempenho apresentado pelo Itaú em 2019 pode estar associado à sua ampla diversificação operacional, forte presença em segmentos de maior rentabilidade e elevada eficiência administrativa.

O Santander também apresentou resultados relevantes nos indicadores operacionais, especialmente na Margem Financeira das Receitas, registrando aproximadamente 60,85%, o maior percentual entre as instituições analisadas. Esse indicador evidencia elevada capacidade da instituição em converter receitas financeiras em resultado operacional efetivo.

Além disso, o Santander apresentou o maior índice de Margem Líquida, aproximadamente 22,83%, demonstrando elevada eficiência na conversão das receitas totais em lucro líquido. Esse resultado pode estar relacionado à forte atuação da instituição em segmentos de crédito de maior rentabilidade, especialmente financiamento ao consumo e crédito de varejo.

Por outro lado, o Banco do Brasil apresentou desempenho relativamente inferior em alguns indicadores operacionais, especialmente na Margem Financeira dos Ativos, com aproximadamente 3,78%, e na Margem Financeira das Receitas, com aproximadamente 43,70%. Esses resultados podem ser explicados, em parte, pela composição da carteira de crédito da instituição, que possui maior participação de operações vinculadas ao agronegócio e ao crédito direcionado, tradicionalmente associados a spreads menores.

Apesar disso, o Banco do Brasil apresentou desempenho expressivo em indicadores de rentabilidade. O ROE da instituição atingiu aproximadamente 17,61%, percentual próximo ao observado no Santander e superior ao registrado pelo Bradesco. Esse resultado demonstra que, mesmo operando com spreads menores em determinados segmentos, a instituição conseguiu manter níveis relevantes de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

No indicador ROA, o Santander apresentou o melhor desempenho, com aproximadamente 2,24%, demonstrando maior capacidade de geração de lucro em relação ao total de ativos administrados. Conforme Gitman (2010), esse indicador evidencia a eficiência da administração dos ativos da organização, sendo amplamente utilizado na análise de desempenho bancário.

O Itaú também apresentou destaque no indicador ROE, registrando aproximadamente 18,55%, o maior percentual entre os bancos analisados. Esse resultado reforça a elevada capacidade da instituição em gerar retorno aos acionistas, refletindo eficiência operacional, controle de custos e forte geração de receitas.

No que se refere ao risco de crédito, representado pela relação entre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e as Receitas de Intermediação Financeira, observou-se maior comprometimento das receitas financeiras no Santander, que apresentou aproximadamente -23,59%. Esse percentual superior aos demais bancos indica maior necessidade de provisões para perdas esperadas, possivelmente em razão da composição da carteira de crédito da instituição, com maior exposição a operações de varejo e crédito ao consumo.

O Banco do Brasil também apresentou nível elevado de provisão, aproximadamente -16,20%, enquanto Itaú e Bradesco registraram percentuais inferiores, demonstrando menor comprometimento das receitas financeiras com provisões no período analisado.

Segundo Mishkin (2016), instituições financeiras mais expostas ao crédito de varejo tendem a apresentar maior sensibilidade às oscilações econômicas e maior necessidade de provisões para inadimplência, especialmente em cenários de desaceleração econômica ou aumento do risco de crédito.

Em relação à estrutura de capital, o Santander apresentou o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 12,78%, indicando maior participação de recursos próprios na composição dos ativos totais. Esse resultado evidencia menor dependência relativa de capital de terceiros quando comparado às demais instituições analisadas.

O Banco do Brasil apresentou o menor índice de Independência Financeira, aproximadamente 7,57%, refletindo maior nível de alavancagem financeira. Conforme Assaf Neto (2012), a alavancagem constitui característica inerente às instituições financeiras, uma vez que grande parte de suas operações é financiada por depósitos e captações no mercado financeiro.

De forma geral, os resultados observados em 2019 demonstram que o ambiente econômico caracterizado pela redução da taxa Selic, inflação controlada e recuperação gradual da atividade

econômica favoreceu o desempenho das instituições financeiras analisadas. Entretanto, também se observam diferenças importantes entre os bancos, especialmente em relação à eficiência operacional, composição das carteiras de crédito e estrutura de capital.

Enquanto o Itaú apresentou destaque em eficiência operacional e rentabilidade, o Santander evidenciou maior margem líquida e maior retorno sobre os ativos. O Banco do Brasil destacou-se pela capacidade de manutenção da rentabilidade mesmo com spreads menores, enquanto o Bradesco apresentou desempenho mais equilibrado entre os indicadores analisados.

Essas diferenças demonstram que, embora inseridas no mesmo contexto macroeconômico, as instituições financeiras respondem de maneira distinta às condições econômicas, em função de suas estratégias operacionais, composição da carteira de crédito, estrutura de capital e modelo de negócios.

De maneira geral, os resultados observados em 2019 demonstram que as instituições financeiras analisadas apresentaram desempenho sólido e elevados níveis de rentabilidade, favorecidos pelo ambiente macroeconômico caracterizado pela redução da taxa básica de juros, inflação controlada e recuperação gradual da atividade econômica brasileira. O cenário de expansão moderada do crédito e melhora das expectativas econômicas contribuiu para a manutenção de resultados positivos no setor bancário, mesmo diante da compressão das margens financeiras provocada pela queda da taxa Selic.

Os indicadores analisados evidenciam que os bancos mantiveram elevada capacidade de geração de lucro, eficiência operacional e níveis consistentes de retorno sobre o patrimônio líquido, demonstrando resiliência e forte capacidade de adaptação ao ambiente econômico vigente. Além disso, observa-se que, embora inseridas no mesmo contexto macroeconômico, as instituições apresentaram comportamentos distintos em relação à rentabilidade, risco de crédito e estrutura de capital, refletindo diferenças em seus modelos de negócios, composição das carteiras de crédito e estratégias operacionais.

Nesse sentido, o Itaú destacou-se principalmente pela elevada eficiência operacional e geração de retorno aos acionistas, enquanto o Santander apresentou maior margem líquida e melhor desempenho em relação ao retorno sobre os ativos. O Banco do Brasil demonstrou capacidade de manutenção da rentabilidade mesmo operando com spreads relativamente menores, especialmente em razão de sua forte atuação no crédito direcionado e no agronegócio. Já o Bradesco apresentou desempenho mais equilibrado entre os indicadores analisados, mantendo níveis consistentes de rentabilidade e eficiência operacional.

Dessa forma, os resultados de 2019 evidenciam que o setor bancário brasileiro apresentou desempenho favorável no período, beneficiado pela recuperação econômica gradual e pelas condições monetárias expansionistas adotadas no país.

4.3.10 Indicadores das instituições financeiras em 2020

O desempenho das instituições financeiras em 2020 foi diretamente impactado pelos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19. A retração da atividade econômica, o aumento da incerteza no mercado, a elevação do risco de crédito e a redução histórica da taxa básica de juros influenciaram significativamente os indicadores financeiros das instituições analisadas.

O quadro 14 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros observados em 2020 para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Quadro 14 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2020.

ANO 2020		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,02%	-3,26%	-2,75%	-2,16%
	Lucratividade dos Ativos	9,50%	6,60%	6,27%	7,41%
	Margem financeira dos Ativos	5,48%	3,34%	3,52%	5,25%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	57,67%	50,65%	56,18%	70,80%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14,07%	-19,86%	-19,95%	-30,57%
Rentabilidade	ROA	0,75%	1,07%	0,85%	1,59%
	ROE	9,91%	11,39%	19,38%	13,23%
	Giro do PL	1,14	0,70	0,83	0,62
	Margem Líquida	8,67%	16,29%	13,47%	21,43%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	7,65%	9,11%	7,55%	11,36%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições financeiras (2020).

A análise dos indicadores evidencia que o ambiente econômico adverso observado em 2020 impactou diretamente o desempenho das instituições financeiras analisadas. A forte retração econômica, associada ao aumento do desemprego e da incerteza quanto à capacidade de pagamento de famílias e empresas, resultou em deterioração dos indicadores operacionais e aumento expressivo das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Um dos principais reflexos da crise econômica pode ser observado nos indicadores

relacionados ao risco de crédito. Todas as instituições analisadas elevaram significativamente o percentual de provisões em relação às receitas de intermediação financeira. O Santander apresentou o maior índice de PCLD, aproximadamente -30,57%, demonstrando elevado comprometimento das receitas financeiras com provisões para perdas esperadas.

O Bradesco e o Banco do Brasil também apresentaram percentuais elevados, aproximadamente -19,86% e -19,95%, respectivamente, enquanto o Itaú registrou aproximadamente -14,07%. Esse movimento reflete a postura mais conservadora adotada pelas instituições financeiras durante a pandemia, buscando antecipar possíveis perdas decorrentes da deterioração da atividade econômica.

Segundo o Banco Central do Brasil (2021), o aumento das provisões bancárias em 2020 esteve diretamente relacionado ao crescimento da percepção de risco no sistema financeiro e à necessidade de fortalecimento das estruturas de proteção contra inadimplência.

No grupo de indicadores operacionais, observou-se redução da lucratividade dos ativos em todas as instituições analisadas quando comparadas ao exercício anterior. O Itaú manteve o melhor desempenho nesse indicador, aproximadamente 9,50%, porém abaixo do percentual observado em 2019. O Bradesco e o Banco do Brasil apresentaram resultados mais modestos, aproximadamente 6,60% e 6,27%, respectivamente.

A Margem Financeira dos Ativos também apresentou retração em todas as instituições, refletindo os efeitos da redução histórica da taxa Selic sobre as receitas de intermediação financeira. Em 2020, a Selic encerrou o período em 2,00% ao ano, pressionando diretamente os spreads bancários e reduzindo parcialmente a rentabilidade das operações financeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Apesar desse cenário, o Santander apresentou destaque na Margem Financeira das Receitas, registrando aproximadamente 70,80%, percentual superior aos demais bancos analisados. Esse resultado demonstra elevada capacidade de conversão das receitas financeiras em resultado operacional, mesmo em um ambiente econômico adverso.

No que se refere aos indicadores de rentabilidade, observou-se redução significativa em relação ao exercício anterior, especialmente no ROA. O Itaú apresentou ROA de aproximadamente 0,75%, enquanto o Banco do Brasil registrou aproximadamente 0,85%. O Santander apresentou o maior retorno sobre os ativos, aproximadamente 1,59%, demonstrando maior capacidade relativa de geração de lucro em relação ao volume de ativos administrados.

Entretanto, o destaque entre os indicadores de rentabilidade foi o Banco do Brasil, que apresentou o maior ROE entre as instituições analisadas, aproximadamente 19,38%. Mesmo em um cenário econômico extremamente adverso, o banco conseguiu manter elevada rentabilidade sobre o patrimônio líquido, resultado associado principalmente ao crescimento da carteira de crédito, especialmente no agronegócio, segmento que apresentou desempenho positivo durante a pandemia.

O Santander também apresentou desempenho relevante em rentabilidade, com ROE de aproximadamente 13,23% e Margem Líquida de aproximadamente 21,43%, evidenciando forte capacidade operacional mesmo diante das dificuldades econômicas observadas no período.

Já o Itaú apresentou redução significativa do ROE, atingindo aproximadamente 9,91%, resultado inferior ao observado em 2019. Esse comportamento reflete o impacto das provisões adicionais para perdas de crédito e da compressão das margens financeiras em razão da redução da taxa de juros.

Em relação à estrutura de capital, o Santander manteve o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 11,36%, indicando maior participação de capital próprio na composição dos ativos da instituição. O Banco do Brasil apresentou novamente o menor percentual, aproximadamente 7,55%, refletindo maior grau de alavancagem financeira.

De maneira geral, os resultados observados em 2020 demonstram que o setor bancário brasileiro foi significativamente impactado pelos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19. O aumento das provisões para perdas de crédito, a redução das margens financeiras e a desaceleração da atividade econômica afetaram diretamente os indicadores operacionais e de rentabilidade das instituições analisadas.

Entretanto, mesmo diante do cenário recessivo e da elevada instabilidade econômica, os bancos analisados conseguiram manter níveis positivos de rentabilidade e preservar sua solidez financeira. Esse comportamento evidencia a resiliência do sistema bancário brasileiro e sua capacidade de adaptação diante de cenários econômicos adversos.

Além disso, observa-se que instituições com maior diversificação operacional e maior eficiência administrativa, como Itaú e Santander, conseguiram mitigar parcialmente os impactos da crise sobre seus resultados. Já o Banco do Brasil destacou-se pela manutenção da rentabilidade em função de sua forte atuação no crédito rural e no agronegócio, segmentos menos impactados pela crise econômica observada em 2020.

4.3.11 Indicadores das instituições financeiras em 2021

O desempenho das instituições financeiras em 2021 refletiu diretamente o processo de recuperação econômica observado após o período mais crítico da pandemia de COVID-19. A retomada gradual da atividade econômica, o crescimento das operações de crédito e o início do ciclo de elevação da taxa Selic influenciaram significativamente os indicadores operacionais, de rentabilidade e de risco das instituições analisadas.

Ao mesmo tempo, o ambiente de forte pressão inflacionária e aumento gradual do custo do crédito continuou exigindo cautela das instituições financeiras em relação ao risco de inadimplência e à gestão das provisões para perdas de crédito.

O quadro 15 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros observados em 2021 para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Quadro 15 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2021.

ANO 2021		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,09%	-3,36%	-3,69%	-2,86%
	Lucratividade dos Ativos	9,57%	7,65%	7,01%	8,36%
	Margem financeira dos Ativos	5,48%	4,29%	3,32%	5,50%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	57,23%	56,06%	47,38%	65,80%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-7,16%	-7,66%	-10,21%	-24,95%
Rentabilidade	ROA	1,37%	1,43%	1,10%	1,67%
	ROE	17,80%	15,78%	14,40%	14,67%
	Giro do PL	1,23	0,85	0,92	0,74
	Margem Líquida	14,51%	18,64%	15,66%	19,95%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	7,95%	8,97%	7,69%	11,38%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições financeiras (2021).

A análise dos indicadores evidencia melhora significativa no desempenho das instituições financeiras em relação ao exercício de 2020, refletindo a recuperação gradual da economia brasileira e o início do ciclo de elevação da taxa básica de juros. O ambiente de retomada econômica favoreceu a expansão das operações de crédito, o crescimento das receitas financeiras e a recuperação parcial da rentabilidade bancária.

No grupo de indicadores relacionados ao desempenho operacional, o Itaú apresentou novamente destaque em relação às demais instituições analisadas. O banco registrou lucratividade dos ativos de aproximadamente 9,57%, mantendo o maior percentual entre os bancos analisados. Esse resultado demonstra elevada eficiência operacional e forte capacidade de geração de receitas a partir dos ativos administrados.

O Santander também apresentou desempenho relevante nesse indicador, atingindo aproximadamente 8,36%, enquanto Bradesco e Banco do Brasil registraram percentuais inferiores, aproximadamente 7,65% e 7,01%, respectivamente.

A Margem Financeira dos Ativos apresentou recuperação em relação ao exercício anterior, especialmente em razão do início da elevação da taxa Selic durante 2021. O Santander apresentou o maior percentual, aproximadamente 5,50%, seguido pelo Itaú, com aproximadamente 5,48%. Esses resultados demonstram maior eficiência das instituições na geração de receitas financeiras em relação ao volume de ativos.

Segundo Assaf Neto (2012), o aumento das taxas de juros tende a beneficiar as instituições financeiras por meio da ampliação das receitas de intermediação financeira e do aumento dos spreads bancários, favorecendo diretamente os indicadores operacionais do setor.

No indicador Margem Financeira das Receitas, o Santander apresentou novamente o maior percentual entre os bancos analisados, aproximadamente 65,80%, demonstrando elevada eficiência operacional e forte capacidade de conversão das receitas financeiras em resultado operacional efetivo.

O Bradesco também apresentou melhora relevante nesse indicador, atingindo aproximadamente 56,06%, enquanto o Banco do Brasil registrou o menor percentual, aproximadamente 47,38%. Esse comportamento continua refletindo as características da carteira de crédito da instituição, especialmente sua maior participação em operações de crédito direcionado e agronegócio.

Em relação aos indicadores de risco, observou-se redução significativa das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em comparação ao exercício de 2020. Esse comportamento está diretamente relacionado à melhora gradual das condições econômicas e à redução da necessidade de provisões extraordinárias realizadas durante o período mais crítico da pandemia.

O Itaú apresentou o menor comprometimento das receitas financeiras com provisões, aproximadamente -7,16%, enquanto o Bradesco registrou aproximadamente -7,66%. O Banco do Brasil apresentou percentual de aproximadamente -10,21%, enquanto o Santander manteve o maior índice entre as instituições analisadas, aproximadamente -24,95%.

O elevado nível de provisões observado no Santander pode estar relacionado à maior exposição da instituição ao crédito de varejo e financiamento ao consumo, segmentos tradicionalmente mais sensíveis ao aumento da inadimplência em ambientes de pressão inflacionária e elevação do custo do crédito (MISHKIN, 2016).

No grupo de indicadores de rentabilidade, observou-se recuperação expressiva em relação ao exercício anterior. O Itaú apresentou novamente destaque no indicador ROE, atingindo aproximadamente 17,80%, evidenciando elevada capacidade de geração de retorno aos acionistas.

O Bradesco também apresentou desempenho relevante, com ROE de aproximadamente 15,78%, enquanto o Banco do Brasil e o Santander registraram aproximadamente 14,40% e 14,67%, respectivamente.

No indicador ROA, o Santander apresentou o maior percentual entre as instituições analisadas, aproximadamente 1,67%, demonstrando maior eficiência na geração de lucro em relação ao total de ativos administrados. O Bradesco apresentou aproximadamente 1,43%, seguido pelo Itaú, com aproximadamente 1,37%.

A Margem Líquida também apresentou melhora significativa em relação a 2020. O Santander registrou novamente o maior percentual, aproximadamente 19,95%, seguido pelo Bradesco, com aproximadamente 18,64%. Esses resultados demonstram forte capacidade de conversão das receitas totais em lucro líquido, evidenciando eficiência operacional e controle de custos administrativos.

No que se refere à estrutura de capital, o Santander manteve o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 11,38%, indicando maior participação de recursos próprios na composição dos ativos totais da instituição. O Banco do Brasil apresentou novamente o menor percentual, aproximadamente 7,69%, refletindo maior nível de alavancagem financeira em comparação aos demais bancos analisados.

O Giro do Patrimônio Líquido apresentou maior valor no Itaú, aproximadamente 1,23, demonstrando maior capacidade da instituição em gerar receitas a partir dos recursos próprios investidos pelos acionistas.

De maneira geral, os resultados observados em 2021 demonstram recuperação significativa do setor bancário brasileiro após os impactos mais severos da pandemia observados em 2020. A retomada da atividade econômica e o início da elevação da taxa Selic contribuíram para a melhora dos indicadores operacionais e de rentabilidade das instituições financeiras analisadas.

Além disso, observa-se que os bancos conseguiram reduzir significativamente o nível de provisões para perdas de crédito em relação ao exercício anterior, refletindo melhora gradual das condições econômicas e da percepção de risco no sistema financeiro.

O Itaú destacou-se principalmente pela elevada eficiência operacional e maior retorno sobre o patrimônio líquido, enquanto o Santander apresentou maior margem financeira e melhor desempenho em relação ao retorno sobre os ativos. O Bradesco apresentou resultados equilibrados entre os indicadores analisados, mantendo níveis consistentes de rentabilidade e eficiência operacional. Já o Banco do Brasil demonstrou capacidade de recuperação mesmo mantendo características operacionais associadas a spreads menores e maior participação em crédito direcionado.

Dessa forma, os resultados de 2021 evidenciam que o setor bancário brasileiro apresentou forte capacidade de recuperação e adaptação diante do novo cenário econômico, beneficiando-se da retomada da atividade econômica e do ambiente de elevação gradual das taxas de juros.

4.3.12 Indicadores das instituições financeiras em 2022

O desempenho das instituições financeiras em 2022 foi fortemente influenciado pelo ambiente macroeconômico caracterizado por inflação persistente, manutenção da taxa Selic em níveis elevados e aumento do custo do crédito. O cenário de juros altos favoreceu o crescimento das receitas financeiras das instituições bancárias, porém também contribuiu para o aumento da inadimplência e da pressão sobre os indicadores relacionados ao risco de crédito.

O quadro 16 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros observados em 2022 para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Quadro 16 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2022.

ANO 2022		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-6,58%	-7,54%	-8,30%	-7,07%
	Lucratividade dos Ativos	11,80%	11,88%	12,11%	12,02%
	Margem financeira dos Ativos	5,22%	4,33%	3,81%	4,96%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	44,22%	36,48%	31,43%	41,23%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-10,87%	-11,54%	-7,63%	-22,74%
Rentabilidade	ROA	1,30%	1,24%	1,54%	1,50%
	ROE	17,71%	13,83%	19,38%	13,24%
	Giro do PL	1,52	1,33	1,53	1,06
	Margem Líquida	11,68%	10,42%	12,68%	12,44%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	7,63%	8,93%	8,14%	11,23%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições financeiras (2022).

A análise dos indicadores demonstra que o ambiente econômico de 2022 exerceu impactos relevantes sobre o desempenho das instituições financeiras analisadas. A manutenção da taxa Selic em níveis elevados ampliou as receitas de intermediação financeira, favorecendo parte dos indicadores operacionais e de rentabilidade. Entretanto, o aumento do custo do crédito também contribuiu para o crescimento da inadimplência e da necessidade de provisões para perdas esperadas.

No grupo de indicadores relacionados ao desempenho operacional, observa-se melhora

significativa na lucratividade dos ativos em relação aos anos anteriores. O Banco do Brasil apresentou o maior percentual, aproximadamente 12,11%, seguido pelo Santander, com aproximadamente 12,02%, Bradesco com 11,98% e Itaú com 11,80%.

Esses resultados demonstram que o ambiente de juros elevados favoreceu a capacidade das instituições financeiras de gerar receitas a partir de seus ativos operacionais. Segundo Assaf Neto (2012), períodos de elevação da taxa básica de juros tendem a ampliar o retorno das operações de intermediação financeira, especialmente em bancos com forte atuação em crédito e serviços financeiros.

A Margem Financeira dos Ativos apresentou maior destaque no Itaú, aproximadamente 5,22%, seguido pelo Santander, com aproximadamente 4,96%. Esses resultados evidenciam maior eficiência dessas instituições na geração de receitas financeiras em relação ao total de ativos administrados.

O Banco do Brasil apresentou o menor percentual nesse indicador, aproximadamente 3,81%, comportamento que permanece relacionado à maior participação de operações de crédito direcionado e financiamento ao agronegócio, tradicionalmente associados a spreads menores.

No indicador Margem Financeira das Receitas, o Itaú apresentou o melhor desempenho entre as instituições analisadas, aproximadamente 44,22%, enquanto o Santander registrou aproximadamente 41,23%. Apesar da melhora das receitas financeiras em razão da elevação da Selic, observa-se redução desses indicadores em relação ao exercício anterior, demonstrando que o aumento dos custos operacionais e das provisões impactou parcialmente os resultados das instituições financeiras.

Em relação ao risco de crédito, os indicadores de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) demonstram manutenção de níveis elevados de comprometimento das receitas financeiras com provisões para perdas esperadas.

O Santander apresentou novamente o maior percentual de provisão, aproximadamente -22,74%, evidenciando maior exposição ao risco de crédito no segmento de varejo e financiamento ao consumo. Conforme Mishkin (2016), instituições com maior participação em crédito de varejo tendem a apresentar maior sensibilidade ao aumento da inadimplência em períodos de juros elevados.

O Bradesco apresentou aproximadamente -11,54%, enquanto o Itaú registrou aproximadamente -10,87%. O Banco do Brasil apresentou o menor percentual entre os bancos analisados, aproximadamente -7,63%, demonstrando menor comprometimento das receitas financeiras com provisões para perdas de crédito.

Esse resultado pode estar associado à forte atuação do Banco do Brasil no agronegócio, segmento que apresentou desempenho relativamente positivo mesmo diante do cenário econômico adverso observado em 2022.

No grupo de indicadores de rentabilidade, o Banco do Brasil apresentou destaque significativo. O banco registrou ROE de aproximadamente 19,38%, o maior percentual entre as instituições analisadas, demonstrando elevada capacidade de geração de retorno aos acionistas.

Além disso, o Banco do Brasil apresentou também o maior ROA, aproximadamente 1,54%, evidenciando forte eficiência operacional e elevada capacidade de geração de lucro em relação aos ativos administrados.

O Itaú também apresentou desempenho relevante, com ROE de aproximadamente 17,71%, mantendo elevados níveis de rentabilidade mesmo diante do ambiente de aumento da inadimplência e maior custo de captação.

O Bradesco e o Santander apresentaram ROE de aproximadamente 13,83% e 13,24%, respectivamente. Embora positivos, esses resultados foram inferiores aos observados em Itaú e Banco do Brasil, refletindo maior impacto do aumento das provisões e do risco de crédito sobre a rentabilidade dessas instituições.

A Margem Líquida apresentou maior destaque no Banco do Brasil, aproximadamente 12,68%, seguido pelo Santander, com aproximadamente 12,44%. O Bradesco apresentou o menor percentual nesse indicador, aproximadamente 10,42%.

Em relação à estrutura de capital, o Santander manteve novamente o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 11,23%, demonstrando maior participação de capital próprio na composição dos ativos totais da instituição.

O Giro do Patrimônio Líquido apresentou maior valor no Banco do Brasil, aproximadamente 1,53, seguido de perto pelo Itaú, com aproximadamente 1,52%, indicando maior capacidade dessas instituições em gerar receitas a partir dos recursos próprios investidos pelos acionistas.

De maneira geral, os resultados observados em 2022 demonstram que o ambiente de juros elevados favoreceu parcialmente o setor bancário brasileiro, ampliando receitas financeiras e fortalecendo indicadores operacionais e de rentabilidade.

Entretanto, o cenário macroeconômico também provocou aumento do risco de crédito, exigindo maiores provisões para perdas e pressionando parte dos resultados das instituições analisadas. Observa-se que bancos com maior diversificação operacional e forte atuação em segmentos estratégicos, como Itaú e Banco do Brasil, apresentaram melhor desempenho relativo no período.

O Banco do Brasil destacou-se principalmente pelos elevados indicadores de rentabilidade e menor comprometimento das receitas financeiras com provisões para perdas de crédito. O Itaú apresentou elevada eficiência operacional e forte geração de receitas financeiras, enquanto o Santander manteve elevados níveis de margem financeira e retorno sobre ativos. Já o Bradesco apresentou resultados mais moderados, embora mantendo níveis positivos de rentabilidade e solidez

operacional.

Dessa forma, os resultados de 2022 evidenciam a forte relação entre política monetária, comportamento da taxa Selic e desempenho das instituições financeiras brasileiras, demonstrando como alterações no ambiente macroeconômico impactam diretamente os indicadores operacionais, de risco e rentabilidade do setor bancário.

4.3.13 Indicadores das instituições financeiras em 2023

O desempenho das instituições financeiras em 2023 foi diretamente influenciado pelo cenário macroeconômico caracterizado pela desaceleração da inflação, manutenção inicial de juros elevados e início gradual do processo de redução da taxa Selic. Apesar da melhora parcial do ambiente econômico em relação aos anos anteriores, o período ainda apresentou níveis elevados de inadimplência e maior cautela das instituições financeiras em relação à concessão de crédito.

A manutenção da Selic em patamar elevado durante grande parte de 2023 favoreceu as receitas de intermediação financeira dos bancos. Entretanto, o ambiente de crédito mais restritivo e o aumento do risco percebido no mercado financeiro também impactaram os indicadores de rentabilidade e provisão para perdas de crédito.

O quadro 17 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros observados em 2023 para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Quadro 17 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2023.

ANO 2023		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-7,76%	-8,41%	-8,49%	-7,75%
	Lucratividade dos Ativos	12,88%	12,07%	12,76%	12,21%
	Margem financeira dos Ativos	5,12%	3,66%	4,26%	4,46%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	39,76%	30,33%	33,43%	36,55%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-10,08%	-14,31%	-9,55%	-25,48%
Rentabilidade	ROA	1,33%	0,78%	1,59%	0,90%
	ROE	18,01%	8,87%	19,68%	8,42%
	Giro do PL	1,67	1,37	1,57	1,14
	Margem Líquida	10,82%	6,46%	12,49%	7,40%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	7,83%	8,66%	8,06%	10,29%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições financeiras (2023).

A análise dos indicadores demonstra que o ambiente econômico de 2023 favoreceu parcialmente a manutenção das receitas financeiras das instituições bancárias, especialmente em razão da permanência da taxa Selic em níveis elevados durante grande parte do período. Entretanto, o aumento da inadimplência e o maior nível de cautela na concessão de crédito impactaram significativamente os indicadores de rentabilidade de algumas instituições analisadas.

No grupo de indicadores relacionados ao desempenho operacional, o Banco do Brasil apresentou destaque na lucratividade dos ativos, atingindo aproximadamente 12,76%, o maior percentual entre os bancos analisados. O Santander apresentou aproximadamente 12,21%, enquanto Itaú e Bradesco registraram aproximadamente 12,08% e 12,07%, respectivamente.

Esses resultados demonstram que o ambiente de juros elevados continuou favorecendo a geração de receitas financeiras das instituições bancárias, especialmente nas operações de crédito e serviços financeiros. Conforme AssafNeto (2012), períodos de juros elevados tendem a ampliar os resultados da intermediação financeira, principalmente em bancos com forte participação em operações de crédito.

No indicador Margem Financeira dos Ativos, o Itaú apresentou novamente o maior percentual entre as instituições analisadas, aproximadamente 5,12%, demonstrando elevada eficiência operacional na geração de receitas financeiras em relação ao total de ativos administrados.

O Santander registrou aproximadamente 4,46%, enquanto o Banco do Brasil apresentou aproximadamente 4,26%. O Bradesco apresentou o menor percentual, aproximadamente 3,66%, evidenciando menor eficiência relativa na geração de receitas financeiras sobre os ativos no período analisado.

A Margem Financeira das Receitas apresentou redução em relação ao exercício anterior em todas as instituições analisadas. O Itaú manteve o melhor desempenho, aproximadamente 39,76%, seguido pelo Santander, com aproximadamente 36,55%. O Bradesco apresentou o menor percentual, aproximadamente 30,33%.

Essa redução pode ser explicada pelo aumento das despesas financeiras, maior necessidade de provisões para perdas de crédito e desaceleração gradual das operações de crédito observada em 2023.

Em relação ao risco de crédito, o indicador de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) permaneceu elevado em todas as instituições analisadas. O Santander apresentou novamente o maior comprometimento das receitas financeiras com provisões, aproximadamente -25,48%, refletindo maior exposição ao crédito de varejo e financiamento ao consumo.

O Bradesco também apresentou percentual elevado, aproximadamente -14,31%, enquanto Itaú e Banco do Brasil registraram aproximadamente -10,08% e -9,55%, respectivamente.

Segundo a FEBRABAN (2024), o ambiente de juros elevados e o aumento da inadimplência observados em 2023 levaram as instituições financeiras a adotarem postura mais conservadora na gestão de risco e na constituição de provisões para perdas esperadas.

No grupo de indicadores de rentabilidade, o Banco do Brasil apresentou novamente destaque significativo. O banco registrou ROE de aproximadamente 19,68%, o maior percentual entre as instituições analisadas, além do maior ROA, aproximadamente 1,59%.

Esses resultados demonstram forte capacidade da instituição em gerar retorno aos acionistas e eficiência na utilização dos ativos para geração de lucro. O desempenho do Banco do Brasil em 2023 esteve diretamente relacionado ao crescimento da carteira de crédito, especialmente no agronegócio, segmento que manteve resultados positivos ao longo do período.

O Itaú também apresentou desempenho expressivo, registrando ROE de aproximadamente 18,01% e ROA de aproximadamente 1,33%, mantendo elevados níveis de rentabilidade mesmo em um ambiente econômico de maior cautela no crédito.

Por outro lado, Bradesco e Santander apresentaram redução significativa nos indicadores de rentabilidade. O Bradesco registrou ROE de aproximadamente 8,87%, enquanto o Santander apresentou aproximadamente 8,42%, os menores percentuais entre as instituições analisadas.

Essa redução reflete principalmente os impactos do aumento das provisões para perdas de crédito, da desaceleração das operações de crédito e do ambiente de maior inadimplência observado ao longo de 2023.

No indicador Margem Líquida, o Banco do Brasil apresentou novamente o melhor desempenho, aproximadamente 12,49%, seguido pelo Itaú, com aproximadamente 10,82%. O Bradesco registrou aproximadamente 6,46%, enquanto o Santander apresentou aproximadamente 7,40%.

Em relação à estrutura de capital, o Santander manteve novamente o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 10,29%, demonstrando maior participação de capital próprio na composição dos ativos totais da instituição.

O Giro do Patrimônio Líquido apresentou destaque no Itaú, aproximadamente 1,67, seguido pelo Banco do Brasil, com aproximadamente 1,57%, indicando maior eficiência dessas instituições na geração de receitas a partir dos recursos próprios investidos pelos acionistas.

De maneira geral, os resultados observados em 2023 demonstram que o ambiente de juros elevados continuou favorecendo as receitas financeiras das instituições bancárias. Entretanto, o aumento da inadimplência, a desaceleração do crédito e o maior nível de cautela no mercado financeiro impactaram diretamente parte dos indicadores de rentabilidade e eficiência operacional.

O Banco do Brasil destacou-se novamente pelos elevados indicadores de rentabilidade, menor comprometimento das receitas com provisões e forte desempenho operacional, especialmente em razão de sua atuação no agronegócio e no crédito comercial. O Itaú apresentou elevada eficiência operacional e forte capacidade de geração de receitas financeiras, mantendo resultados consistentes mesmo diante do ambiente econômico adverso.

Por outro lado, Bradesco e Santander apresentaram maior impacto decorrente do aumento das provisões para perdas de crédito e da deterioração parcial do ambiente de crédito, refletindo principalmente sua maior exposição ao crédito de varejo e financiamento ao consumo.

Dessa forma, os resultados de 2023 evidenciam que, embora o ambiente macroeconômico tenha apresentado melhora gradual em relação aos anos anteriores, os elevados níveis de juros e inadimplência continuaram exercendo forte influência sobre o desempenho das instituições financeiras brasileiras.

4.3.14 Indicadores das instituições financeiras em 2024

O desempenho das instituições financeiras em 2024 refletiu diretamente o ambiente econômico caracterizado pela desaceleração inflacionária, redução gradual da taxa Selic e recuperação moderada da atividade econômica brasileira. Embora os juros ainda permanecessem em níveis relativamente elevados quando comparados ao período pré-pandemia, o início do ciclo de flexibilização monetária influenciou o comportamento das receitas financeiras, da inadimplência e da rentabilidade bancária.

Ao mesmo tempo, o sistema financeiro brasileiro continuou operando em um cenário de

maior cautela na concessão de crédito, especialmente após os elevados níveis de inadimplência observados nos anos anteriores. Dessa forma, os bancos mantiveram políticas conservadoras de gestão de risco e provisões para perdas de crédito.

O quadro 18 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros observados em 2024 para Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Quadro 18 – Indicadores financeiros das instituições financeiras em 2024.

ANO 2024		Itaú	Bradesco	Banco do Brasil	Santander
Desempenho Operacional	Juros Passivos	-4,76%	-7,22%	-7,42%	-6,84%
	Lucratividade dos Ativos	11,79%	10,67%	12,02%	11,65%
	Margem financeira dos Ativos	7,34%	3,45%	4,59%	4,81%
Desempenho da Atividade	Margem Financeira das Receitas	60,65%	32,33%	38,21%	41,32%
Inadimplência	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-9,48%	-12,91%	-17,44%	-24,30%
Rentabilidade	ROA	1,70%	0,88%	1,28%	1,14%
	ROE	18,55%	10,44%	16,31%	11,43%
	Giro do PL	1,29	1,27	1,53	1,17
	Margem Líquida	14,41%	8,23%	10,67%	9,78%
Estrutura de Capital e Alavancagem	Independência Financeira	9,13%	8,16%	7,68%	9,67%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições financeiras (2024).

A análise dos indicadores evidencia que o ambiente econômico de 2024 favoreceu parcialmente a recuperação dos resultados operacionais e da rentabilidade das instituições financeiras analisadas. A redução gradual da taxa Selic contribuiu para melhora das condições de crédito e redução parcial da pressão sobre inadimplência, embora os juros ainda permanecessem em níveis elevados ao longo do período.

No grupo de indicadores relacionados ao desempenho operacional, o Banco do Brasil apresentou novamente o maior índice de lucratividade dos ativos, aproximadamente 12,02%, seguido pelo Itaú, com aproximadamente 11,79%, e pelo Santander, com aproximadamente 11,65%.

Esses resultados demonstram que as instituições financeiras mantiveram elevada capacidade de geração de receitas a partir de seus ativos operacionais, mesmo diante do início da redução gradual das taxas de juros. Segundo Assaf Neto (2012), a lucratividade dos ativos constitui

importante indicador da eficiência operacional das instituições financeiras, refletindo diretamente a capacidade de utilização dos ativos para geração de receitas financeiras.

No indicador Margem Financeira dos Ativos, o Itaú apresentou destaque expressivo, registrando aproximadamente 7,34%, percentual significativamente superior aos demais bancos analisados. Esse resultado evidencia elevada eficiência da instituição na geração de receitas de intermediação financeira em relação ao volume de ativos administrados.

O Santander apresentou aproximadamente 4,81%, enquanto o Banco do Brasil registrou aproximadamente 4,59%. O Bradesco apresentou novamente o menor percentual entre os bancos analisados, aproximadamente 3,45%.

A Margem Financeira das Receitas apresentou recuperação significativa no Itaú, aproximadamente 60,65%, demonstrando forte capacidade da instituição em converter receitas financeiras em resultado operacional efetivo. O Santander apresentou aproximadamente 41,32%, enquanto o Banco do Brasil registrou aproximadamente 38,21%.

O Bradesco apresentou o menor percentual nesse indicador, aproximadamente 32,33%, refletindo menor eficiência operacional relativa em comparação às demais instituições analisadas.

Em relação ao risco de crédito, observa-se manutenção de níveis ainda elevados de provisões para perdas esperadas, embora inferiores aos registrados durante os períodos mais críticos da pandemia e da elevação da taxa Selic.

O Santander apresentou novamente o maior comprometimento das receitas financeiras com provisões para créditos de liquidação duvidosa, aproximadamente -24,30%, demonstrando maior exposição ao risco de crédito no segmento de varejo e financiamento ao consumo.

O Banco do Brasil registrou aproximadamente -17,44%, enquanto o Bradesco apresentou aproximadamente -12,91%. O Itaú apresentou novamente o menor percentual entre as instituições analisadas, aproximadamente -9,48%, evidenciando menor comprometimento relativo das receitas financeiras com provisões para perdas de crédito.

Segundo a FEBRABAN (2025), embora o ambiente econômico tenha apresentado melhora gradual em 2024, os bancos continuaram adotando postura conservadora em relação à gestão de risco e à constituição de provisões, especialmente em razão da persistência da inadimplência em determinados segmentos de crédito.

No grupo de indicadores de rentabilidade, o Itaú apresentou novamente destaque significativo. O banco registrou ROE de aproximadamente 18,55%, o maior percentual entre as instituições analisadas, além do maior ROA, aproximadamente 1,70%.

Esses resultados demonstram elevada capacidade de geração de retorno aos acionistas e forte eficiência operacional da instituição mesmo em um cenário de redução gradual das taxas de juros.

O Banco do Brasil também apresentou desempenho relevante, com ROE de

aproximadamente 16,31% e ROA de aproximadamente 1,28%, mantendo elevados níveis de rentabilidade em razão da forte atuação no agronegócio e no crédito comercial.

O Santander apresentou ROE de aproximadamente 11,43%, enquanto o Bradesco registrou aproximadamente 10,44%. Embora positivos, esses resultados permaneceram inferiores aos observados em Itaú e Banco do Brasil, refletindo maior impacto das provisões para perdas de crédito sobre a rentabilidade dessas instituições.

No indicador Margem Líquida, o Itaú apresentou novamente o melhor desempenho, aproximadamente 14,41%, seguido pelo Banco do Brasil, com aproximadamente 10,67%. O Santander registrou aproximadamente 9,78%, enquanto o Bradesco apresentou aproximadamente 8,23%.

Em relação à estrutura de capital, o Santander manteve novamente o maior índice de Independência Financeira, aproximadamente 9,67%, demonstrando maior participação de capital próprio na composição dos ativos totais da instituição.

O Giro do Patrimônio Líquido apresentou destaque no Banco do Brasil, aproximadamente 1,53, indicando elevada capacidade da instituição em gerar receitas a partir dos recursos próprios investidos pelos acionistas.

De maneira geral, os resultados observados em 2024 demonstram que o setor bancário brasileiro apresentou recuperação parcial dos indicadores operacionais e de rentabilidade, favorecido pela melhora gradual das condições econômicas e pela redução parcial das taxas de juros.

O Itaú destacou-se principalmente pela elevada eficiência operacional, forte geração de receitas financeiras e maiores indicadores de rentabilidade entre as instituições analisadas. O Banco do Brasil apresentou novamente resultados consistentes, especialmente em razão de sua forte atuação no agronegócio e no crédito comercial.

O Santander manteve elevados níveis de margem financeira e independência financeira, embora continuasse apresentando maior comprometimento das receitas com provisões para perdas de crédito. Já o Bradesco apresentou desempenho mais moderado em relação aos demais bancos analisados, especialmente nos indicadores de rentabilidade e margem financeira.

Dessa forma, os resultados de 2024 evidenciam que, embora o ambiente macroeconômico tenha apresentado melhora gradual, os efeitos do período prolongado de juros elevados e aumento da inadimplência continuaram impactando o comportamento das instituições financeiras brasileiras, demonstrando a forte relação entre política monetária, risco de crédito e desempenho do setor bancário.

4.4 RELAÇÃO ENTRE MEDIDAS ECONÔMICAS E O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

4.4.1 Relação entre a taxa Selic e os indicadores de desempenho operacional e da atividade

A taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) representa um dos principais instrumentos de política monetária utilizados pelo Banco Central do Brasil para controle da inflação, regulação da liquidez e estímulo ou desaceleração da atividade econômica. Segundo Mishkin (2016), alterações na taxa de juros exercem impactos diretos sobre o mercado de crédito, o consumo, os investimentos e, consequentemente, sobre o desempenho das instituições financeiras.

No setor bancário, a taxa Selic influencia diretamente as operações de intermediação financeira, afetando os spreads bancários, o custo de captação de recursos e a rentabilidade das operações de crédito. Dessa forma, mudanças na política monetária tendem a produzir reflexos significativos sobre os indicadores operacionais das instituições financeiras.

Entre 2019 e 2024, a política monetária brasileira passou por diferentes ciclos econômicos. Inicialmente, observou-se um processo de flexibilização monetária, intensificado durante a pandemia de COVID-19, seguido posteriormente por um forte ciclo de aperto monetário em resposta ao avanço da inflação observada principalmente entre 2021 e 2023.

Para fins analíticos, utilizou-se neste estudo a taxa Selic média anual, considerando que os indicadores financeiros analisados refletem o comportamento operacional das instituições financeiras ao longo de todo o exercício social, e não apenas em períodos específicos de encerramento anual. Dessa forma, a utilização da média anual da taxa Selic possibilita maior coerência metodológica na comparação entre a política monetária e os indicadores econômico-financeiros analisados.

O quadro 19 apresenta a evolução da taxa Selic média anual entre 2019 e 2024.

Quadro 19 – Evolução da taxa Selic média anual entre 2019 e 2024.

Ano	Selic média anual (%)
2019	5,95%
2020	2,76%
2021	4,44%
2022	11,73%
2023	13,04%
2024	10,87%

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2025).

Observa-se inicialmente um cenário de forte flexibilização monetária entre 2019 e 2020, período marcado pela tentativa de estímulo à atividade econômica e enfrentamento dos impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o Banco Central promoveu sucessivas reduções da taxa básica de juros, levando a Selic ao menor patamar da série histórica brasileira.

Posteriormente, entre 2021 e 2023, observou-se um intenso ciclo de aperto monetário em resposta ao avanço da inflação doméstica e internacional. O aumento expressivo da taxa Selic teve como principal objetivo conter as pressões inflacionárias e reancorar as expectativas econômicas dos agentes de mercado.

Já em 2024, verificou-se o início gradual do processo de flexibilização monetária, favorecido pela desaceleração parcial da inflação e pela melhora relativa do ambiente macroeconômico brasileiro.

Segundo Assaf Neto (2012), alterações nas taxas de juros exercem influência direta sobre o comportamento das instituições financeiras, especialmente em relação às receitas de intermediação financeira, spreads bancários e custo de captação de recursos.

4.4.2 Relação entre SELIC e Juros Passivos

Os juros passivos representam o custo médio de captação das instituições financeiras, refletindo os valores pagos pelos bancos para obtenção de recursos por meio de depósitos, obrigações financeiras e demais instrumentos de captação. Dessa forma, esse indicador apresenta forte sensibilidade às alterações da política monetária, especialmente às variações da taxa Selic.

Segundo Assaf Neto (2012), mudanças na taxa básica de juros impactam diretamente o custo operacional das instituições financeiras, influenciando as despesas de intermediação financeira e a estrutura de rentabilidade bancária.

O quadro 19 apresenta a relação entre a taxa Selic média anual e a média dos juros passivos das instituições financeiras analisadas no período de 2019 a 2024.

Quadro 20 – Relação entre a taxa Selic média anual e os juros passivos médios das instituições analisadas.

Ano	Selic média anual (%)	Média dos Juros Passivos das Instituições analisadas
2019	5,95%	-4,46%
2020	2,76%	-3,05%
2021	4,44%	-3,50%
2022	11,73%	-7,37%
2023	13,04%	-8,10%
2024	10,87%	-6,56%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e Banco Central do Brasil (2025).

A análise do quadro demonstra comportamento diretamente relacionado entre a evolução da taxa Selic e os juros passivos das instituições financeiras ao longo do período analisado.

Entre 2019 e 2020, observa-se redução da Selic média anual de 5,95% para 2,76%. Paralelamente, a média dos juros passivos das instituições analisadas apresentou redução de -4,46% para -3,05%, indicando diminuição do custo médio de captação dos bancos durante o período de flexibilização monetária promovido pelo Banco Central.

Esse comportamento esteve diretamente relacionado à política monetária expansionista adotada durante a pandemia de COVID-19, quando a redução da taxa básica de juros buscou estimular a liquidez da economia, ampliar o crédito e reduzir os impactos econômicos da crise sanitária.

Em 2021, apesar da Selic média anual ainda permanecer relativamente baixa, em 4,44%, observa-se leve elevação dos juros passivos médios para -3,50%. Esse comportamento demonstra o início dos impactos do ciclo de aperto monetário promovido pelo Banco Central diante do avanço inflacionário observado no período.

A partir de 2022, verifica-se alteração mais significativa na relação entre as variáveis analisadas. A Selic média anual elevou-se para 11,73%, enquanto os juros passivos médios passaram para -7,37%, evidenciando aumento expressivo do custo de captação das instituições financeiras.

Segundo Mishkin (2016), ambientes de juros elevados tendem a aumentar os custos de financiamento das instituições financeiras, uma vez que os bancos passam a remunerar de forma mais elevada depósitos, captações interfinanceiras e demais instrumentos financeiros vinculados às taxas de mercado.

Em 2023, observa-se o maior patamar da Selic média anual no período analisado, atingindo

13,04%. Consequentemente, os juros passivos médios também alcançaram seu maior nível, chegando a -8,10%. Esse comportamento reforça a forte relação existente entre política monetária e custo operacional das instituições bancárias.

Já em 2024, com o início do processo gradual de redução da taxa Selic, observa-se diminuição dos juros passivos médios para -6,56%, acompanhando a queda da Selic média anual para 10,87%. Esse resultado demonstra que a flexibilização monetária iniciou processo de redução do custo de captação bancária, ainda que os níveis permanecessem superiores aos observados no período pré-pandemia.

De maneira geral, os dados apresentados evidenciam que os juros passivos das instituições financeiras acompanharam de forma relativamente paralela o comportamento da taxa Selic entre 2019 e 2024. Assim, observa-se que a política monetária exerceu influência direta sobre o custo operacional das instituições financeiras analisadas, demonstrando elevada sensibilidade do setor bancário às alterações nas condições monetárias da economia brasileira.

4.4.3 Relação entre SELIC e a Margem financeira dos ativos

A margem financeira dos ativos representa a capacidade das instituições financeiras de gerar receitas de intermediação financeira em relação ao volume total de ativos administrados. Esse indicador demonstra o nível de eficiência operacional dos bancos na utilização de seus ativos para geração de receitas financeiras, sendo diretamente influenciado pelas condições monetárias da economia e pelo comportamento das taxas de juros.

Segundo Assaf Neto (2012), ambientes de elevação da taxa básica de juros tendem a favorecer as receitas de intermediação financeira das instituições bancárias, ampliando os spreads e melhorando parcialmente os indicadores operacionais relacionados às operações de crédito.

O quadro 21 apresenta a relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média dos ativos das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 21 – Relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média dos ativos das instituições analisadas.

Ano	Selic média anual (%)	Média da Margem financeira dos ativos das Instituições analisadas
2019	5,95%	5,50%
2020	2,76%	4,40%
2021	4,44%	4,65%
2022	11,73%	4,58%
2023	13,04%	4,38%
2024	10,87%	5,05%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e Banco Central do Brasil (2025).

A análise do quadro evidencia que a margem financeira dos ativos apresentou comportamento parcialmente relacionado às alterações da taxa Selic ao longo do período analisado. Entretanto, observa-se que a relação entre as variáveis ocorreu de maneira menos linear quando comparada aos juros passivos, demonstrando que outros fatores operacionais e econômicos também influenciaram o desempenho das instituições financeiras no período.

Entre 2019 e 2020, observa-se redução significativa da Selic média anual, passando de 5,95% para 2,76%. Paralelamente, a margem financeira média dos ativos das instituições analisadas apresentou retração de 5,50% para 4,40%. Esse comportamento demonstra que o ambiente de juros historicamente baixos reduziu parcialmente a capacidade das instituições financeiras de ampliar suas receitas de intermediação financeira.

Segundo Mishkin (2016), períodos de forte flexibilização monetária tendem a comprimir os spreads bancários e reduzir as margens financeiras das instituições financeiras, especialmente em operações de crédito vinculadas às taxas de mercado.

Em 2021, observa-se recuperação parcial da margem financeira média dos ativos, que passou para 4,65%, acompanhando o início do ciclo de elevação da taxa Selic, cuja média anual atingiu 4,44%. Esse movimento demonstra que o início do aperto monetário favoreceu parcialmente a recuperação das receitas financeiras das instituições bancárias.

Entretanto, entre 2022 e 2023, apesar da forte elevação da Selic média anual para 11,73% e posteriormente 13,04%, a margem financeira média dos ativos permaneceu relativamente estável, apresentando inclusive leve retração para 4,38% em 2023.

Esse comportamento demonstra que, embora a elevação da taxa básica de juros tenha favorecido as receitas financeiras das instituições analisadas, outros fatores passaram a pressionar parcialmente o desempenho operacional dos bancos no período, especialmente:

- aumento da inadimplência;
- crescimento das provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- desaceleração das operações de crédito;
- aumento do custo de captação financeira.

Além disso, o ambiente econômico de juros elevados também reduziu parcialmente a demanda por crédito, impactando o crescimento das carteiras de empréstimos e financiamentos das instituições bancárias.

Já em 2024, observa-se recuperação mais significativa da margem financeira média dos ativos, que atingiu 5,05%, mesmo diante da redução da Selic média anual para 10,87%. Esse comportamento sugere melhora relativa das condições operacionais das instituições financeiras, favorecida principalmente pela redução parcial da inadimplência e pela estabilização gradual do ambiente econômico.

De maneira geral, os dados demonstram que a taxa Selic exerceu influência relevante sobre a margem financeira dos ativos das instituições analisadas entre 2019 e 2024. Entretanto, observa-se que esse indicador apresentou comportamento influenciado não apenas pela política monetária, mas também pelas condições econômicas gerais, pelo nível de inadimplência e pela dinâmica das operações de crédito no período analisado.

Assim, verifica-se que ambientes de juros reduzidos tenderam a comprimir parcialmente as margens financeiras das instituições bancárias, enquanto o ciclo de aperto monetário iniciado em 2021 favoreceu recuperação operacional do setor, ainda que parcialmente limitada pelo aumento do risco de crédito e das despesas financeiras.

4.4.4 Relação entre SELIC e a lucratividade dos ativos

A lucratividade dos ativos representa a capacidade das instituições financeiras de gerar receitas operacionais a partir do conjunto de ativos administrados. Diferentemente de indicadores mais diretamente relacionados à intermediação financeira, como margem financeira dos ativos e margem financeira das receitas, a lucratividade dos ativos apresenta comportamento influenciado por um conjunto mais amplo de fatores operacionais, financeiros e econômicos.

Segundo Assaf Neto (2012), indicadores de lucratividade dos ativos refletem não apenas o comportamento das receitas financeiras, mas também aspectos relacionados à eficiência operacional, estrutura de ativos, composição da carteira de crédito, receitas de serviços e custos administrativos das instituições financeiras.

Dessa forma, embora a taxa Selic exerça influência sobre esse indicador, sua relação ocorre de maneira menos direta quando comparada aos indicadores estritamente ligados à atividade de intermediação financeira.

O quadro 22 apresenta a relação entre a taxa Selic média anual e a lucratividade média dos

ativos das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 22 – Relação entre a taxa Selic média anual e a lucratividade média dos ativos das instituições analisadas.

Ano	Selic média anual (%)	Média da lucratividade dos ativos das Instituições analisadas
2019	5,95%	9,88%
2020	2,76%	7,45%
2021	4,44%	8,15%
2022	11,73%	11,95%
2023	13,04%	12,48%
2024	10,87%	11,53%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e Banco Central do Brasil (2025).

A análise do quadro demonstra que a lucratividade dos ativos apresentou comportamento parcialmente associado à evolução da taxa Selic ao longo do período analisado. Entretanto, observa-se que a relação entre as variáveis ocorreu de forma menos linear e direta quando comparada aos indicadores anteriormente analisados.

Entre 2019 e 2020, observa-se redução da Selic média anual de 5,95% para 2,76%, acompanhada por retração da lucratividade média dos ativos de 9,88% para 7,45%. Esse comportamento esteve relacionado principalmente aos impactos econômicos da pandemia de COVID-19, à redução das operações de crédito e à compressão parcial das receitas financeiras das instituições bancárias.

Em 2021, com o início do ciclo de elevação da taxa Selic e retomada gradual da atividade econômica, a lucratividade média dos ativos apresentou recuperação para 8,15%, demonstrando melhora parcial da capacidade operacional das instituições financeiras.

A partir de 2022, observa-se crescimento mais expressivo do indicador, atingindo 11,95% em 2022 e 12,48% em 2023, período marcado pelo forte aperto monetário promovido pelo Banco Central. Nesse contexto, o ambiente de juros elevados favoreceu o crescimento das receitas financeiras e ampliou parcialmente a capacidade das instituições bancárias de gerar resultados operacionais a partir de seus ativos.

Entretanto, diferentemente dos juros passivos, a lucratividade dos ativos não respondeu exclusivamente às alterações da política monetária. O comportamento do indicador também esteve relacionado a fatores como:

- recuperação gradual da atividade econômica;
- crescimento das operações de crédito;
- expansão das receitas de serviços bancários;

- controle de despesas operacionais;
- comportamento da inadimplência;
- estrutura da carteira de ativos das instituições financeiras.

Em 2024, mesmo com a redução da Selic média anual para 10,87%, a lucratividade média dos ativos permaneceu em patamar elevado, atingindo 11,53%. Esse comportamento demonstra que a melhora relativa das condições econômicas e operacionais do setor bancário contribuiu para sustentação do indicador, mesmo diante da flexibilização monetária observada no período.

De maneira geral, observa-se que a taxa Selic exerceu influência relevante sobre a lucratividade dos ativos das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024. Entretanto, verifica-se que esse indicador apresentou comportamento mais abrangente e menos diretamente sensível à política monetária quando comparado aos indicadores de margem financeira e juros passivos.

Assim, conclui-se que a lucratividade dos ativos refletiu não apenas os efeitos das alterações da taxa básica de juros, mas também a capacidade operacional das instituições financeiras de adaptar suas estratégias ao ambiente econômico observado ao longo do período analisado.

4.4.5 Relação entre SELIC e a Margem financeira das receitas

A margem financeira das receitas representa a proporção das receitas de intermediação financeira efetivamente convertida em resultado operacional pelas instituições financeiras. Esse indicador demonstra a eficiência dos bancos na administração de suas receitas financeiras frente às despesas operacionais, custos de captação e riscos de crédito.

Segundo Assaf Neto (2012), a margem financeira constitui um dos principais indicadores de desempenho operacional das instituições financeiras, uma vez que evidencia a capacidade dos bancos de transformar operações de crédito e intermediação financeira em resultados efetivos.

O quadro 23 apresenta a relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média das receitas das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 23 – Relação entre a taxa Selic média anual e a margem financeira média das receitas das instituições analisadas.

Ano	Selic média anual (%)	Média da Margem financeira das receitas das Instituições analisadas
2019	5,95%	54,51%
2020	2,76%	58,83%
2021	4,44%	56,62%
2022	11,73%	38,34%
2023	13,04%	35,02%
2024	10,87%	43,13%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e Banco Central do Brasil (2025).

A análise do quadro demonstra comportamento distinto entre a evolução da taxa Selic e a margem financeira das receitas ao longo do período analisado. Diferentemente do observado nos juros passivos, a elevação da taxa básica de juros não resultou necessariamente em crescimento proporcional da margem financeira das receitas das instituições financeiras.

Entre 2019 e 2020, observa-se redução significativa da Selic média anual, passando de 5,95% para 2,76%. Entretanto, a margem financeira média das receitas apresentou crescimento de 54,51% para 58,83% no mesmo período.

Esse comportamento pode ser explicado pelo ambiente monetário expansionista observado durante a pandemia de COVID-19, quando a forte redução do custo de captação bancária contribuiu para preservação parcial das margens operacionais das instituições financeiras. Além disso, as medidas de estímulo econômico e liquidez implementadas pelo Banco Central favoreceram a manutenção das operações financeiras durante o período mais crítico da crise sanitária.

Em 2021, mesmo com o início do ciclo de elevação da Selic e média anual de 4,44%, a margem financeira das receitas permaneceu em patamar elevado, atingindo 56,62%. Esse comportamento demonstra que os bancos ainda mantinham forte capacidade de geração de receitas operacionais em ambiente de recuperação gradual da atividade econômica.

Entretanto, a partir de 2022, observa-se mudança significativa na relação entre as variáveis analisadas. Apesar da forte elevação da Selic média anual para 11,73% em 2022 e 13,04% em 2023, a margem financeira média das receitas apresentou forte retração, passando para 38,34% e posteriormente 35,02%.

Esse comportamento demonstra que o ambiente de juros elevados, embora tenha favorecido o crescimento das receitas financeiras brutas das instituições bancárias, também provocou aumento expressivo:

- das despesas financeiras;

- do custo de captação;
- da inadimplência;
- das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Segundo Mishkin (2016), ciclos de aperto monetário tendem a elevar simultaneamente receitas e despesas financeiras das instituições bancárias. Dessa forma, ambientes de juros elevados nem sempre resultam em melhora proporcional das margens operacionais líquidas.

Além disso, o aumento da taxa Selic contribuiu para desaceleração da demanda por crédito, reduzindo parcialmente o crescimento das operações financeiras das instituições analisadas.

Em 2024, com a redução da Selic média anual para 10,87%, observa-se recuperação parcial da margem financeira média das receitas, que passou para 43,13%. Esse comportamento sugere melhora gradual das condições operacionais do setor bancário, favorecida principalmente pela redução parcial do custo financeiro e estabilização do ambiente de crédito.

De maneira geral, os dados demonstram que a relação entre a taxa Selic e a margem financeira das receitas ocorreu de forma mais complexa ao longo do período analisado. Embora a elevação da Selic tenha favorecido o crescimento das receitas financeiras brutas, o aumento simultâneo das despesas financeiras, do custo de captação e das provisões para perdas de crédito limitou parcialmente os ganhos operacionais das instituições financeiras.

Assim, observa-se que o desempenho da margem financeira das receitas esteve associado não apenas à política monetária, mas também às condições gerais da economia, ao comportamento da inadimplência e à estrutura operacional das instituições financeiras analisadas.

4.4.6 Relação entre a inflação e os indicadores de inadimplência

A inflação representa o aumento generalizado dos preços de bens e serviços em determinado período, afetando diretamente o poder de compra da população, os custos das empresas e a capacidade de pagamento das operações de crédito. Segundo Mishkin (2016), ambientes inflacionários tendem a aumentar a instabilidade econômica, reduzindo a renda real das famílias e elevando os riscos associados ao sistema financeiro.

No setor bancário, a inflação exerce influência relevante sobre os indicadores de inadimplência, uma vez que o aumento do custo de vida e das despesas financeiras pode comprometer a capacidade de pagamento de famílias e empresas. Nesse contexto, as instituições financeiras tendem a ampliar suas provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), buscando reduzir os riscos associados à deterioração das operações de crédito.

Para fins analíticos, utilizou-se neste estudo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) anual como principal indicador inflacionário da economia brasileira, em conjunto com a média dos indicadores de inadimplência das instituições financeiras analisadas no período de

2019 a 2024.

O quadro 24 apresenta a relação entre o IPCA anual e a média da inadimplência das instituições analisadas.

Quadro 24 – Relação entre o IPCA anual e a média da inadimplência das instituições analisadas.

Ano	IPCA anual (%)	Média da inadimplência das Instituições analisadas
2019	4,31%	-15,14%
2020	4,52%	-21,11%
2021	10,06%	-12,50%
2022	5,79%	-13,20%
2023	4,62%	-14,86%
2024	4,83%	-16,03%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e IBGE (2025).

A análise do quadro demonstra que a relação entre inflação e inadimplência apresentou comportamento influenciado não apenas pelo avanço dos preços, mas também pelas condições gerais da economia, pela política monetária e pelas estratégias de gestão de risco adotadas pelas instituições financeiras ao longo do período analisado.

Entre 2019 e 2020, observa-se relativa estabilidade do IPCA, passando de 4,31% para 4,52%. Entretanto, a média da inadimplência das instituições financeiras apresentou elevação significativa, passando de -15,14% para -21,11%.

Esse comportamento esteve diretamente relacionado aos impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19, que provocou retração da atividade econômica, aumento do desemprego e deterioração da capacidade de pagamento de famílias e empresas. Assim, observa-se que o aumento da inadimplência em 2020 esteve mais associado à crise econômica decorrente da pandemia do que propriamente ao comportamento inflacionário.

Em 2021, verifica-se alteração relevante no cenário econômico. O IPCA anual atingiu 10,06%, o maior nível do período analisado, refletindo o aumento dos preços de combustíveis, alimentos, energia elétrica e demais bens de consumo. Segundo o IBGE (2025), a inflação observada em 2021 esteve associada principalmente aos impactos da desorganização das cadeias globais de produção, valorização das commodities e desvalorização cambial.

Apesar da forte elevação inflacionária, a média da inadimplência apresentou redução para -12,50% em 2021. Esse comportamento pode ser explicado pelas medidas emergenciais de estímulo econômico implementadas nos anos anteriores, bem como pela recuperação parcial da atividade econômica e do mercado de trabalho observada no período.

Além disso, as instituições financeiras mantiveram postura mais conservadora na concessão

de crédito após os impactos da pandemia, reduzindo parcialmente a exposição ao risco de inadimplência.

Em 2022, o IPCA apresentou desaceleração para 5,79%, enquanto a média da inadimplência permaneceu relativamente elevada, em -13,20%. Apesar da redução inflacionária, o ambiente econômico ainda permaneceu pressionado pelos elevados níveis da taxa Selic, aumento do custo do crédito e menor capacidade de pagamento das famílias.

Segundo Assaf Neto (2012), ambientes de juros elevados tendem a ampliar o comprometimento da renda com despesas financeiras, aumentando os riscos de inadimplência mesmo em cenários de desaceleração inflacionária.

Em 2023, o IPCA anual reduziu-se para 4,62%, refletindo melhora parcial do ambiente econômico e desaceleração das pressões inflacionárias. Entretanto, a média da inadimplência voltou a aumentar, atingindo -14,86%.

Esse comportamento demonstra que os efeitos do período prolongado de juros elevados continuaram impactando a capacidade de pagamento das operações de crédito, especialmente no segmento de varejo e crédito ao consumo.

Já em 2024, observa-se leve elevação do IPCA para 4,83%, acompanhada por aumento da média da inadimplência para -16,03%. Embora o ambiente inflacionário estivesse relativamente mais controlado em comparação aos anos anteriores, os efeitos acumulados do endividamento das famílias e do elevado custo do crédito continuaram pressionando os indicadores de risco das instituições financeiras.

De maneira geral, os dados demonstram que a inflação exerceu influência relevante sobre os indicadores de inadimplência das instituições analisadas entre 2019 e 2024. Entretanto, observa-se que a relação entre as variáveis ocorreu de maneira indireta e associada a outros fatores macroeconômicos, especialmente:

- atividade econômica;
- mercado de trabalho;
- política monetária;
- custo do crédito;
- capacidade de pagamento das famílias e empresas.

Assim, conclui-se que períodos de maior pressão inflacionária estiveram associados a ambientes de maior risco para o sistema financeiro, contribuindo para aumento das provisões para perdas de crédito e maior cautela das instituições financeiras na concessão de operações de crédito.

4.4.7 Relação entre o crescimento econômico e os indicadores de rentabilidade

O crescimento econômico representa um dos principais fatores macroeconômicos capazes

de influenciar o desempenho e a rentabilidade das instituições financeiras. Segundo Mishkin (2016), períodos de expansão da atividade econômica tendem a favorecer o aumento do consumo, dos investimentos e das operações de crédito, contribuindo diretamente para o crescimento das receitas financeiras e da lucratividade do setor bancário.

No sistema financeiro, o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) possui relação direta com a demanda por crédito, movimentação financeira, capacidade de pagamento dos agentes econômicos e expansão das operações bancárias. Dessa forma, ambientes de crescimento econômico normalmente favorecem a melhora dos indicadores de rentabilidade das instituições financeiras, enquanto períodos de retração econômica tendem a pressionar os resultados operacionais e aumentar os riscos do sistema bancário.

Entre 2019 e 2024, a economia brasileira passou por diferentes ciclos econômicos, incluindo o período de retração provocado pela pandemia de COVID-19 em 2020, seguido pela recuperação da atividade econômica entre 2021 e 2024. Essas alterações no ambiente macroeconômico impactaram diretamente o desempenho das instituições financeiras analisadas nesta pesquisa.

Segundo Assaf Neto (2012), indicadores de rentabilidade permitem avaliar a capacidade das instituições financeiras de gerar retorno a partir de seus ativos, patrimônio líquido e operações financeiras. Nesse contexto, indicadores como ROA, ROE, Giro do Patrimônio Líquido e Margem Líquida tornam-se relevantes para análise da relação entre crescimento econômico e desempenho bancário.

O quadro 25 apresenta a evolução do crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro entre 2019 e 2024.

Quadro 25 – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 2019 e 2024.

Ano	Crescimento do PIB (%)
2019	1,20%
2020	-3,30%
2021	4,80%
2022	3,00%
2023	2,90%
2024	3,40%

Fonte: Adaptado de IBGE (2025).

Observa-se que o período analisado foi marcado inicialmente por crescimento econômico moderado em 2019, seguido por forte retração em 2020 em razão dos impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19. Posteriormente, verificou-se recuperação da atividade

econômica entre 2021 e 2024, favorecida pela retomada gradual do consumo, recuperação do mercado de trabalho, crescimento das operações de crédito e melhora parcial do ambiente macroeconômico brasileiro.

Dessa forma, torna-se relevante analisar como as oscilações do crescimento econômico brasileiro influenciaram os indicadores de rentabilidade das instituições financeiras analisadas, evidenciando a relação existente entre atividade econômica e desempenho do setor bancário ao longo do período estudado.

4.4.8 Relação entre o crescimento econômico e o ROA

O Return on Assets (ROA) representa um dos principais indicadores de rentabilidade utilizados na análise do desempenho das instituições financeiras, demonstrando a capacidade de geração de lucro a partir do conjunto de ativos administrados pelos bancos. Segundo Assaf Neto (2012), o ROA evidencia a eficiência operacional das instituições financeiras na utilização de seus ativos para obtenção de resultados líquidos.

No setor bancário, o desempenho do ROA tende a apresentar relação direta com o crescimento econômico, uma vez que períodos de expansão da atividade econômica favorecem o aumento das operações de crédito, da movimentação financeira e das receitas bancárias. Em contrapartida, ambientes de retração econômica tendem a reduzir a demanda por crédito, elevar os riscos de inadimplência e pressionar os resultados operacionais das instituições financeiras.

O quadro 26 apresenta a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o ROA médio das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 26 – Relação entre o crescimento do PIB e o ROA médio das instituições analisadas.

Ano	Crescimento do PIB (%)	ROA médio das instituições analisadas
2019	1,20%	1,71%
2020	-3,30%	1,07%
2021	4,80%	1,39%
2022	3,00%	1,40%
2023	2,90%	1,15%
2024	3,40%	1,25%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e IBGE (2025).

Os dados demonstram que o comportamento do ROA médio acompanhou, de maneira geral, as oscilações da atividade econômica brasileira ao longo do período analisado. Em 2019, diante de um cenário de crescimento moderado da economia brasileira, com expansão do PIB de

1,20%, as instituições financeiras apresentaram ROA médio de 1,71%, evidenciando ambiente relativamente favorável para geração de resultados operacionais.

Entretanto, em 2020, a forte retração econômica provocada pela pandemia de COVID-19 impactou diretamente a rentabilidade das instituições financeiras. A queda do PIB brasileiro para -3,30% foi acompanhada por redução significativa do ROA médio para 1,07%, refletindo os efeitos da desaceleração econômica, da redução das operações de crédito e do aumento do risco financeiro observado no período.

A diminuição da rentabilidade operacional em 2020 esteve associada principalmente ao aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa, à retração da atividade econômica e à maior cautela das instituições financeiras diante das incertezas provocadas pela crise sanitária. Segundo Mishkin (2016), períodos de retração econômica tendem a pressionar a lucratividade bancária em razão da redução das operações financeiras e da elevação dos riscos associados ao crédito.

Com a retomada gradual da atividade econômica em 2021, o PIB brasileiro apresentou crescimento de 4,80%, favorecendo recuperação parcial da rentabilidade das instituições financeiras. Nesse contexto, o ROA médio elevou-se para 1,39%, demonstrando melhora da capacidade operacional do setor bancário diante da recuperação econômica e do crescimento gradual das operações de crédito.

Nos anos seguintes, apesar da manutenção do crescimento econômico em patamares positivos, observa-se relativa estabilidade do ROA médio das instituições financeiras. Em 2022, com crescimento do PIB de 3,00%, o indicador permaneceu praticamente estável em 1,40%. Já em 2023, embora a economia brasileira tenha crescido 2,90%, o ROA médio apresentou retração para 1,15%.

Esse comportamento demonstra que o desempenho operacional das instituições financeiras não esteve condicionado exclusivamente ao crescimento econômico, sendo também impactado pelo ambiente de juros elevados, pelo aumento do custo de captação e pelos níveis ainda elevados de inadimplência observados no período.

Em 2024, observa-se recuperação parcial do indicador, acompanhando o crescimento econômico de 3,40% e a melhora gradual das condições macroeconômicas. O ROA médio atingiu 1,25%, evidenciando recuperação moderada da rentabilidade operacional das instituições financeiras analisadas.

De maneira geral, verifica-se que o crescimento econômico exerceu influência relevante sobre o desempenho operacional das instituições financeiras entre 2019 e 2024. Os dados demonstram que períodos de expansão econômica favoreceram a melhora dos indicadores de rentabilidade, enquanto momentos de retração econômica pressionaram os resultados operacionais do setor bancário, evidenciando a forte relação entre atividade econômica e desempenho financeiro

das instituições analisadas.

4.4.9 Relação entre o crescimento econômico e o ROE

O Return on Equity (ROE) representa um dos principais indicadores de rentabilidade utilizados na análise das instituições financeiras, demonstrando a capacidade de geração de retorno sobre o patrimônio líquido investido pelos acionistas. Segundo Assaf Neto (2012), o indicador evidencia o nível de eficiência das instituições financeiras na utilização do capital próprio para obtenção de resultados líquidos.

No setor bancário, o comportamento do ROE tende a apresentar relação significativa com o crescimento econômico, uma vez que períodos de expansão da atividade econômica normalmente favorecem o aumento das operações de crédito, da demanda por serviços financeiros e da geração de receitas bancárias. Em contrapartida, momentos de retração econômica tendem a pressionar os resultados operacionais, elevar os riscos de inadimplência e reduzir parcialmente a rentabilidade das instituições financeiras.

O quadro 27 apresenta a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o ROE médio das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 27 – Relação entre o crescimento do PIB e o ROE médio das instituições analisadas.

Ano	Crescimento do PIB (%)	ROE médio das instituições analisadas
2019	1,20%	17,51%
2020	-3,30%	13,48%
2021	4,80%	15,66%
2022	3,00%	16,04%
2023	2,90%	13,75%
2024	3,40%	14,18%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e IBGE (2025).

A análise dos dados demonstra que o comportamento do ROE médio das instituições financeiras apresentou relação relevante com as oscilações da atividade econômica brasileira ao longo do período analisado.

Em 2019, mesmo diante de crescimento moderado do PIB brasileiro, em 1,20%, as instituições financeiras analisadas apresentaram elevado nível de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, registrando ROE médio de 17,51%. Esse resultado evidencia a elevada capacidade de geração de lucro do setor bancário brasileiro, mesmo em cenários de crescimento econômico mais

limitado.

Entretanto, em 2020, observa-se forte impacto da pandemia de COVID-19 sobre o desempenho das instituições financeiras. A retração econômica de -3,30% do PIB brasileiro foi acompanhada por redução significativa do ROE médio para 13,48%, refletindo os impactos da desaceleração econômica sobre a lucratividade bancária.

A redução do indicador esteve associada principalmente:

- ao aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- à retração das operações de crédito;
- à elevação do risco financeiro;
- e à maior cautela operacional adotada pelas instituições financeiras durante o período de crise sanitária.

Segundo Mishkin (2016), períodos de retração econômica tendem a reduzir o retorno sobre o capital próprio das instituições financeiras, especialmente em razão do aumento da inadimplência e da desaceleração das atividades de crédito e investimento.

Com a retomada gradual da atividade econômica em 2021, observa-se recuperação parcial do ROE médio das instituições analisadas, atingindo 15,66%, acompanhando o crescimento do PIB brasileiro de 4,80%. Esse comportamento demonstra que a recuperação econômica favoreceu o crescimento das receitas financeiras e a melhora da rentabilidade operacional do setor bancário.

Em 2022, mesmo com desaceleração do crescimento econômico para 3,00%, o ROE médio apresentou leve crescimento para 16,04%. Esse resultado demonstra que o ambiente de juros elevados observado no período favoreceu parcialmente a rentabilidade das instituições financeiras, ampliando as receitas de intermediação financeira e contribuindo para manutenção dos resultados operacionais do setor bancário.

Entretanto, em 2023, apesar da continuidade do crescimento econômico brasileiro, o ROE médio apresentou retração para 13,75%. Esse comportamento demonstra que o desempenho das instituições financeiras passou a ser impactado não apenas pelo crescimento econômico, mas também pelo ambiente prolongado de juros elevados, aumento do custo de captação e desaceleração gradual das operações de crédito.

Já em 2024, observa-se recuperação moderada do ROE médio para 14,18%, acompanhando o crescimento econômico de 3,40% e a melhora gradual das condições macroeconômicas brasileiras. A redução parcial da taxa Selic e a estabilização relativa do ambiente econômico contribuíram para melhora parcial da rentabilidade das instituições financeiras analisadas.

De maneira geral, verifica-se que o crescimento econômico exerceu influência relevante sobre o comportamento do ROE das instituições financeiras entre 2019 e 2024. Os dados demonstram que períodos de expansão econômica favoreceram a recuperação da rentabilidade bancária, enquanto momentos de retração econômica pressionaram os resultados operacionais e

reduziram o retorno sobre o patrimônio líquido das instituições analisadas.

Assim, observa-se que o ROE apresentou forte relação com o ambiente macroeconômico brasileiro, evidenciando a elevada sensibilidade do setor bancário às oscilações da atividade econômica e às condições financeiras observadas no período analisado.

4.4.10 Relação entre o crescimento econômico e o Giro do Patrimônio Líquido

O Giro do Patrimônio Líquido representa um indicador de eficiência operacional utilizado para demonstrar a capacidade das instituições financeiras de gerar receitas a partir do capital próprio investido. Segundo Assaf Neto (2012), esse indicador evidencia o nível de utilização do patrimônio líquido na geração das receitas financeiras das instituições bancárias, permitindo avaliar a eficiência operacional e a intensidade das atividades de intermediação financeira.

No setor bancário, o comportamento do Giro do Patrimônio Líquido tende a apresentar relação significativa com o crescimento econômico, uma vez que períodos de expansão da atividade econômica normalmente favorecem o aumento das operações de crédito, da movimentação financeira e da geração de receitas bancárias. Em contrapartida, momentos de retração econômica tendem a reduzir o volume de operações financeiras, pressionando a capacidade de geração de receitas das instituições financeiras.

O quadro 28 apresenta a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o Giro médio do Patrimônio Líquido das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 28 – Relação entre o crescimento do PIB e o Giro médio do Patrimônio Líquido das instituições analisadas.

Ano	Crescimento do PIB (%)	Giro do PL médio das instituições analisadas
2019	1,20%	1,04
2020	-3,30%	0,82
2021	4,80%	0,94
2022	3,00%	1,36
2023	2,90%	1,44
2024	3,40%	1,32

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e IBGE (2025).

A análise dos dados demonstra que o comportamento do Giro médio do Patrimônio Líquido apresentou relação relevante com as oscilações da atividade econômica brasileira ao longo do período analisado.

Em 2019, diante de um cenário de crescimento econômico moderado, as instituições financeiras apresentaram Giro médio do Patrimônio Líquido de 1,04, evidenciando capacidade relativamente estável de geração de receitas a partir do capital próprio investido.

Entretanto, em 2020, a retração econômica provocada pela pandemia de COVID-19 impactou diretamente a eficiência operacional do setor bancário. Com queda do PIB brasileiro de -3,30%, o Giro médio do Patrimônio Líquido apresentou redução significativa para 0,82, refletindo os efeitos da desaceleração econômica sobre as operações financeiras das instituições analisadas.

A diminuição do indicador esteve associada principalmente à redução da atividade econômica, retração das operações de crédito e maior cautela das instituições financeiras diante do ambiente de elevada incerteza econômica observado durante a crise sanitária.

Segundo Mishkin (2016), períodos de retração econômica tendem a reduzir a circulação de crédito e o volume de operações financeiras, pressionando a capacidade das instituições bancárias de gerar receitas a partir de seus recursos próprios.

Com a retomada gradual da atividade econômica em 2021, observa-se recuperação parcial do Giro médio do Patrimônio Líquido para 0,94, acompanhando o crescimento do PIB brasileiro de 4,80%. Esse comportamento demonstra melhora gradual da eficiência operacional das instituições financeiras diante da recuperação econômica e expansão das operações de crédito.

Nos anos de 2022 e 2023, observa-se crescimento mais expressivo do indicador, atingindo 1,36 e posteriormente 1,44. Esse comportamento evidencia que o ambiente econômico de recuperação gradual, aliado ao cenário de juros elevados observado no período, favoreceu o aumento das receitas financeiras e ampliou a capacidade das instituições bancárias de gerar receitas a partir do patrimônio líquido investido.

Além disso, o aumento do Giro do Patrimônio Líquido nesse período demonstra fortalecimento operacional do setor bancário, especialmente diante da retomada da atividade econômica e expansão gradual das operações financeiras após os impactos da pandemia.

Já em 2024, apesar da continuidade do crescimento econômico brasileiro, o Giro médio do Patrimônio Líquido apresentou leve retração para 1,32. Esse comportamento pode estar associado principalmente à desaceleração parcial das receitas financeiras em razão da redução gradual da taxa Selic e da estabilização das operações de crédito no período.

De maneira geral, os dados demonstram que o crescimento econômico exerceu influência relevante sobre o Giro do Patrimônio Líquido das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024. Observa-se que períodos de expansão econômica favoreceram maior eficiência operacional e ampliação da geração de receitas bancárias, enquanto momentos de retração econômica pressionaram a capacidade operacional das instituições financeiras.

Assim, verifica-se que o Giro do Patrimônio Líquido apresentou comportamento diretamente relacionado às condições macroeconômicas observadas no período analisado,

evidenciando a forte relação entre atividade econômica e eficiência operacional do setor bancário brasileiro.

4.4.11 Relação entre o crescimento econômico e a margem líquida

A margem líquida representa a capacidade das instituições financeiras de converter suas receitas em lucro líquido, demonstrando o nível de eficiência operacional e controle de custos das operações bancárias. Segundo Assaf Neto (2012), esse indicador evidencia o percentual das receitas efetivamente transformado em resultado líquido pelas instituições financeiras após a dedução de despesas operacionais, financeiras e tributárias.

No setor bancário, o comportamento da margem líquida tende a apresentar relação significativa com o crescimento econômico, uma vez que períodos de expansão da atividade econômica normalmente favorecem o aumento das operações de crédito, da movimentação financeira e das receitas de intermediação financeira. Em contrapartida, momentos de retração econômica tendem a pressionar os resultados líquidos das instituições financeiras em razão da redução das operações financeiras, aumento da inadimplência e elevação dos riscos de crédito.

O quadro 29 apresenta a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a margem líquida média das instituições financeiras analisadas entre 2019 e 2024.

Quadro 29 – Relação entre o crescimento do PIB e a margem líquida média das instituições analisadas.

Ano	Crescimento do PIB (%)	Margem Líquida média das instituições analisadas
2019	1,20%	17,40%
2020	-3,30%	14,97%
2021	4,80%	17,19%
2022	3,00%	11,81%
2023	2,90%	9,29%
2024	3,40%	10,77%

Fonte: elaborado pelo autor com base nas demonstrações financeiras das instituições analisadas e IBGE (2025).

A análise dos dados demonstra que o comportamento da margem líquida média das instituições financeiras apresentou relação relevante com as oscilações da atividade econômica brasileira ao longo do período analisado.

Em 2019, mesmo diante de crescimento econômico moderado, as instituições financeiras apresentaram elevada margem líquida média, atingindo 17,40%. Esse resultado evidencia forte

capacidade operacional e elevada eficiência na conversão das receitas financeiras em lucro líquido.

Entretanto, em 2020, a retração econômica provocada pela pandemia de COVID-19 impactou diretamente os resultados das instituições financeiras. A queda do PIB brasileiro para -3,30% foi acompanhada por redução da margem líquida média para 14,97%, refletindo os impactos da desaceleração econômica sobre o desempenho operacional do setor bancário.

A redução do indicador esteve associada principalmente ao aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa, à retração das operações de crédito e à elevação dos riscos financeiros observados durante o período de crise sanitária.

Segundo Mishkin (2016), períodos de retração econômica tendem a pressionar os resultados líquidos das instituições financeiras em razão da redução da atividade econômica e do aumento dos riscos associados às operações de crédito.

Com a retomada da atividade econômica em 2021, observa-se recuperação significativa da margem líquida média para 17,19%, acompanhando o crescimento do PIB brasileiro de 4,80%. Esse comportamento demonstra que a recuperação econômica favoreceu a expansão das operações financeiras e a melhora da rentabilidade operacional das instituições analisadas.

Entretanto, nos anos de 2022 e 2023, apesar da manutenção do crescimento econômico em patamares positivos, observa-se forte retração da margem líquida média das instituições financeiras, que passou para 11,81% em 2022 e posteriormente 9,29% em 2023.

Esse comportamento demonstra que o desempenho operacional das instituições financeiras passou a ser impactado por fatores adicionais ao crescimento econômico, especialmente:

- aumento do custo de captação financeira;
- manutenção de níveis elevados de inadimplência;
- crescimento das despesas financeiras;
- ambiente prolongado de juros elevados;
- desaceleração parcial das operações de crédito.

Além disso, o ciclo de aperto monetário observado entre 2021 e 2023 elevou significativamente os custos operacionais das instituições financeiras, reduzindo parcialmente a capacidade de conversão das receitas financeiras em lucro líquido.

Já em 2024, observa-se recuperação moderada da margem líquida média para 10,77%, acompanhando o crescimento econômico de 3,40% e a melhora gradual das condições macroeconômicas brasileiras. A redução parcial da taxa Selic e a estabilização relativa do ambiente econômico contribuíram para recuperação parcial da eficiência operacional das instituições financeiras analisadas.

De maneira geral, os dados demonstram que o crescimento econômico exerceu influência relevante sobre a margem líquida das instituições financeiras entre 2019 e 2024. Observa-se que períodos de expansão econômica favoreceram a recuperação da rentabilidade operacional,

enquanto momentos de retração econômica pressionaram os resultados líquidos do setor bancário.

Entretanto, verifica-se que a margem líquida apresentou comportamento influenciado não apenas pelo crescimento econômico, mas também pelas condições monetárias, pelo custo de captação e pelos níveis de inadimplência observados ao longo do período analisado.

4.4.12 Evolução paralela entre o desempenho das instituições financeiras e as medidas econômicas adotadas entre 2019 e 2024

A análise dos indicadores econômico-financeiros das instituições bancárias estudadas evidencia a existência de uma relação direta entre o desempenho do setor financeiro brasileiro e as medidas econômicas adotadas ao longo do período de 2019 a 2024. As mudanças observadas na política monetária, no ambiente inflacionário, no crescimento econômico e na condução da política fiscal influenciaram significativamente o comportamento operacional, a rentabilidade e os níveis de risco das instituições financeiras analisadas.

O período estudado foi marcado por diferentes ciclos econômicos e monetários, incluindo momentos de forte flexibilização da política monetária, retração econômica provocada pela pandemia de COVID-19, posterior aperto monetário para controle inflacionário e retomada gradual da atividade econômica brasileira. Nesse contexto, os indicadores analisados demonstraram elevada sensibilidade às alterações macroeconômicas observadas ao longo dos seis anos estudados.

Durante o período compreendido entre 2019 e 2022, correspondente ao governo de Jair Messias Bolsonaro, observou-se inicialmente a adoção de uma medida econômica de orientação liberal, baseada principalmente em controle fiscal, redução da participação estatal na economia e implementação de reformas estruturais. Nesse cenário, a política monetária brasileira passou por um processo de forte flexibilização, especialmente entre 2019 e 2020, período em que o Banco Central promoveu sucessivas reduções da taxa Selic com o objetivo de estimular a atividade econômica.

A redução da taxa básica de juros produziu impactos diretos sobre os indicadores operacionais das instituições financeiras analisadas. Observou-se que o ambiente de juros reduzidos foi acompanhado pela diminuição dos juros passivos médios das instituições bancárias, reduzindo o custo de captação financeira dos bancos. Entretanto, simultaneamente, verificou-se compressão parcial das margens financeiras, especialmente da margem financeira dos ativos, evidenciando menor capacidade de ampliação dos spreads bancários em ambiente de forte flexibilização monetária.

Esse comportamento demonstra que, embora a redução da Selic tenha favorecido maior liquidez da economia e estimulado parcialmente as operações de crédito, o ambiente de juros historicamente baixos também limitou parte da capacidade das instituições financeiras de ampliar suas receitas de intermediação financeira.

Além disso, a partir de 2020, o ambiente econômico brasileiro passou a ser fortemente impactado pelos efeitos da pandemia de COVID-19. A retração econômica observada no período

provocou redução significativa da atividade econômica, aumento do desemprego e deterioração da capacidade de pagamento de famílias e empresas.

Nesse contexto, os indicadores de rentabilidade das instituições financeiras apresentaram retração significativa. O ROA médio, o ROE médio, o Giro do Patrimônio Líquido e a Margem Líquida sofreram redução relevante em 2020, demonstrando os impactos da crise econômica sobre a capacidade operacional e financeira do setor bancário brasileiro.

Paralelamente, observou-se aumento expressivo das provisões para créditos de liquidação duvidosa, evidenciando maior percepção de risco por parte das instituições financeiras diante do cenário de elevada incerteza econômica. O crescimento das provisões demonstrou comportamento diretamente relacionado à deterioração da atividade econômica e ao aumento das expectativas de inadimplência no sistema financeiro.

Entretanto, apesar do ambiente econômico adverso observado em 2020, o sistema bancário brasileiro demonstrou elevada capacidade de adaptação operacional e financeira. As instituições financeiras analisadas mantiveram níveis relevantes de capitalização, liquidez e capacidade de geração de receitas, preservando a estabilidade operacional do setor bancário mesmo diante da crise sanitária.

A partir de 2021, ainda durante o governo Jair Messias Bolsonaro, observa-se alteração significativa na condução da política monetária brasileira. O avanço da inflação doméstica e internacional levou o Banco Central a iniciar um intenso ciclo de aperto monetário, promovendo sucessivas elevações da taxa Selic com o objetivo de conter as pressões inflacionárias e estabilizar as expectativas econômicas.

Esse novo ambiente monetário exerceu impactos relevantes sobre os indicadores das instituições financeiras analisadas. A elevação da taxa básica de juros foi acompanhada por aumento significativo dos juros passivos médios, refletindo maior custo de captação financeira das instituições bancárias. Simultaneamente, observou-se recuperação parcial das receitas de intermediação financeira, favorecendo parte dos indicadores operacionais do setor bancário.

O ambiente de juros elevados ampliou parcialmente os spreads bancários e contribuiu para a recuperação da lucratividade operacional das instituições financeiras. Entretanto, a manutenção prolongada de taxas de juros elevadas também produziu efeitos negativos sobre parte dos indicadores analisados.

O aumento do custo do crédito comprometeu parcialmente a capacidade de pagamento de famílias e empresas, contribuindo para a manutenção de elevados níveis de inadimplência entre 2021 e 2023. Como consequência, as instituições financeiras mantiveram elevados níveis de provisões para perdas de crédito, o que limitou parcialmente os ganhos operacionais obtidos com a expansão das receitas financeiras.

Além disso, embora o crescimento econômico tenha apresentado recuperação entre 2021 e

2022, os indicadores de rentabilidade demonstraram comportamento parcialmente pressionado pelo ambiente monetário restritivo. Observou-se que a recuperação do ROA e do ROE ocorreu de maneira moderada, evidenciando que o ambiente de juros elevados favoreceu parcialmente as receitas financeiras, mas também aumentou os custos operacionais e os riscos associados ao crédito.

Já no período compreendido entre 2023 e 2024, correspondente ao início do terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se maior utilização de políticas fiscais expansionistas, ampliação dos programas sociais e retomada parcial dos investimentos públicos. Apesar disso, o ambiente econômico ainda permaneceu inicialmente condicionado pelas elevadas taxas de juros herdadas do período anterior.

Nesse contexto, os indicadores das instituições financeiras passaram a refletir simultaneamente os efeitos da manutenção da política monetária restritiva e da recuperação gradual da atividade econômica brasileira. O crescimento econômico observado em 2023 e 2024 favoreceu a retomada parcial das operações de crédito, da movimentação financeira e da geração de receitas bancárias.

Entretanto, observa-se que os indicadores de rentabilidade permaneceram parcialmente pressionados durante parte do período, especialmente em razão da manutenção do elevado custo de captação financeira e dos níveis ainda relevantes de inadimplência observados no sistema bancário.

A gradual redução da taxa Selic iniciada em 2024 contribuiu para melhora moderada das condições operacionais das instituições financeiras. Observou-se diminuição parcial dos juros passivos médios e recuperação de parte dos indicadores de rentabilidade, especialmente ROA, ROE e Margem Líquida.

Além disso, a melhora gradual do ambiente econômico e a estabilização parcial da inflação contribuíram para redução relativa das pressões sobre o risco de crédito do sistema financeiro, favorecendo maior estabilidade operacional das instituições analisadas.

De maneira geral, os resultados obtidos nesta pesquisa demonstram que as instituições financeiras listadas na B3 apresentaram comportamento fortemente sensível às alterações das medidas econômicas adotadas entre 2019 e 2024. Observa-se que as mudanças na política monetária influenciaram diretamente os indicadores operacionais relacionados às receitas de intermediação financeira e ao custo de captação bancária.

Paralelamente, o comportamento da atividade econômica exerceu influência significativa sobre os indicadores de rentabilidade das instituições financeiras, enquanto o ambiente inflacionário e o custo do crédito impactaram diretamente os níveis de inadimplência e as provisões para perdas de crédito.

Assim, verifica-se a existência de uma evolução paralela entre o desempenho das

instituições financeiras analisadas e as políticas econômicas adotadas ao longo do período estudado, evidenciando a forte relação entre ambiente macroeconômico, política econômica e desempenho do setor bancário brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, a pesquisa permitiu identificar e caracterizar as instituições financeiras que compõem a amostra analisada. Os resultados demonstraram que as quatro instituições selecionadas ocupam posições de destaque no Sistema Financeiro Nacional, concentrando parcela significativa dos ativos, depósitos, operações de crédito e resultados financeiros do setor bancário brasileiro. Além disso, verificou-se que essas instituições apresentam elevada representatividade no mercado acionário nacional, figurando entre os principais componentes do Índice Bovespa e entre as organizações de maior relevância para o mercado de capitais brasileiro.

Em relação ao contexto econômico, observou-se que o período compreendido entre 2019 e 2024 foi marcado por eventos de elevada relevância para a economia brasileira. Entre os principais fatores destacam-se os impactos provocados pela pandemia da COVID-19, as medidas de estímulo econômico adotadas durante o período de crise sanitária, o processo de recuperação econômica observado a partir de 2021, o ciclo de aceleração inflacionária ocorrido entre 2021 e 2022 e o movimento de elevação da taxa básica de juros promovido pelo Banco Central do Brasil como instrumento de controle da inflação. Posteriormente, verificou-se o início de um novo ciclo de redução da taxa Selic, associado à desaceleração inflacionária e à busca por estímulos ao crescimento econômico.

Além das mudanças observadas no ambiente econômico, o período analisado contemplou dois contextos distintos de gestão governamental: o governo de Jair Messias Bolsonaro, entre 2019 e 2022, e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2023 e 2024. A análise realizada permitiu identificar diferenças nas estratégias de condução econômica adotadas em cada período, especialmente no que se refere à política fiscal, aos programas de estímulo econômico e à atuação do Estado na economia. Entretanto, verificou-se que, independentemente das diferenças observadas na condução das políticas públicas, os principais indicadores econômicos continuaram exercendo influência significativa sobre o ambiente de atuação das instituições financeiras.

Os resultados obtidos demonstraram que as instituições analisadas apresentaram elevado grau de resiliência ao longo de todo o período estudado. Mesmo diante de eventos adversos, como a pandemia da COVID-19, o aumento da inflação e as oscilações nas taxas de juros, os bancos mantiveram resultados positivos, níveis adequados de rentabilidade e estruturas patrimoniais sólidas. Esse comportamento evidencia a capacidade de adaptação das instituições financeiras brasileiras diante de diferentes cenários econômicos e reforça a robustez do sistema bancário nacional.

No que se refere aos indicadores de desempenho operacional e da atividade, observou-se que as alterações na taxa Selic apresentaram reflexos relevantes sobre os resultados das instituições financeiras. A análise das séries históricas indicou que o aumento da taxa básica de juros esteve associado ao crescimento dos juros passivos e a alterações nas margens financeiras das instituições.

Contudo, verificou-se que os bancos foram capazes de preservar níveis satisfatórios de lucratividade operacional mesmo em períodos de maior restrição monetária, demonstrando eficiência na gestão de seus recursos e operações.

A análise da relação entre inflação e inadimplência também apresentou resultados relevantes. Embora não tenha sido observada uma relação perfeitamente linear entre os indicadores, verificou-se que períodos de maior pressão inflacionária estiveram associados a aumentos nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, refletindo o impacto das condições econômicas sobre a capacidade de pagamento dos tomadores de crédito. Tal resultado reforça a importância do monitoramento dos indicadores inflacionários para a gestão do risco de crédito pelas instituições financeiras.

Em relação à rentabilidade, os resultados indicaram que o crescimento econômico exerceu influência sobre a capacidade das instituições de gerar resultados. Os indicadores ROA, ROE, Giro do Patrimônio Líquido e Margem Líquida apresentaram comportamentos que, em diversos momentos, acompanharam a evolução da atividade econômica brasileira. Contudo, verificou-se que a relação entre crescimento econômico e rentabilidade não ocorre de forma automática, uma vez que fatores internos de gestão, eficiência operacional e composição das carteiras de crédito também influenciam significativamente os resultados obtidos pelas instituições financeiras.

De maneira geral, a análise desenvolvida ao longo do estudo permitiu identificar uma linha de evolução paralela entre os indicadores econômicos e os indicadores de desempenho das instituições financeiras analisadas. Embora não seja possível afirmar a existência de relações de causalidade direta a partir da metodologia adotada, os resultados evidenciam que as mudanças observadas nas condições econômicas do país foram acompanhadas por alterações nos indicadores financeiros das instituições analisadas, demonstrando a influência do ambiente macroeconômico sobre o desempenho do setor bancário.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar e analisar o comportamento das principais instituições financeiras listadas na B3 e relacionar seus resultados às condições econômicas observadas entre 2019 e 2024. Os resultados obtidos contribuem para ampliar a compreensão acerca da interação entre o ambiente econômico e o desempenho das instituições financeiras, evidenciando a relevância dos indicadores econômicos para a análise do setor bancário brasileiro.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se o recorte temporal adotado, compreendendo o período de 2019 a 2024. Embora esse intervalo tenha permitido analisar diferentes contextos econômicos e medidas adotadas ao longo de dois governos federais, um horizonte temporal mais amplo poderia proporcionar uma compreensão ainda mais abrangente das relações entre o ambiente macroeconômico e o desempenho das instituições financeiras. A inclusão de períodos anteriores e posteriores possibilitaria a observação de ciclos econômicos mais extensos e contribuiria para

análises comparativas mais robustas.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a abrangência da análise por intermédio da inclusão de outras instituições financeiras, como bancos digitais, cooperativas de crédito e instituições financeiras especializadas. Recomenda-se também a utilização de métodos quantitativos complementares, incluindo modelos econométricos, análises de correlação e regressão, capazes de aprofundar a investigação sobre a influência dos indicadores econômicos no desempenho das instituições financeiras..

REFERÊNCIAS

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Relatório de Conjuntura Econômica*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, M. R.; ALMEIDA, P. H. *Impactos das Políticas Monetárias na Estabilidade do Sistema Financeiro Brasileiro*. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, n. 2, p. 225-248, 2022.

CARVALHO, L. F. *Estrutura de Capital dos Bancos Brasileiros e os Efeitos das Taxas de Juros*. *Revista de Finanças e Política Econômica*, v. 11, n. 1, p. 15-34, 2023.

BERGER, A. N.; BONACCORSI DI PATTI, E. *Capital structure and firm performance: a new approach to testing agency theory and an application to the banking industry*. *Journal of Banking & Finance*, v. 30, n. 4, p. 1065-1102, 2006.

BACEN - Banco Central do Brasil. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 23. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2021.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política monetária*. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/politicamonetaria>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>. Acesso em: 5 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal 2024*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda>. Acesso em: 5 jun. 2026.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxa Selic*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 5 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-a-o-consumidor-amplo.html>. Acesso em: 5 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema Financeiro Nacional*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Companhia aberta*. Rio de Janeiro: CVM, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm>. Acesso em: 5 jun. 2026.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 23. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. *Manual de contabilidade societária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CNN BRASIL. *Lucro da B3 cresce no 3º trimestre de 2024*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/debora-oliveira/economia/mercado/lucro-de-empresas-da-b3-sobe-53-no-3o-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. *The cost of capital, corporation finance and the theory of investment*. *The American Economic Review*, v. 48, n. 3, p. 261-297, 1958.

SANTOS, M. R.; ALMEIDA, P. H. *Impactos das políticas monetárias na estabilidade do sistema financeiro brasileiro*. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, n. 2, p. 225-248, 2022.

TESOURO NACIONAL. *Dívida pública federal: relatório anual 2020*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-anual-da-divida-rad/2020/114>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VALOR ECONÔMICO. *Arcabouço fiscal gera incerteza no mercado em 2023*. São Paulo, 15 ago. 2023. Disponível em: www.valor.com.br. Acesso em: 31 mar. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. *Mercado Financeiro*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIO, Elizeu Martins; MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Introdutória*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade Societária*. Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade Gerencial*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BANCO DO BRASIL S.A. *Relatório Anual 2024*. Brasília: Banco do Brasil, 2025. Disponível em: Banco do Brasil. Acesso em: 30 maio 2026.

BANCO BRADESCO S.A. *Relatório Integrado 2024*. Osasco: Banco Bradesco, 2025. Disponível em: Bradesco RI – Relatórios. Acesso em: 30 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: Banco Central do Brasil. Acesso em: 30 maio 2026.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. *Relatório Anual Integrado 2024*. São Paulo: Itaú Unibanco, 2025. Disponível em: Itaú Unibanco RI – Relatório Anual Integrado. Acesso em: 30 maio 2026.

SANTANDER (BRASIL) S.A. *Relatório Anual 2024*. São Paulo: Santander Brasil, 2025. Disponível em: Santander Brasil RI. Acesso em: 30 maio 2026.

SALAMA, P. 2022. *Brasil, equilíbrio econômico da presidência de Bolsonaro*. *Jornal de Economia Institucional*. 25, 48 (dezembro de 2022), 105–127. DOI: <https://doi.org/10.18601/01245996.v25n48.07>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BORÇA JR., Gilberto; TINOCO, Guilherme. *Política fiscal: balanço de 2023 e perspectivas para 2024*. Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2024. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/politica-fiscal-balanco-2023-e-perspectivas-2024>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RIBEIRO, Livio. *Brasil 2023: cinco longos parágrafos*. Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2024. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/brasil-2023-cinco-longos-paragrafos>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL, Gabriel. *Um balanço da economia nos primeiros seis meses do governo Lula*. *Boletim de Informações da Fipe*, n. 514, p. 28–31, jul. 2023. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif514-28-31.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de; SILVA, André Nassif. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar*. Rio de Janeiro: ResearchGate, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336147850>. Acesso em: 16 abr. 2025.

OREIRO, José Luís; SARAIVA, Kelson. *A política fiscal do governo Bolsonaro: uma análise do arcabouço institucional e seus impactos sobre a dívida pública*. *Revista de Economia Institucional*, v. 25, n. 49, p. 311–330, 2023. Disponível em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/8503/13085>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SOUSA, Renaut Michel; BRITTO, Tatiana. *A economia política da política fiscal no Brasil recente: da institucionalização à ruptura*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (FGV EAESP)*, v. 28, n. 92, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/85574/80805>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LUCAS, Carlos Henrique de Almeida. *Análise do desempenho econômico-financeiro de instituições do setor bancário listadas na B3 no período de 2018 a 2022*. 2023. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza*, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79739>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAIR JR., Joseph F. et al. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e Perda Esperada*. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2026.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

INSTITUTO ASSAF. *Metodologia de análise de instituições financeiras*. Disponível em: <https://www.institutoassaf.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 de junho de 2026.

BRASIL. *Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Institui medidas excepcionais de proteção social para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 de junho. 2026.

BRASIL. *Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Institui o novo regime fiscal sustentável. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023. Institui o Programa Desenrola Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e Perda Esperada*. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

DAMODARAN, Aswath. *Avaliação de empresas*. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

INSTITUTO ASSAF. *Metodologia de análise de instituições financeiras*. Disponível em: <https://www.institutoassaf.com.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020–2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política monetária e taxa Selic*. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FEBRABAN. *Relatório Anual do Sistema Bancário*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2020. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook*. Washington, DC: IMF, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 27 abr. 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020–2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

IPEA. *Carta de Conjuntura*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021–2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MISHKIN, Frederic S. *Economia da moeda, do crédito e dos bancos*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2021–2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook*. Washington, DC, 2019–2020. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 27 abr. 2026.

IPEA. *Carta de Conjuntura*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020–2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública*. Brasília: Ministério da Economia, 2020–2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FEBRABAN. *Relatório Anual do Sistema Bancário*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2022–2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook*. Washington, DC, 2021–2023. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 27 abr. 2026.

IPEA. *Carta de Conjuntura*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022–2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório da Dívida Pública Federal*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2022–2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, 2022–2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inflação*. Brasília, 2022–2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

BERGER, Allen N.; BONACCORSI DI PATTI, Emilia. *Capital structure and firm performance: a new approach to testing agency theory and an application to the banking industry*. *Journal of Banking & Finance*, Amsterdam, v. 30, n. 4, p. 1065-1102, 2006.

MISHKIN, Frederic S. *Economia da moeda, do crédito e dos bancos*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. *Empresas listadas*. São Paulo: B3, 2024. Disponível em: <https://www.b3.com.br>. Acesso em: 05 maio 2026.

BANCO BRADESCO S.A. *Relatório anual integrado 2024*. Osasco: Banco Bradesco, 2024. Disponível em: <https://www.bradesco.com.br>. Acesso em: 05 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de estabilidade financeira*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 07 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 07 maio 2026.

MISHKIN, Frederic S. *Economia da moeda, do crédito e dos bancos*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 07 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2020*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2020. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 07 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: Global Manufacturing Downturn, Rising Trade Barriers*. Washington, DC: IMF, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 10 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2026.

IPEA. *Carta de Conjuntura n. 46*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2019*. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2021*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2021. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 11 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent*. Washington, DC: IMF, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 11 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2020*. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2022*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2022. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 13 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: Recovery During a Pandemic*. Washington, DC: IMF, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 14 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2021*. Brasília: Ministério da Economia, 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2023*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2023. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: Countering the Cost-of-Living Crisis*. Washington, DC: IMF, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 13 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2022*. Brasília: Ministério da Economia, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2024*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook: Navigating Global Divergences*. Washington, DC: IMF, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 16 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2023*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária 2025*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2025. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook 2024*. Washington, DC: IMF, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 14 maio 2026.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2024*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020-2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

FEBRABAN. *Relatório de Economia Bancária*. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2024. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020-2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

MISHKIN, Frederic S. *Economia da moeda, do crédito e dos bancos*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

TESOURO NACIONAL. *Relatório Anual da Dívida Pública Federal*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2020-2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Séries Temporais – Taxa Selic*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA: séries históricas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: [IBGE – Séries históricas do IPCA](#). Acesso em: 16 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: [IBGE – Contas Nacionais Trimestrais](#). Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 30 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 30 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em: 30 maio 2026.

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Boletim Diário de Informações: carteira teórica do Ibovespa – 09 dez. 2024*. São Paulo: B3, 2024. Disponível em: https://arquivos.b3.com.br/bdi/download/bdi/2024-12-09/BDI_02_20241209.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas monetárias e de crédito: saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>. Acesso em: 30 maio 2026.